



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 79

QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1991

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 138, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Cultura FM Stéreo Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Inhumas, Estado de Goiás.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 63, de 6 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorga permissão à Cultura FM Stéreo Som Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Inhumas, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 1991

Aprova o ato que renova, a partir de 21 de janeiro de 1987, a permissão outorgada à Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 38, de 13 de fevereiro de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que renova por dez anos a permissão outorgada à Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÓRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 140, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Modelo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 112, de 9 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorga permissão à Rádio Modelo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vizinhança FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 116, de 9 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorga permissão à Rádio Vizinhança FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à S/A Correio Braziliense para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 98.948, de 15 de fevereiro de 1990, que outorga concessão à S/A Correio Braziliense para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 1991

Aprova o ato que renova, de acordo com o § 3º do art. 33 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de outubro de 1986, a permissão outorgada à Rede Gaúcha — Zero Hora de Comunicações Ltda. através da Portaria nº 1.151, de 6 de outubro de 1976, para explorar na cidade de Brasília, Distrito Federal, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º É aprovado o ato que renova, de acordo com o § 3º do art. 33 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de outubro de 1986, a permissão outorgada à Rede Gaúcha — Zero Hora de Comunicações Ltda. através da Portaria nº 1.151, de 6 de outubro de 1976, para explorar, na cidade de Brasília — Distrito Federal, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 2, de 2 de janeiro de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissão à Sigma Radiodifusão Ltda. e à Brasília Comunicação Ltda. para explorarem serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 1º São aprovados os atos constantes das Portarias nºs 270, de 28 de dezembro de 1989, e 16, de 24 de janeiro de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorgam permissão à Sigma Radiodifusão Ltda. e à Brasília Comunicação Ltda. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 1991

Aprova o ato que renova, a partir de 15 de janeiro de 1989, a concessão outorgada à Rádio Líder do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 97.699, de 27 de abril de 1989, que renova por dez anos a concessão outorgada à Rádio Líder do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 146, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Riograndense para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 108, de 9 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorga permissão à Fundação Cultural Riograndense para explorar,

pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Corumbá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 50, de 23 de fevereiro de 1990, que outorga permissão à Rádio FM Corumbá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 148, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio das Três Fronteiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.

• Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 99.082, de 8 de março de 1990, que outorga concessão à Rádio das Três Fronteiras Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio FM Pé de Cedro Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 1º É aprovado o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio FM Pé de Cedro Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul, a que se refere a Portaria nº 41, de 20 de fevereiro de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Princesa Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Art. 1º É aprovado o ato que outorga permissão à Rádio FM Princesa Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe, a que se refere a Portaria nº 25, de 1º de fevereiro de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 12 de novembro de 1989, a concessão da Rádio Humaitá Ltda. outorgada através do Decreto nº 84.026, de 25 de setembro de 1979, para explorar na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Art. 1º É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 12 de novembro de 1989, a concessão da Rádio Humaitá Ltda. outorgada através do Decreto nº 84.026, de 25 de setembro de 1979, para explorar na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, a que se refere o Decreto nº 99.049, de 7 de março de 1990.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 1991

Aprova o ato que renova, a partir de 19 de setembro de 1988, a concessão à RBC — Rede Bahiana de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 98.432, de 23 de novembro de 1989, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à RBC — Rede Bahiana de Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1991

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de dispositivo do Decreto-Lei nº 1.438, de 1975, na redação que lhe deu o Decreto-Lei nº 1.582, de 1977.

Artigo único. É suspensa a execução do inciso III do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.438, de 1975, na redação que lhe deu o Decreto-Lei nº 1.582, de 1977, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição,

em face da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos do Recurso Extraordinário nº 100.875-0, do Estado de São Paulo.

Senado Federal, 11 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 82ª SESSÃO, EM 11 DE JUNHO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Fala da Presidência

Finalidade da sessão destinada ao comparecimento do Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Marcílio Marques Moreira, convocado nos termos do Requerimento nº 117, de 1991, de autoria do Senador Maurício Corrêa.

1.1.2 — Exposição do Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Marcílio Marques Moreira.

1.1.3 — Fase de interpelações.

Senadores Maurício Corrêa, João Calmon, Epitácio Cafeteira, Eduardo Suplicy, Josaphat Marinho, Beni Veras, Albano Franco, Esperidião Amin, Jonas Pinheiro, Humberto Lucena e Amazonino Mendes.

1.1.4 — Pronunciamentos

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Comunicando à Casa o falecimento do ex-Senador Pompeu de Sousa.

SR. PRESIDENTE — Fala associativa às homenagens prestadas à memória do Senador Pompeu de Sousa.

SENADORES MAURÍCIO CORRÊA e IRAM SARAIVA — Falecimento do Senador Pompeu de Sousa.

MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Solidariedade às manifestações de pesar pelo falecimento do ex-Senador Pompeu de Sousa.

1.1.5 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 40 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 83ª SESSÃO, EM 11 DE JUNHO DE 1991

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Mensagem Presidencial nº 134, de 1991 (nº 241/91, na origem), submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Humberto Gomes de Barros para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Armando Leite Rollemberg.

— Mensagem Presidencial nº 138, de 1991 (nº 251/91, na origem), submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho.

2.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 208/91, de autoria do Senador Iram Saraiva, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências”.

— Projeto de Lei do Senado nº 209/91, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, que dispõe sobre a concessão de transporte coletivo gratuito nos dias de eleições.

— Projeto de Lei do Senado nº 210/91, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, que dispõe sobre o afastamento de servidores federais eleitos para diretoria de associação de acionistas minoritários de empresas sob controle da União.

— Projeto de Lei do Senado nº 211/91, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências.

2.2.3 — Requerimentos

— Nº 257/91, de autoria do Senador Carlos De’Carli, solicitando licença para tratamento de saúde. **Aprovado.**

— Nº 258/91, de autoria do Senador Flaviano Melo, solicitando licença para tratamento de saúde. **Aprovado.**

— Nº 259/91, de autoria do Senador Beni Veras, solicitando licença para se ausentar do País no período de 18 a 28 de junho do corrente ano. **Aprovado.**

— Nº 260/91, de autoria do Senador Valmir Campelo, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para a Mensagem nº 134, de 1991 (nº 241/91 na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal a escolha do nome do Dr. Humberto Gomes de Barros, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Armando Leite Rollemberg, afim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte. **Aprovado.**

Nº 261/91, de autoria do Senador Amir Lando, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para a Mensagem nº 138, de 1991 (nº 251/91, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte. **Aprovado.**

2.2.4 — Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/25, de 1991 (nº 2.005/91 na origem), do Presidente do Banco Central, solicitando autorização para que o Estado do Rio Grande do Sul possa emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro daquele estado, para os fins que especifica.

— Recebimento do Ofício nº S/26, de 1991 (nº 2.006/91 na origem), do Presidente do Banco Central, solicitando

autorização para que o Estado de São Paulo possa emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, letras financeiras do Tesouro daquele estado, para os fins que especifica.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1991 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da área de relevante interesse ecológico do morro da Pedreira e dá outras providências. **Aprovado. À sanção.**

2.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

— SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 126º Aniversário da Batalha do Riachuelo.

— SENADOR AMIR LANDO — Gravidade da situação do Estado e da população de Rondônia. Transcrição do artigo "O País dos coitadinhos e os coitadinhos do País", de Geraldo Gonçalves, de Campo Novo, RO.

2.3.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 55 minutos com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 84ª SESSÃO, EM 11 DE JUNHO DE 1991

3.1 — ABERTURA

3.2 — ORDEM DO DIA

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 110, de 1991 (nº 176/91, na origem), de 24 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Luiz Coutinho Perez, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão. **Apreciado em sessão secreta.**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 113, de 1991 (nº 187/91, na origem), de 24 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Cláudio Pereira Cardo-

so, Ministro de Primeira Classe, da carreira diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria. **Apreciado em sessão secreta.**

Parecer nº 176, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 134, de 1991 (nº 241/91, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Humberto Gomes de Barros, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Armando Leite Rollemberg. **Aprovado.**

Parecer nº 177, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 138, de 1991 (nº 251/91, na origem), de 31 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho. **Aprovado.**

3.2.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

3.3 — ENCERRAMENTO

4 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nºs 546 a 548, de 1991

5 — ATO DO DIRETOR-GERAL

— Nº 3, de 1991

6 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 23 de maio de 1991.

— Resoluções nºs 3 e 4, de 1991.

— Pareceres dos Balancetes Patrimoniais e Demonstrativos das Receitas e Despesas do IPC referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1991.

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 82ª Sessão, em 11 de junho de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Alufzio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Beni Veras — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares —

Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Agripino — José Paulo Bisol — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bace-

lar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo numero regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão, convocada em atendimento à deliberação do Plenário, quando da aprovação do Requerimento nº 117, de 1991, de autoria do Senador Maurício Corrêa, destina-se a debates sobre política financeira do País.

Encontra-se na Casa S. Ex^a o Sr. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Marcílio Marques Moreira.

A Presidência designa comissão constituída dos Srs. Senadores Marco Maciel, Humberto Lucena, Ney Maranhão, Maurício Corrêa e Nelson Carneiro para introduzir S. Ex^a em plenário. (Pausa.)

(Acompanhado da comissão designada pelo Sr. Presidente, tem um ingresso no recinto o Sr. Ministro, que ocupa a cadeira a S. Ex^a reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Senadores, já se encontra em plenário, introduzido que foi por comissão constituída de membros desta Casa, S. Ex^a o Sr. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira.

Vamos dar início, a partir deste instante, ao debate com S. Ex^a, conferindo-lhe, pelo espaço de 30 minutos, a oportunidade de apresentar a sua exposição a este Plenário.

Após a exposição de S. Ex^a serão realizadas as interações, nos termos previstos no Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Exm^o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores:

Que minhas palavras nesta Casa, foro representativo da Federação e do povo brasileiro, sejam de respeito e confiança à instituição legislativa. É, pois, honra redobrada vir falar ao Senado, no dia em que inicio o segundo mês à frente do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a que fui trazido pela confiança do Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Retornarei ao Parlamento brasileiro no próximo dia 27 de junho, para dirigir-me também ao Plenário da Câmara dos Deputados, cumprindo, com satisfação, esse dever de falar à sociedade através dos seus legítimos representantes.

Neste primeiro mês no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, já tive oportunidade de receber a visita de grande número de parlamentares; alguns velhos, outros novos amigos. Esses contatos, além de necessários, dão-me satisfação especial, pois significam a democracia em plena operação. São os Poderes do Estado tratando, em regime de co-responsabilidade, da coisa pública e do interesse nacional.

Minha vinda hoje ao Senado Federal atende à convocação que tem por objetivo tratar da questão da dívida externa, tema que ora se acha sob a alta consideração desta Casa.

O Presidente do Banco Central, Dr. Francisco Gros, e o Embaixador Jório Dauster já compareceram, está manhã, à Comissão de Economia do Senado para os esclarecimentos técnicos que se faziam necessários para a decisão que será tomada pelo Senado Federal. Ainda voltarão, mais tarde, a essa mesma comissão, para esclarecimentos adicionais.

Tratarei da dívida externa, agora, como um dos elos da questão econômica brasileira, do projeto modernizador e de integração competitiva e soberana na economia mundial. Assim, terei a oportunidade singular de expor, em traços largos, minha visão dos problemas brasileiros e da política econômica do Governo do Presidente Collor. Essa política continua a mesma, traçada que foi por Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Resguardadas a consistência no tempo e a coerência de objetivos, a implementação da política é que deverá adaptar-se às circunstâncias novas da conjuntura ou a correções de rumos específicos, quando a avaliação dos resultados assim o aconselhar.

Sr. Presidente, a política fiscal e monetária — não vou dizer infelizmente — tem que continuar austera, eis que é absolutamente imprescindível debelar a inflação antes de podermos nos lançar num projeto mais audacioso de crescimento econômico. Não podemos pensar, desde agora, no relaxamento dessas políticas, senão, poder-se-ia pôr em risco a própria condução da política econômica, após sofridos já amplos sacrifícios e sem termos, ainda, os resultados, isto é, o pleno domínio da inflação, quando, aí sim, teremos condições para retomada auto-sustentada do desenvolvimento.

Também por esse motivo não foi possível considerar sugestões, algumas até partidas desta Casa, de desbloqueio do acesso a cruzados novos para serem convertidos em cruzeiros antes do tempo apazado. Mas posso assegurar a V. Ex^a que o cronograma estabelecido em lei será rigorosamente atendido, e o será em moeda corrente, de modo que os depositantes poderão ter toda a certeza de que terão de volta os recursos que pouparam, às vezes com tantos sacrifícios. Também não acredito, Sr. Presidente, que, quando isto ocorrer, haverá uma corrida para o consumo, eis que os depositantes, tanto pessoas jurídicas como pessoas físicas saberão que é muito melhor continuar poupando, para poderem, no tempo oportuno, consumir aquilo que desejarem, usufruir dos seus recursos quando precisarem.

Outro ponto fundamental da política é o do descongelamento de uma maneira gradual, de uma maneira ordeira e de uma maneira não atropelada. Isto é extremamente importante, porque a trégua de salários e de preços, que foi resultado do Plano Collor II, de fins de janeiro deste ano, de um lado, tem que ser atendida, e, de outro lado, tem que haver uma saída; mas essa saída, se atropelada, levaria a uma exploração de preços e a uma volta da inflação, o que ocorreu em ocasiões anteriores. De modo que estamos procurando fazê-lo sem demoras, mas também sem atropelos. E isto, parece-me, já está se refletindo numa certa tranqüilidade nos índices, que, em maio, foram muito bons e, em junho, acredito, poderão apresentar um pequeno repique, mas será certamente muito modesto e, de nenhuma maneira, de uma forma explosiva.

Outra importante prioridade que procurarei seguir, e que está muito ligada ao problema do comportamento dos preços, é a do apoio irrestrito à atividade agrícola. Terá a safra próxima toda a prioridade com os recursos, escassos que são, do Governo, mesmo assim, foi possível alocar um trilhão de cruzeiros para o funcionamento da próxima safra, e, o que é importante, esses recursos chegarão em tempo hábil e oportuno ao lavra-

dor, para que, na época do plantio, não lhe faltem os recursos para semear e para plantar.

Para isso, é muito importante que o Congresso aprove, o mais cedo possível, os recursos adicionais que o Executivo pediu para financiar o Proagro. É preciso, portanto, liberar mais de 300 bilhões de cruzeiros de recursos do Proagro, que serão aplicados na lavoura e, como disse, em tempo hábil. Com isso, será possível aumentar a produção de grãos, que, infelizmente, caiu neste ano ao nível de cinquenta e poucos milhões de sacas, comparados com quase setenta milhões que se tinha atingido há apenas dois anos.

Já quisera comparar a minha política, Sr. Presidente, a uma política do arroz-com-feijão. Espero que seja a política do arroz-com-feijão no prato do trabalhador e que esse arroz-com-feijão seja acompanhado tanto da carne quanto das verduras, ou daquela média que gosto de tomar nos botequins do Rio de Janeiro.

É através da oferta, também, que se combate a inflação. Atualmente, no Brasil, a oferta de produtos tanto agrícolas quanto industriais, que, muitas vezes são superiores à do exterior, vê-se prejudicada pela falta de produtividade, pela falta de acesso ao crédito no momento oportuno e pela falta do próprio seguro agrícola. Esta é uma situação que procurarei reverter.

A atividade econômica industrial, por sua vez, mostrou em abril, sinais animadores de uma retomada que só não foi tão grande quanto os 36% registrados porque partiu de uma base muito baixa. Entretanto, não deixa de ser um número alentador e não deve ser desprezado. Estou convencido que, de fato, chegamos ao fundo do poço e que agora podemos ter uma retomada, se não acelerada, porque seria pouco cauteloso, ao menos gradual e segura para voltarmos, em breve, a uma meta e a uma trilha de crescimento mais acelerado.

Em relação ao comércio exterior também os números se afiguram alentadores. As exportações este ano cresceram em quase 20%, os superávits comerciais em muito mais do que isto e as importações também estão em nível razoável. Com isto, foi possível uma recuperação de reservas bastante significativa, tendo elas atingidas o nível máximo durante o Governo Collor, aliás, o nível máximo desde dezembro de 1989.

Se o comércio exterior está se expandindo, isto chega em boa hora, porque a conjuntura internacional também mostra sinais de reanimação. Nos Estados Unidos, após quatro trimestres de recessão, tudo indica que o próximo já será o da retomada. São claros os indícios quanto a isso, desde os indicadores antecedentes até o aumento da construção civil, da compra de máquinas e ferramentas.

Por sua vez, se a anexação da Alemanha Oriental criou problemas em termos de balança de contas-correntes e, também, problemas fiscais internos à Alemanha, essa mesma incorporação serviu como um estímulo muito importante para o crescimento dela própria, que se tornou uma grande compradora nos mercados internacionais, o que deve ajudar bastante para que a recessão, que ficou restrita aos Estados Unidos e a alguns países muito ligados a eles, como o Canadá e a Inglaterra, não se tornem, como não se tornou até agora, numa recessão internacional. De modo que é muito reconfortador ver essa retomada moderada e ancorada da nossa economia e das atividades internacionais.

Para que possamos aproveitar este momento auspicioso das relações internacionais e possamos enganchar, digamos assim, a nossa retomada na retomada internacional, é extre-

mamente importante, Sr. Presidente, caminharmos para a normalização completa das relações financeiras internacionais. Para isto, fez o Governo o esforço deste acordo, hoje em dia, perante a apreciação de V. Ex^{sa}. É o acordo dos atrasados, acumulados até 31 de dezembro de 1990, de um valor entre oito a nove bilhões de dólares e que servirá como uma espécie de porta aberta às negociações que se iniciarão logo e tão pronto este Senado se pronunciar.

O que haverá depois? Haverá negociações com o Fundo Monetário Internacional e, ao mesmo tempo, com os bancos comerciais, para a reestruturação dos débitos a médio e longo prazos. Uma vez terminadas estas duas etapas, então, poder-se-á caminhar para a seguinte: um arranjo com o Clube de Paris e também a busca de novas fontes de financiamento, quer no Banco Mundial, quer no Banco Interamericano, ou em outras fontes como, por exemplo, os fundos japoneses, país que tem as maiores reservas e os maiores superávits mundiais.

Mas vai-se além disso, porque o Sistema Financeiro Internacional, Sr. Presidente, está tomando, hoje, uma feição muito diferente, está servindo, realmente, não mais como o *forum* de empréstimos bancários da época dos anos 70, em que se convencionou chamar da bancarização dos negócios financeiros, mas já uma época de negócios muito mais complexos, em que o País terá acesso ao verdadeiro mercado de capitais e não mais ao mercado de bancos.

Hoje, os bancos financiam menos de 25% dos fluxos de capitais, as outras formas é que são hoje proferidas. Só para dar um exemplo. Sr. Presidente, em 1989, o México teve um influxo de 700 milhões de dólares, enquanto em 1990, já uma vez firmado o acordo da dívida externa, teve uma entrada de 8.4 bilhões de dólares, mais ou menos 6% do PIB mexicano, o que representou, para aquele país, a segurança de uma retomada, que agora está ocorrendo no seu desenvolvimento.

Quanto ao ponto propriamente dito, foi rigorosamente respeitada a mesma linha já traçada pela finalização do acordo sobre os atrasados e dentro dos marcos da resolução do Senado sobre a matéria. Igualmente no futuro será mantido o mesmo conceito: o da capacidade de pagamento na medida em que sinaliza inequivocamente as nossas limitações cambiais e fiscais e enfatiza que não haveremos de sacrificar com o pagamento do serviço da dívida o objetivo da pronta estabilidade fiscal e monetária, nem o imperativo da retomada do desenvolvimento.

Escrever-se-á, ademais, essa estratégia de negociação da dívida passada — isso que é muito importante — no contexto maior da busca do crédito futuro. Não é possível olhar só para o passado e ficar realmente com todas as atenções voltadas para dívida passada. O que é importante é virar essa página e começar a escrever a página do crédito futuro, porque isto é absolutamente necessário para suplementar o financiamento dos investimentos necessários para lastrear um processo de crescimento auto-sustentável.

Nenhum país hoje em dia pode viver à margem dos fluxos comerciais, dos tecnológicos e dos fluxos financeiros, porque se não ver-se-á condenado ao marginalismo periférico e, portanto, condenado a não crescer, e a ficar com um tipo de modelo econômico em que a mediocridade prevalecerá sobre as potenciais, e o Brasil tem um enorme potencial.

Por sua vez, os esforços de negociações da dívida, de combate à inflação e de retomada moderada da atividade à inflação da dívida de combate à inflação e de retomada

moderada da atividade econômica deverão inserir-se num projeto mais amplo, de mais longo prazo, que dê ao povo, às Lideranças deste País e aos agentes econômicos uma perspectiva de como agir. Temos que manter os pés na terra, mas os olhos sempre voltados para o horizonte, para não perdermos as perspectivas e a idéia de algo que vai acontecer no futuro e que poderá guiar os nossos passos de hoje.

Nas palavras de San Thiago Dantas, um dos meus mais ilustres predecessores, a política de contenção inflacionária representará sempre uma etapa preliminar indispensável, mas ficará privada de sentido se através dela não promovermos a materialização de um projeto de reorganização nacional.

Por isso, é preciso pensar mais a longo prazo em reformas estruturais. Estas, hoje em dia, estão vertebradas em torno do Projeto de Reconstrução Nacional, que visa preparar a estrutura sócio-econômica do País para os enormes desafios a médio e longo prazo, e para as exigências da modernidade. São essas reformas impostáveis, se desejarmos continuar a operar dinamicamente e a competir com êxito e soberanamente num mundo cada vez mais integrado.

O contexto internacional, por sua vez, apesar de desequilíbrios ainda subexistentes, oferece grande potencial, não só em termos da superação da recessão americana, mas também em termos de uma visão mais ampla e de mais longo prazo; assim vemos a Europa às vésperas de 1992, e isto será um enorme impulso para a recuperação européia. É preciso lembrar que, há apenas dez anos, prevalecia na própria Europa o sentimento que se convencionou chamar europeísmo; hoje, estamos à beira do eurootimismo, realmente de uma quase euroeuforia. É, portanto, um dos mercados mais promissores.

O Japão, por sua vez, cercado por toda uma miríade de países, não só os tigres asiáticos mas os de todo o Pacífico, os países como a Tailândia, Malásia, como a própria Indonésia, todos estão crescendo a ritmos hoje muito superiores aos nossos e, no futuro, serão mercados dos mais dinâmicos para os nossos produtos e para as nossas atividades.

Internamente, urge continuar nesse esforço impostergável de redefinição do papel do Estado. O enxugamento da máquina administrativa já começou, mas terá que continuar, uma vez que não se trata apenas de enxugar, mas também de reconstruir.

O que deseja o Governo não é chegar ao que alguns chamam de estado minimalista, e muito menos da destruição do Estado.

Ao Estado caberá, no futuro do País, e no futuro próximo, também, um papel extremamente importante. O que se deseja é reorientá-lo para suas novas finalidades, despi-lo de responsabilidades que teve que assumir num certo momento — mas que hoje a iniciativa privada já pode assumir — e reorientá-lo para aquelas funções que lhe são próprias, quais sejam, a função de prover uma moeda estável, não bens materiais, porque outros a iniciativa privada pode, realmente, prover; cabe ao Estado promover o bem comum, a coisa pública, a educação, a saúde, o saneamento, a infra-estrutura, o transporte de massa e também a segurança.

Por isso, é preciso continuar o processo de privatização, para, exatamente, despir o Estado dessas responsabilidades e canalizar recursos que, em diminuindo o seu endividamento, lhe dêem a capacidade de fortalecer-se inclusive desprivatizando algumas das suas atividades, para que realmente possa ser o autêntico — não o produtor dos bens econômicos —

mas o autêntico promotor do bem comum. Para isso, é preciso também uma política industrial e de comércio exterior, como a que vem sendo seguida e que terá que ser aprofundada, isto é, deve haver prioridade em relação ao aumento da produtividade, a melhora da qualidade, a maior competitividade de uma integração na economia mundial, que seja realmente de um lado dinâmica, soberana e muito bem costurada.

Recorro, mais uma vez, Sr. Presidente, a San Thiago Dantas que, já em 1963, afirmava que nenhum projeto nacional é válido, que nenhuma política interna é auto-sustentável se não lograr inserir o país no rumo histórico do seu tempo e sobrepor harmonicamente o nacional e o universal.

Esse esforço de liberalização comercial ocorre num momento em que no mundo se deparam duas forças antagônicas; de um lado as forças do multilateralismo, que são as que mais nos interessam, porque o Brasil tem um comércio extremamente diversificado, não se prendendo a nenhum dos grandes pólos de poder econômico mundial; por outro lado, há um movimento inverso, se o multilateralismo está representado sobretudo pelas chamadas negociações da rodada Uruguai no GATT. Vê-se, ao mesmo tempo, surgir uma reorganização do mundo em torno de três megapassos econômicos. De um lado, a Europa, que se está desenvolvendo, mas que também pode fechar-se; de outro, a América do Norte. Amanhã, iniciam-se as negociações no Canadá entre este País, os Estados Unidos e o México. Isto que pode ser um passo promissor para o multilateralismo pode ser também um passo para a consolidação de um megabloco da América do Norte, em que a América do Sul ficaria separada e mais ou menos ilhada no mundo. Ilhada porque, por sua vez, o Pacífico está se reorganizando em torno do Japão, que está costurando o seu próprio megaespaço, e que poderá também constituir-se no terceiro pé de uma espécie de tripé do poder econômico mundial com três megablocos, em que teria dificuldades a América do Sul, em especial o Brasil, de se inserir de uma maneira dinâmica.

Por isso, é muito importante o projeto do Mercado do Cone Sul, o Mercosul, porque, aí sim, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai não só terão os benefícios diretos de uma integração entre si, mas terão também uma voz mais importante para falar no foro internacional.

Ontem, concluíram-se as negociações preliminares que devem, então, levar a assinatura de um acordo que tem uma característica muito especial. É a primeira vez que, neste continente, quatro países reunidos, a saber: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinam um acordo conjuntamente com os Estados Unidos, visando à liberalização do comércio e a busca de novos rumos para o desenvolvimento deste hemisfério. Se isso está ocorrendo no plano comercial, em que há esta tensão entre o multilateralismo universalista e a formação de megablocos, no sistema financeiro está ocorrendo algo parecido, mas com estrutura completamente diferente.

De um lado, Sr. Presidente, vemos o sistema financeiro globalizar-se. De fato, de uma economia mundial que se globaliza, é o sistema financeiro aquela parte, aquele setor de atividade que mais se globalizou. E, hoje em dia, as transações financeiras diárias já são entre 20 e 30 vezes maiores do que as operações comerciais, tanto é que as taxas de câmbio, muitas vezes, não têm nenhuma relação com os fluxos comerciais, ao contrário do que era na época de Adam Smith, quando o câmbio e comércio estavam intimamente ligados. Essa globalização ocorre dentro de uma estrutura muito mais complexa, muito mais sofisticada, em que a securitização tem um

papel muito importante, há novos instrumentos, novos atores, novas realidades. Isso está acontecendo. Está havendo uma separação cada vez mais crescente entre a globalização de um sistema financeiro internacional entre os países desenvolvidos e outros países, como o nosso, infelizmente ainda separados, quase de maneira estanque, numa segunda categoria financeira, em que se repetem operações de reestruturação da dívida; houve esse fenômeno perverso desde o início da década de 80, e, ao invés daqueles países ricos em capitais, está exportando recursos para os países em desenvolvimento. Houve uma reversão, e hoje o fluxo reverteu, porque os mercados dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos são hoje os grandes tomadores de recursos. Por isso é preciso, realmente, pensar numa normalização, para que possamos reverter a reversão, como conseguiram alguns países na América Latina, em especial o México, a Venezuela, a Colômbia e o Chile.

Mas, se quisermos resumir um pouco estas pinceladas quanto a nossa situação econômica e à política econômica do Governo, poderíamos resumí-las na passagem de um modelo que foi perseguido desde a II Guerra Mundial e que teve muito êxito para propulsionar o crescimento; esse projeto teve o seu êxito e realmente conseguiu assegurar para o Brasil — como mostram os estudos de Angus Madison, por exemplo, feitos para a OECD — conseguiu, repito, para o País, uma das mais altas taxas de crescimento, até fim da década de 70, durante 50 anos, desde 1932. Esse modelo exauriu-se pelos seus vícios, mas sobretudo pelas suas virtudes, uma vez que, se um caminho foi traçado e percorrido, há de se traçar um novo, não porque o anterior estava errado, mas porque chegamos àquele objetivo, e o nosso objetivo na época era um mínimo de industrialização, que foi alcançada. Entretanto, houve insuficiências grandes nesse modelo. Uma delas, o descaso quase sistemático ao verdadeiro cadinho da modernidade: a educação que, infelizmente, foi esquecida no Brasil, relegada a uma segunda prioridade, ao contrário do que fizeram os países que tiveram mais êxito nos últimos anos, por exemplo, esses países que mencionei da área do Pacífico, dos quais se discute a razão do êxito econômico; esse êxito não está em uma abertura comercial, porque ela não foi maior, não está na ausência do Estado; ao contrário, nesses países, o Estado teve uma atuação muito grande, é o caso, por exemplo, da Coreia do Norte. Entretanto, todos eles tiveram uma imensa preocupação com a educação e, sobretudo, com a educação básica que é praticamente universal em todos eles, no mínimo para 12 anos de escolaridade.

A outra prioridade deste nosso modelo foi dada à agricultura, que ficou esquecida não só na grande arrancada do final da década de 50, mas também nos passos, muitos deles acertados, da segunda metade da década de 70; nos grandes momentos de uma política mais coerente de desenvolvimento, a agricultura não teve o seu lugar.

Finalmente, havia uma crença de que o desenvolvimento econômico por si só melhoraria, como uma espécie de efeito colateral ou secundário, e ele melhoraria a perversa distribuição de renda e a provisão das necessidades básicas da população, como saúde, nutrição, saneamento, educação, habitação e transporte de massas. Acreditávamos que teríamos de ter um desenvolvimento a qualquer custo e aí decorreria, de uma maneira quase que natural, necessária, a melhor distribuição de renda, um melhor atendimento a essas necessidades básicas. Isso não ocorreu. Hoje, essas prioridades têm de ter uma igual relevância. O que se procura, portanto, Sr.

Presidente, é um novo padrão de desenvolvimento cuja exaustão, no fim da década de 70, levou-nos ao que se convencionou chamar do ponto de vista econômico, a década perdida dos 80. Não o foi de um ponto de vista mais amplo porque foi a década da conquista definitiva da democracia, valor que, em si, é, inclusive, mais relevante que o desenvolvimento, mas não é suficiente, porque essa democracia tem que não só ser política, mas também econômica e social. O que se propõe hoje em dia é trocar a idéia de um desenvolvimento acelerado, a qualquer custo, por um desenvolvimento atento às novas dimensões social, ambiental e cultural. O que se propõe é trocar a proposta de crescimento em que fica apenas a industrialização por outra que busca crescimento mais harmônico onde têm papel, também prioritário, a agricultura, a ciência e a tecnologia, a construção civil e os serviços, especialmente os sistemas modernos de distribuição, comércio, finanças, seguro e consultoria.

Neste ponto, tomaria apenas um minuto, Sr. Presidente, para, ao falar de ciência e tecnologia, ressaltar aqui a importância que tem este Parlamento para dar ao País uma moderna legislação, tanto em termos de informática quanto em termos de propriedade industrial, porque não podemos ficar isolados, ou querer padrões medíocres neste País e não padrões universais que, ao mesmo tempo, atendam as nossas necessidades nacionais. Seria fatal, Sr. Presidente, o descaso pela ciência e tecnologia, o que acabaria nos condenando a ficar ancorados num pântano, o da obsolescência prematura.

Vejo que o meu tempo está esgotado. Pediria mais alguns minutos para terminar a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sr. Ministro Márcilio Marques Moreira, realmente já se esgotaram os 30 minutos disponíveis para esta sua brilhante exposição. Vai-se seguir, a partir deste momento, a fase de interações. Entretanto, a Mesa concede a V. Ex.^a mais três minutos para concluir a sua exposição.

O SR. MÁRCILIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.) — Agradeço, Sr. Presidente. Como eu dizia, é preciso trocar o modelo de substituição de importações como norte único por postura de maior integração de maneira soberana e competitiva na economia mundial; é preciso estimular tanto a exportação como a importação, não como pólos contrapostos, mas como elos encaixados que podem ajudar-nos no caminho da atualização da economia.

Por outro lado, é preciso trocar o papel central do Estado no processo de desenvolvimento e de produção para redefinir-lo, para dar lugar à iniciativa privada e aos mecanismos de mercado como instrumentos precípuos da produção e da melhor alocação de recurso.

Finalmente, é preciso trocar um desenvolvimento financiado pela inflação ou pelo endividamento interno e externo, para substituí-lo por outro em que o Estado recuperará sua capacidade de investir, através de reforma, reduzindo a carga tributária, que é excessiva e que recai sobre a própria atividade produtiva e a absorção de mão-de-obra, e seja capaz de alargar o universo dos contribuintes; realocar de forma economicamente mais eficaz e socialmente mais justa o peso dos tributos e erradicar a evasão fiscal. No final das contas, ampliar a arrecadação, sem com isso inibir investimento, emprego e a própria economia formal. Para isso, para podermos caminhar com mais tranquilidade, é preciso ter um projeto maior, em que haja a discussão e o consenso sobre as regras do

jogo e maior clareza quanto à idéia da obra a realizar em contexto de uma economia social e de mercado, de um liberalismo — e enfático —, de um liberalismo político e econômico, mas com profunda consciência social. Com isso, ser-nos-á possível, Sr. Presidente, se todas as células do País trabalharem juntas, em clima de amplo entendimento, resgatar a esperança e construir um Brasil politicamente mais democrático, economicamente mais desenvolvido e eficaz, socialmente mais justo. Isso nos credenciará a sermos atores dinâmicos de um novo mundo que se transforma em ritmo histórico acelerado. Isso preparará o Brasil a cruzar o grau de modernidade.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Antônio Mariz — Áureo Mello — Carlos De'Carli — César Dias — Hugo Napoleão — Iram Saraiva — João França — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Richa — José Sarney — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Ney Maranhão — Onofre Quinam — Rachid Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vai ser iniciada a fase de interpelações.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador, dos vinte e um inscritos para a sessão de hoje, a Presidência esclarece uma vez mais aos Srs. Senadores que cada senador utilizará cinco minutos para a interpelação ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, que disporá de igual tempo para a resposta, restando à réplica, se for o caso, dois minutos para o interpelante e dois minutos para o interpelado.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, autor do requerimento do qual decorreu a convocação do Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF, Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, V. Ex^a, Sr. Ministro, fez uma divagação preliminar a respeito de outros temas da economia brasileira. A primeira indagação que faço a V. Exa. é no sentido de saber se o Governo já tem alguma alternativa para o caso de o Supremo Tribunal Federal decidir pelo desbloqueio dos ativos financeiros apreendidos, tendo em vista que poderá ser suscitada uma ação direta de inconstitucionalidade ou o próprio Supremo, através dessas suspensões de segurança que foram concedidas, decidir equacionar a questão liminarmente.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Sr. Senador Maurício Corrêa, o Governo, evidentemente, procura sempre acompanhar o que está ocorrendo no País, inclusive quanto à possibilidade de uma decisão do Supremo Tribunal em relação aos cruzados novos atualmente bloqueados.

Entretanto, não consideramos esta hipótese como muito provável, eis que não foi argüída a inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, e que o Governo está bastante seguro da constitucionalidade desses dispositivos.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Ministro, tenho acompanhado o esforço de V. Ex^a, assim como da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello e, sem dúvida nenhuma, do Embaixador Jório Dauster, na busca de entendimento com os nossos credores externos. Ontem, li esse calhamaço, que é a chamada súmula dos principais termos. O Embaixador Jório Dauster, na Comissão de Assuntos Econômicos, disse que é contrato. Mas, aprendi na Faculdade de Direito que um contrato só

se completa quando há a aceitação. De modo que se trata, evidentemente, de uma proposta. E é, Sr. Ministro, um ato complexo, porque envolve a participação do Governo Federal e, evidentemente, a ação de referendo, de autorização clara do Senado Federal.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal determina:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V — autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios;”

O ritual está sendo cumprido. V. Ex^a, ainda há pouco falou que aguardava que o Senado Federal, imediatamente, autorizasse, tendo em vista os altíssimos interesses, sobretudo para a pacificação da economia, com a possibilidade de novos fluxos de recursos externos.

Mas, o que eu gostaria de deixar bem claro para V. Ex^a — e depois vou ouvi-lo a esse respeito — e para o Senado Federal, principalmente, é que se trata de um contrato — esse, que vai ser celebrado — sinalagmático, quer dizer, impõe obrigações recíprocas, não só para o Brasil, cujo número de encargos é exageradamente grande, mas também impõe encargos e obrigações aos bancos internacionais. Eu diria apenas, dentre aqueles encargos, um, que seria o da aceitação dos 75% da dívida de juros em bônus. Muito bem! Trata-se, portanto, de um contrato que, feito, gerará gravames para a economia interna. É um contrato que impõe severas obrigações para o nosso País. E o art. 49 da Constituição Federal é expresso:

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Vê-se, portanto, sob a minha ótica, que se trata de um ato que não ultima aqui, senão terá que ter a participação de uma segunda instância, que é o Congresso Nacional.

Faço essa advertência, Sr. Embaixador, em razão, hoje, da titularidade abrangente do art. 103 da Constituição Federal, que permitiu que várias entidades brasileiras recorram ao Supremo Tribunal Federal com argüição de inconstitucionalidade. Veja V. Ex^a que nós, parlamentares, participando desse ato complexo, poderemos lavrar, sem dúvida nenhuma, uma decisão inconstitucional.

Quero indagar de V. Ex^a se o senhor já meditou sobre essas conseqüências.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Sr. Senador, em relação a esse assunto, V. Ex^a ressaltou a sua complexidade, e não poderia aqui vestir-me de jurista suficientemente capaz de entrar no exame de todos os aspectos tão bem apresentados por V. Ex^a. O meu diploma de bacharel realmente não me credenciaria para tanto.

Inicialmente, apenas algumas considerações: primeiro, é que se trata de fato de um contrato, que, entretanto, será seguido de outros, com os bancos individualmente, mas ele foi apresentado ao Senado exatamente porque acarreta gravames ao Tesouro.

Entretanto, estimo que não se trata de um tratado, ato internacional, porque internacional, diz mesmo a palavra, é entre nações, e aqui estamos num contrato de crédito entre

o Brasil, no caso de reconstrução, ou de reestruturação de um crédito entre o Brasil, pelo seu Banco Central, e vários credores, mas pessoas jurídicas de Direito privado.

Portanto, não me parece que há esse caráter de tratado internacional, embora haja evidentemente, o caráter de contrato. É um contrato muito comum no Direito Consuetudinário, em que ele não tem ainda uma forma completamente final, porque isso acontecerá quando no mínimo 95% daqueles que detêm a nossa dívida concordarem com ele.

De modo que não me parece que isso fira o art. 103 da Constituição, mas me parece que a aprovação desta Casa seria o suficiente.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Ministro, eu respeito a opinião de V. Ex^a, mas entendo que se trata, evidentemente, de uma operação com uma entidade de Direito interno com entes de Direito externo. Portanto, é algo que implica a anuência do Congresso Nacional, a teor expresso do art. 49, inciso I. Mas é uma questão, evidentemente, que será colocada no exato momento.

Sr. Ministro, a Resolução nº 82 do Senado Federal, no seu art. 2º, determina que:

“O montante de recursos em moeda nacional destinado à aquisição de divisas para saldar os compromissos da União junto à comunidade financeira internacional será restrito à capacidade interna de pagamento, salvaguardadas as necessidades de financiamento não inflacionários do crescimento econômico.”

Vê-se, portanto, que se trata, indispensavelmente, da apresentação junto com essa proposta de contrato, junto com essa sugestão, desse certificado, desse documento, que prova essa capacidade da economia interna com relação aos encargos que vai assumir, para que não haja uma ruptura na ordem econômica brasileira.

Eu queria saber de V. Ex^a por que não foi juntado esse atestado de capacidade a que se refere a Resolução nº 82.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Não nos pareceu que se tratasse de um atestado de capacidade, inclusive porque se pode atestar um fato. Capacidade de pagamento, como V. Ex^a, aliás, ressaltou, é algo extremamente complexo; não é algo fixo no tempo, de que se pode tirar uma fotografia, como um atestado, e apresentar. É algo que pressupõe toda uma realidade, toda uma dinâmica da economia interna e externa, uma vez que a capacidade de pagamento tanto diz respeito à parte cambial, quanto à parte fiscal. Por outro lado, capacidade não é uma via de mão única. Se estamos esperando novos recursos, então isso será realmente uma espécie de fluxo líquido. Entretanto, o Poder Executivo não se furta, de maneira nenhuma, a discutir este assunto. Entendo que a Comissão de Economia desta Casa, que tem mais condições de estudar o assunto do ponto de vista técnico do que eu teria, ouvirá, proximamente não sei se hoje à tarde, ou amanhã de manhã o Presidente do Banco Central, Francisco Gros e o negociador da dívida externa, Embaixador Jório Dauster, que estarão prontos para dar todos os esclarecimentos e as explicações necessárias a uma informada decisão desta Casa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, V. Ex^a está falando para o Plenário do Senado Federal, e não para a Comissão de Assuntos Econômicos. E V. Ex^a é um ministro de Estado. Tenho a impressão

de que esta informação teria que ser dada ao Plenário desta Casa, que, hierarquicamente, é superior à Comissão de Assuntos Econômicos. Pelo que interpreto dessa resolução, é algo extremamente importante, porque disso vai resultar a nossa autorização ou não, porque pressupõe, exatamente, as condições econômicas brasileiras para esse tipo de comprometimento.

Ora, se o Governo não nos manda esse apanhado, enfim, essa colocação escrita de que não influi nessa capacidade, sobretudo porque a própria resolução impõe que não podemos comprometer as nossas reservas que vão permitir as importações nos últimos 12 meses.

Portanto, é de extrema importância que esta questão seja colocada no plenário do Senado. Se V. Ex^a tem alguma restrição de natureza sigilosa que quer invocar, tudo bem, podemos respeitar.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) Sr. Senador, quanto à certeza de o Executivo estar dentro da capacidade, isso está dentro da própria mensagem que o Presidente da República transmitiu a esta Casa, em que Sua Excelência afirma que temos capacidade para isto, o que está lastreado numa série de estudos, que seria exaustivo discutir aqui. E, como disse anteriormente, eu mesmo não teria a capacidade de entrar nos detalhes que seriam necessários para a plena compreensão do assunto, dada a sua complexidade.

Mas há, nessa própria mensagem, a referência explícita a que este item está inteiramente cumprido e, como eu disse, o ilustre Presidente do Banco Central e o negociador da dívida estão preparados para fazê-lo, na Comissão de Economia, que, entendo, então poderá dirigir ao plenário todas as informações que forem necessárias.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Ministro, com o maior respeito que tenho a V. Ex^a, não consta, não. Aqui, neste documento, não consta essa afirmação. Ontem eu li, tive a coragem de ler — e isso aqui é grande — essas letrelinhas. Eu gostaria de dizer até, a esse propósito, que me senti, de certo modo, até envergonhado, mas isso — há de se reconhecer — não desnatura o ingente esforço do Embaixador Jório Dauster. Acho que ele está fazendo o possível. Esse Governo não tem responsabilidades maiores do ponto de vista da dívida contraída. Essa dívida vem do passado.

Agora, o que eu chego a pensar — e diria até, numa espécie de reflexão para os Srs. Senadores — que eu não sei como, Sr. Embaixador, naqueles momentos da euforia brasileira, aqueles nossos ministros da Fazenda, aquelas nossas autoridades tiveram a ousadia de contrair empréstimos tão volumosos a ponto de deixar o nosso País nesse estado de miséria, nesse estado de dificuldade. Li esse documento, Sr. Ministro, com grande constrangimento, como brasileiro. Acho que nele o Brasil se subjugou totalmente aos bancos comerciais estrangeiros. Mas não quero, de modo nenhum, deixar de reconhecer que o esforço de V. Ex^a e da sua equipe tem sido muito grande.

Sr. Ministro, eu gostaria agora de fazer uma indagação sobre um outro assunto, sobre o qual o Embaixador Jório Dauster falou rapidamente na Comissão de Assuntos Econômicos, sem, entretanto, me convencer. A Resolução nº 82 determina a impossibilidade de o Governo brasileiro autorizar o pagamento de honorários advocatícios, de despesas de transporte e de hospedagens. Para que se colocasse essa proposta em termos de ser examinada pelo Governo brasileiro, S. Ex^a

afirmou lá que, no caso dos honorários advocatícios, a resolução não se aplica, porque se aplica exatamente ao Governo brasileiro, quer dizer, seria de sua responsabilidade. Mas o próprio Embaixador Jório Dauster cai em profunda contradição, porque ele apresenta uma carta, no final dessa súmula, dizendo que o Brasil solicita ao Comitê de Bancos que seja isento do pagamento da hospedagem e do transporte, mas não faz menção aos honorários e, logo em seguida, o Comitê de Bancos, de uma maneira textual, embora muito diplomática, diz que não aceita isso.

De sorte que, embora a resolução vede, está nessa súmula que somos obrigados a pagar esses encargos. Eu vi referência a isso, Sr. Embaixador, seguramente, umas quatro ou cinco vezes, em diversos dispositivos e cláusulas dessa súmula que o Comitê dos Bancos, especificamente, nos apresenta. V. Exª, autorizando o pagamento disso, estaria infringindo disposição expressa da Resolução nº 82, V. Exª teria algum dado a respeito desse assunto?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Sim, porque, inclusive, esse ponto foi negociado já quando eu tinha assumido o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. O que o Embaixador Jório Dauster disse, por minha instrução, é que o Brasil não pagará, ele não solicitou, ele disse que não pagará despesas relativas à viagem e à estada.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Quero dizer, Sr. Ministro, para concluir, porque o meu tempo já se esgotou, que o Embaixador colocou essa carta no final do documento — aliás, eu não vi nenhuma assinatura no documento, mas eu não ponho em dúvida isso — com a resposta do Comitê, dizendo que não aceita.

O Embaixador, inclusive, teimou em me dizer que se tratava de um contrato, e eu disse que não, que dependia ainda da nossa aceitação. Evidentemente que, pela Resolução nº 82, não é possível esse tipo de obrigação por parte do Governo brasileiro.

Sr. Ministro, eu agradeço a atenção de V. Exª Entendo que houve muitos avanços na negociação desse financiamento de juros com os bancos comerciais estrangeiros. Também não quero negar aqui as sucessivas vindas, o desconforto, diria, até — porque seguramente deve ter acontecido —, o constrangimento do nobre Embaixador Jório Dauster, mas eu indagaria se é intenção de V. Exª mantê-lo como negociador da dívida externa. É importante para nós essa sua afirmação.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Quanto ao contrato, Sr. Senador, trata-se de fato, de uma minuta de contrato, que só se tornará contrato quando, aprovado por esta Casa, vier a ser publicado. Por enquanto, é uma minuta, sem assinatura, por isso mesmo.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Estamos de acordo. Eu não estou de acordo é com o Embaixador Jório Dauster nesse aspecto, mas estou de acordo com V. Exª

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Quanto à permanência do Embaixador Jório Dauster na direção das negociações, dependerá muito dele mesmo, porque ele me apresentou algumas razões pelas quais talvez preferisse alguma outra função importante no serviço diplomático brasileiro. Mas isso não está decidido, Sr. Senador.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Ministro, V. Exª saberia me dizer o total da dívida brasileira?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — A dívida total é de 123 bilhões de dólares.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — E o valor de juros atrasados até 30 de dezembro de 1990?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Algo entre 8 e 9 bilhões de dólares.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Quer dizer que não há uma definição clara.

Agradeço a V. Exª, estou satisfeito com suas respostas.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estabelece o art. 398, alínea j:

“Terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abri-se-á a fase de interpeção, pelos senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpeção de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpeção, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para réplica.”

Sr. Presidente, tratando-se de norma regimental expressa, e como V. Exª se conduz como sempre muito bem na presidência dos trabalhos, solicito a V. Exª, até para o bom desenvolvimento dos nossos trabalhos, inclusive para que possamos auferir os melhores resultados da exposição que o Ministro ora faz, que se observe, com a devida vênica, os exatos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Líder do Governo, nobre Senador Marco Maciel, que S. Exª praticamente se antecipou ao aviso que a Mesa pretendia transmitir ao Plenário. Habitualmente, a Mesa procede com tolerância e liberalidade na condução desse tipo de debate.

Em relação ao Senador Maurício Corrêa, tendo sido S. Exª o autor do requerimento de que decorreu a convocação do Ministro Marcílio Marques Moreira, essa flexibilidade e tolerância se tornaram bem maiores. Mas a invocação do dispositivo regimental, feita agora por V. Exª, conduzirá o Presidente a manter-se de fato inflexível. Se o Senador utilizar os cinco minutos na interpeção inicial e o Ministro também o fizer por igual prazo, ambos disporão de dois minutos para réplica, conforme prevê o Regimento da Casa.

Essa é a advertência da Mesa a todos os Srs. Senadores, ainda mais porque prognosticamos que esta sessão possa alcançar as 18 horas e 45 minutos, dado o número avultado de 22 senadores inscritos, e ainda temos, hoje, uma sessão do Congresso Nacional às 19 horas, para apreciação de importantes matérias, a primeira das quais a Medida Provisória nº 296, cuja inadmissibilidade vai ser examinada soberanamente pelo Plenário do Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES) — Sr. Embaixador Marcílio Marques Moreira, ao ouvir a sua exposição nesta tarde, senti-me orgulhoso de minha condição de brasileiro. V. Ex^a impressionou-me profundamente quando, em seu discurso, destacou os seguintes pontos: a necessidade de um Brasil socialmente mais justo; a necessidade de reformas estruturais; a erradicação da evasão fiscal, como imperativo do interesse nacional; uma política fiscal mais austera e, pela primeira vez, desde que ingressei na vida pública em 1963, ouvi, de um ministro da Fazenda, a afirmação de que a educação é a prioridade mais importante do Brasil.

Desejo felicitar o Presidente Fernando Collor de Mello pela escolha de um diplomata e de um homem da mais alta categoria, como V. Ex^a, para ocupar o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Como V. Ex^a enfatiza a necessidade de uma política fiscal austera e de uma erradicação da evasão fiscal, desejo destacar alguns dados que colhi em abril, quando em companhia do nobre Senador Eduardo Suplicy, participei, em São Paulo, de um seminário, promovido pelo Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Tesouro Nacional, com revelações estardalhadas: somando-se as sonegações de impostos federais, estaduais e municipais em nosso País, o total gira em torno de 100 bilhões de dólares!

Pouco antes, Sr. Ministro, eu mantivera uma conversa informal com a Ministra Zélia Cardoso de Mello — quando S. Ex^a esperava a hora de depor na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Eu lhe perguntei se era verdadeira a informação de que a sonegação de impostos em São Paulo, nas áreas federal, estadual e municipal, era igual ao Orçamento Geral da República? Ela não hesitou um momento e disse-me: “É mais ou menos isso”.

Sr. Ministro, o Brasil tem ao menos 58 diferentes impostos! A sonegação fiscal é a regra geral, mas nunca surgiu alguém, neste País, com um nítido programa de combate à sonegação fiscal nos três níveis: municipal, estadual e federal. V. Ex^a representou o Brasil, com um brilho singular, nos Estados Unidos e sabe, tanto ou mais do que nós, que lá e em outros países desenvolvidos a punição para a evasão fiscal é cadeia. Só poderemos transformar a sociedade brasileira, se adotarmos o mesmo sistema. No Brasil, como ficou evidenciado nesse seminário sobre a evasão fiscal em São Paulo, a evasão fica, em 99% dos casos, impune. Alguns anos antes, eu interpelara o Ministro Delfim Netto, titular da Pasta da Fazenda, e S. Ex^a me confirmou que um supermagrão de São Paulo recusou-se a assinar a sua declaração de renda, preparada pelo seu contador, porque ele não apenas estaria liberado de pagar um centavo que fosse de Imposto de Renda, além do que já havia descontado na fonte, mas ainda receberia uma devolução do dinheiro já recolhido ao Tesouro Nacional.

Ministro Marcílio Marques Moreira, só poderemos resolver os problemas deste País, quando a sua riqueza não estiver concentrada, como agora, nas mãos de uma ínfima minoria de privilegiados. Teremos de cumprir o programa que V. Ex^a aqui delineou: uma austera política fiscal, um combate permanente à evasão de impostos, dando-se ainda a maior prioridade à Educação, não apenas à educação do povo, com este índice alarmantíssimo de analfabetismo: quase 90% de brasileiros não terminam a escola de 1º grau, sendo por isso considerados funcionalmente analfabetos. Precisamos fazer uma autocrítica e proclamar que, além de procurarmos educar o povo, precisamos educar a classe política, lutando pelo cumprimento do artigo da Lei Orgânica dos Partidos, introduzido

por mim, em 1965, que determina que cada partido deve manter um instituto de formação política.

Renovo as minhas felicitações pelo brilho e pela objetividade da sua magnífica exposição, Ministro Marcílio Marques Moreira.

Formulo a V. Ex^a uma indagação concreta. Apesar de V. Ex^a ter tomado posse há poucos dias, já tem pleno conhecimento de que a evasão fiscal no Brasil atinge níveis assombrosos, provavelmente sem nenhum tipo de comparação com qualquer outro país do mundo capitalista? Esta é a indagação que faço a V. Ex^a

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia) — Muito obrigado, nobre Senador João Calmon e muito obrigado, sobretudo, pelos generosos conceitos que V. Ex^a teve ocasião de delinear a meu respeito.

Quanto ao problema da educação, nós, no passado, trabalhamos juntos e, realmente, é uma prioridade do Governo, como deve ser uma prioridade da sociedade porque, como disse, a Educação é o verdadeiro cadinho da modernidade, é o verdadeiro passaporte que temos para o mundo moderno.

Quanto à sonegação e à evasão de impostos, realmente, é alarmante. Não saberia dizer se o número que V. Ex^a citou é exato ou não, acredito que deva ser, já que vem de V. Ex^a, mas o que posso afirmar é que, de fato, a evasão e a sonegação de impostos, no Brasil, é algo extremamente grande. É por isso que precisamos de uma ampla e abrangente reforma fiscal que alargue muito o universo dos contribuintes, que simplifique ao contribuinte o próprio cumprimento do seu dever e, hoje, temos, como V. Ex^a disse, talvez 80 impostos. Isso é absolutamente absurdo. É preciso simplificar para que o contribuinte possa, realmente, cumprir a sua missão. Por outro lado, o que não o fizer, tem que ser severamente condenado, severamente punido. Ainda, anteontem, eu tive ocasião de ler um artigo extremamente interessante de José Córdoba, um espanhol que foi Assessor de François Mitterrand e Jacques Attali — e o Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso conhece bem — e que, hoje, é o principal Assessor Econômico do Presidente Salinas de Gortari, no México. Lá, também, eles simplificaram extremamente os impostos, diminuíram as alíquotas, mas aumentaram muito a fiscalização da arrecadação, e dizia ele: “É impossível um país ter alíquotas do Primeiro Mundo, que são alíquotas extremamente baixas, mas padrões de arrecadação do Quarto Mundo em que, realmente, a evasão prevalece sobre o fomento de impostos”. De modo que este ponto, Sr. Senador — V. Ex^a pode estar seguro — será uma das prioridades da reforma tributária e, depois, da execução que se seguirá a ela.

O SR. JOÃO CALMON — V. Ex^a acaba de tomar posse no Ministério da Economia e, provavelmente, não tomou conhecimento de que no começo deste ano foi congelado um total de 95% das verbas do Orçamento da República destinadas a investimentos. O Brasil tem, como todos nós sabemos, um artigo na sua Constituição, o art. 212 que determina um percentual mínimo da receita de impostos federais, 18% e, no mínimo, 25% da receita de impostos estaduais e municipais para manutenção e desenvolvimento do ensino. Portanto, esse congelamento de 95% das verbas orçamentárias destinadas a investimentos, incluindo a área da educação, fere o que determina, com a maior nitidez, a nossa Carta Magna.

Aproveito este minuto final, para fazer um apelo a V. Ex^a para o reexame desse congelamento, porque, realmente, ele está prejudicando, de maneira deplorável, a educação em

nosso País, que segundo já proclamou o atual Presidente da República, Fernando Collor, é também uma prioridade do seu governo. Sendo V. Ex^a um homem da mais alta categoria, com uma visão invejável do Brasil e do mundo, fica aqui esse meu apelo em favor da educação, que V. Ex^a proclamou que deve ser a prioridade principal do nosso País. Muito obrigado.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.) — Nobre Senador, o assunto será examinado com o devido cuidado que merece.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, o nobre Senador Eptácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PDC — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, desejo fazer apenas uma indagação. Antes, porém, desejo dizer a V. Ex^a que nós passamos 20 anos de uma revolução, onde o ato institucional se sobrepunha à própria Constituição; depois tivemos um período onde o povo aguardava regras definitivas da nova Constituição. Então, a ausência de regras claras, estáveis, definidas a duradouras foi a determinante da evasão de uma massa considerável de recursos capazes de financiar investimentos. Foram cerca de 40 bilhões de dólares que, a partir de 1984, se evadiram do Brasil, em uma fuga de capitais sem precedentes na História do País. Esse é um fato.

Por outro lado, no início do Governo do Presidente Fernando Collor, a equipe econômica comandada pela Ministra Zélia Cardoso de Mello, no estilo *hard*, congelou os ativos financeiros, o que jamais se fez neste País. E nesses ativos congelados — os quais, como disse V. Ex^a ainda há pouco, serão devolvidos em moeda corrente, dentro do cronograma previsto, isto é, a partir de setembro — nesses ativos temos depósitos comuns, aplicações e cadernetas de poupança. Nas cadernetas de poupança temos dois tipos de depositantes: o depositante comum e o depositante ocasional — já que no mês de fevereiro o número de dias úteis é menor, o dinheiro saiu do *over* e foi para a poupança, numa tentativa de obter maior rendimento.

O que quero dizer a V. Ex^a é que o povo, que já se ressentia da falta de regras claras, duradouras, definidas, ficou estarecido, pois desde a criação da poupança, no começo subordinada ao BNH pela Resolução nº 91, de 10 de dezembro de 1980, publicada no *Diário Oficial*, de 20 de março de 1981, tinha a garantia para a ordem de 2.000 UPC.

Extinguiu-se o BNH, mas não foi extinta a garantia do Governo, e o Banco Central, pela Resolução nº 1.445, de 5 de janeiro de 1988, publicada no *Diário Oficial*, de 6 de janeiro, mudou essa garantia para 3.500 OTN. Era uma garantia tão forte, Sr. Ministro, que mesmo que o banco quebrassem, falissem ou fechassem o Banco Central garantia o dinheiro do poupador.

De repente, como disse a V. Ex^a, essa garantia desapareceu, o Governo congelou os cruzados novos. Setembro se aproxima e V. Ex^a diz que vão ser liberados ativos em moeda corrente, dentro do cronograma.

Fica V. Ex^a também a se perguntar: Será que os poupadores vão retirar o dinheiro, ou será que vão aplicá-lo novamente?

Por outro lado, os poupadores estão se perguntando: O que fazer com a poupança, vez que vou recebê-la fatiada?

Grande número de poupadores tinha na poupança uma forma de retirar parte de seus rendimentos para complementar

a sua despesa mensal. Claro que recebendo essa poupança fatiada, o poupador vai ter, primeiro, a certeza de que não terá uma renda para complementar a sua receita mensal. E fica, também, perguntando: Em quem confiar? Em que lei confiar?

Então, quero, ao fazer a pergunta, dizer a V. Ex^a que a crise que sinaliza o esgotamento da capacidade de poupança interna mascara um problema em cujo cerne está a ausência de credibilidade dos poupadores nas autoridades econômicas e, mais particularmente, na continuidade da política econômica pela falta de uma legislação clara, estável, definida, duradoura. Falta, também, a credibilidade em nós; políticos, por falta dessa legislação.

A minha pergunta é: Por que o Governo — e quando digo o Governo digo V. Ex^a, digo o Poder Legislativo —, por que nós não cuidamos de criar essas garantias através de leis claras, duradouras e definitivas? Por que, por exemplo, V. Ex^a — que inicia o estilo *soft* — busca no acordo da negociação da dívida externa, a credibilidade do Brasil no exterior? Por que todos, juntos, não procuramos a credibilidade do Brasil no interior, junto aos poupadores? Acredito, e acredito porque todos nós aqui somos o resultado da credibilidade popular, que nenhum de nós chegaria aqui se não houvesse essa credibilidade popular. Devemos nos unir para tentarmos, por exemplo, que V. Ex^a mandasse — porque V. Ex^a participa do Governo central — uma proposta com dois enfoques que se completassem. Primeiro, as cadernetas de poupança, que no dia 15 de março de 1990 estavam dentro das garantias estabelecidas pelo Governo como intocáveis, serão convertidas integralmente em cruzeiros. E uma lei dizendo: nenhuma medida provisória poderá tocar no dinheiro que estiver assegurado pela garantia do Governo. Porque, aí sim, com a credibilidade que haveremos de conseguir junto ao povo — Executivo, Legislativo e Judiciário demonstrando que estão aí para cumprir a lei — posso garantir a V. Ex^a, se fizer esta proposta, os poupadores manterão as suas poupanças dentro daquilo que foi o objetivo com o qual foram criadas, de tirar uma parte do rendimento para garantir o sustento de suas famílias.

Pergunto: V. Ex^a estaria disposto a examinar essa tentativa de recuperar a credibilidade, embora corresse o risco de devolver esse dinheiro para os cruzeiros atuais, mas na certeza de que faria com que o povo entendesse que a garantia do Governo realmente é para valer?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Muito obrigado, nobre Senador Eptácio Cafeteira.

Quanto às medidas que foram tomadas em março do ano passado, eu apenas gostaria de dizer que elas o foram num contexto muito especial. Concordo inteiramente com V. Ex^a, e já o disse, aliás, na minha própria exposição, que uma das principais funções do Governo é dar confiabilidade à moeda, que considero o símbolo crucial das trocas no sistema econômico, numa espécie de língua franca do sistema econômico. De modo que esse símbolo tem que ser estável, confiável, senão se instaura uma babelização das relações econômicas. E era esse o perigo que se apresentava em março do ano passado, porque infelizmente a confiança não se alcança apenas pelas leis, embora essas sejam indispensáveis, cruciais, prioritárias.

Infelizmente, há realidades econômicas que, na prática, podem ter resultados muito diferentes. A hiperinflação nada mais é exatamente do que o colapso repentino da confiança

na moeda e, portanto, também nos governos que a emitem. A história das hiperinflações mostra claramente que os poupadores, quaisquer que fossem os tipos de garantia legais que tivessem, perderam tudo o que tinham. Num momento da hiperinflação há o colapso total; então, os valores não têm mais nenhum valor. V. Ex^a se lembra daqueles quadros da hiperinflação alemã, por exemplo, onde aquelas pessoas que tinham poupado, que tinham aqueles papéis, levavam às vezes carrocinhas para carregá-los? Aquilo que era só poupança tinha, de um dia para outro, se nebulizado, tinha realmente evaporado. Foi essa a realidade que o Governo quis enfrentar ao tomar as suas medidas, que foram, realmente, muito duras, não deixo de reconhecer.

Quanto à sugestão de V. Ex^a, claro que estamos prontos e dispostos a dialogar, a estudar, a examinar com V. Ex^a, com esta Casa, com quem quer que seja, quaisquer propostas que possam lastrear, por instrumento jurídico, aquela confiabilidade que desejamos dar à moeda através de uma política austera, confiável, consistente no tempo.

Creio que só teríamos a ganhar através desse diálogo, desse exame em conjunto da melhor maneira de reconstruir esta confiança. De certa maneira já está reconstruindo, pois conforta-nos ver que os saldos das cadernetas de poupança, apesar desse trauma que, reconhecemos, foi duro, têm crescido. Mas estaremos prontos a examinar quaisquer medidas adicionais que instaurem na população essa confiança tão indispensável.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Sr. Ministro, agradeço a resposta de V. Ex^a. O Brasil está começando a readquirir a sua credibilidade nas suas autoridades no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. E a presença de V. Ex^a à frente da equipe econômica tranqüiliza a muitos de nós. Se não tranqüiliza a todos, é porque alguns ainda esperam que V. Ex^a se antecipe, por exemplo, a esse fatiamento da poupança. Tenho a certeza de que V. Ex^a mostrará que, confiando no povo brasileiro, terá a mesma retribuição que confiando nos nossos credores, pois ao pagarmos parcela da nossa dívida teremos novos investimentos em nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre orador Eduardo Suplicy.

A Mesa comunica à Casa que, após a interpelação do Sr. Eduardo Suplicy, fará, como é tradição, a suspensão dos trabalhos por 5 minutos, a fim de que o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento possa reavaliar, com os seus assessores, a primeira etapa desse debate na tarde de hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP) — Sr. Presidente, Senador Mauro Benevides, Exm^o Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira.

A Resolução nº 82 diz o seguinte:

“Para os efeitos desta resolução, entende-se por níveis de reservas de divisas compatíveis com as necessidades mínimas de importação aqueles que asseguram recursos suficientes para manter a média das importações dos últimos doze meses, contados a partir da publicação desta resolução, durante o período mínimo de quatro meses.”

Na data de hoje, elevando em conta a média dos últimos doze meses e os quatro meses necessários conforme aqui definido, qual seria exatamente o nível mínimo de reservas que precisa ser levado em conta?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Seriam precisos 6,8, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Portanto, seis bilhões e oitocentos milhões de dólares.

Na manhã de hoje, não foi possível ao Embaixador Jório Dauster e ao Presidente do Banco Central — pelo menos durante a exposição — informarem o fluxo de pagamentos decorrentes desse acordo e demais decisões tomadas na área da dívida externa. É muito importante que haja a projeção total desses desembolsos para o Senado Federal, antes que tomemos uma decisão sobre o acordo. Caso V. Ex^a não a tenha neste instante, poderemos contar com isso, ainda nesta semana, bem como o demonstrativo da capacidade interna de pagamento compatível com os pagamentos a serem efetuados pelo setor público?

A Resolução nº 82 menciona especificamente que:

“Entende-se por capacidade interna de pagamento a diferença positiva entre as receitas e despesas da administração pública federal direta e indireta, excluída as das instituições financeiras federais.”

Ou seja, é preciso que o Senado Federal tenha a demonstração clara desse fluxo de pagamentos e despesas. Uma vez efetuado os pagamentos ao exterior, aos credores internacionais, decorrentes desse acordo e demais decisões, que isso não vá implicar sacrifícios à economia brasileira, incidente sobre a taxa de crescimento, que precisa ser auto-sustentada em nível positivo maior do que o crescimento da população.

E que seja demonstrado também em que os eventuais sacrifícios incorrerão. Por exemplo, decorrente desse acordo, é possível que o Governo brasileiro deixe de ajustar salários de servidores públicos federais levando em conta o ajustamento devido que deve ser feito em função da inflação? Que outros eventuais sacrifícios, se eles ocorrerem, estará o Governo obrigado a realizar para que esse acordo seja realizado?

Pergunto se essa demonstração poderá chegar às nossas mãos oportunamente, antes que venhamos a dar o nosso veredito sobre o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro, que dispõe de 5 minutos para responder às indagações do nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sr. Presidente, como houve alguns senadores que se utilizaram de interrogações breves para respostas breves, também escolhi esse caminho, se puder. V. Ex^a já permitiu que outros o utilizassem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Senador Eduardo Suplicy que a assessoria da Mesa está computando o tempo, mesmo que ele se desdobre em várias perguntas, e os 5 minutos iniciais de V. Ex^a praticamente se esgotaram; mas V. Ex^a disporá ainda de um minuto para concluir essa exposição, na primeira etapa que lhe é garantida pelo Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP) — Sr. Ministro, aguardo a resposta.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Sr. Senador, V. Ex^a pode estar certo de que esses dados que como disse, são muito complexos, estarão à disposição desta Casa através dos

depoimentos do Presidente do Banco Central e do negociador da dívida, Embaixador Jório Dauster, que voltarão à Comissão de Assuntos Econômicos com todo esse material, para fazer uma ampla demonstração de que esse acordo não representará sacrifício suplementar. Certamente não haverá nenhum sacrifício em termos de salários, isso está absolutamente excluído.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Bom, estamos aguardando essa explicitação em termos numéricos, em termos do fluxo de pagamentos e de receitas em relação às despesas.

Sr. Ministro, V. Ex.^a mencionou que instruiu o Embaixador Jório Dauster para que dissesse aos negociadores externos do Comitê Assessor de Bancos que o Brasil não aceitará pagamentos de hospedagens e de viagens; mas não mencionou os honorários advocatícios e despesas correntes que estão no sumário e que são vedados pela Resolução nº 82.

Queremos informar que o entendimento, que acredito deva ser o do Senado, é o de que tais despesas com honorários advocatícios, eventualmente contratados pelo Comitê Assessor de Bancos, não podem ser apresentados como conta ao Governo brasileiro.

Sr. Ministro, V. Ex.^a é Presidente do Conselho Monetário Nacional. Esse Conselho, por legislação, pode modificar alíquotas, e, em função até de seu poder, datado de decreto-lei de 1974, isentou credores externos de pagamento de Imposto de Renda sobre juros. Entendo, Sr. Ministro, que tal autorização não é mais permitida pela Constituição brasileira.

O art. 150, que fala das limitações do poder de tributar, diz:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

(...)

II — instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.”

Entendo, Sr. Ministro, que os credores internacionais, residentes no exterior, são pessoas jurídicas que devem pagar o Imposto de Renda. Aqui, este sumário menciona que os bônus, que correspondem a mais de seis bilhões de dólares, estão isentos de pagamento de Imposto de Renda.

O Embaixador Jório Dauster, ainda na manhã de hoje, mencionou que, caso viéssemos a obrigar os credores a pagar o Imposto de Renda devido, isso poderia resultar numa modificação do entendimento sobre o acordo. Entretanto, o que observo é que, mesmo que haja taxas *libor* no mercado internacional constatadas aqui, essas são as vigentes no mercado para todo e qualquer tomador de empréstimo, como no caso brasileiro. Mas aquele que, ao conceder crédito recebe juros, conforme a legislação do país em que estiver, terá que pagar o Imposto de Renda devido. Nos Estados Unidos, um banco que emprestar a outro, ao nível da taxa de mercado, terá que pagar o Imposto de Renda devido pelos juros recebidos.

Por que razão deveríamos nós, o Brasil, estar isentando de pagamentos de Imposto de Renda? Qual a razão ética, do ponto de vista da justiça social, para isentar credores internacionais de pagar o Imposto de Renda devido?

Entendo que especificamente este ponto precisa ser alterado, Sr. Ministro, até por uma questão de dignidade e defesa

da nossa soberania. Na linha, por exemplo, de que falava o ex-Embaixador e ex-Ministro, citado duas vezes em seu pronunciamento, San Tiago Dantas, que exatamente em 1963 foi conversar com o Presidente John Kennedy, levando uma carta do Presidente João Goulart, disse antes, com firmeza, em pronunciamento durante uma hora por emissora de rádio e de televisão, que iria lá, não para negociar a independência brasileira, mas para dizer, em termos duros, o que seria a vontade expressa do povo brasileiro e sem nada esconder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Ministro Marcílio Marques Moreira.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Sobre os três pontos levantados por V. Ex.^a, teria primeiro a dizer que quanto às despesas jurídicas entendo que elas são vedadas quando são de exclusivo interesse dos bancos individuais. No método de trabalho, entretanto, conduzido dentro do Comitê Assessor de Bancos com os delegados brasileiros, há uma parte de exclusivo interesse, este então não é coberto, e há uma parte em que este comitê realmente age em termos de um interesse global e aí, então, este tipo de despesa seria coberto, como é da tradição em todos os tipos desta negociação.

Quanto à isenção do Imposto de Renda sobre os juros dos bônus, entende a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que esta isenção pode ser concedida, inclusive, porque é uma prática internacional. Os próprios Estados Unidos nos bônus, que eles modificaram, faz algo como seis anos, exatamente quando passaram a ser tomadores de recursos no exterior, modificaram a sua resolução e isentaram os bônus do Imposto de Renda.

De modo que certamente se poderia cobrar, mas como disse V. Ex.^a as taxas de juros hoje no mercado internacional são referenciadas nas taxas básicas, no nosso caso, à taxa *libor*, que é uma taxa de captação. De modo que, se imposto fosse cobrado, ele seria adicionado ao custo, porque seria um custo da captação. O resultado líquido para o Brasil seria o mesmo; nós apenas estaríamos tomando, em termos de impostos, uma certa quantia que estaríamos devolvendo em termos de custo de captação por outro. E o resultado líquido seria exatamente zero, porque esta é a realidade de um mercado internacional extremamente ativo e com regras de atuação extremamente fixadas e conhecidas, que são uniformes e de padrão internacional.

Quanto ao encontro a que V. Ex.^a se referiu, escutei-o com muita emoção. Tive a oportunidade rara, naquele momento, para um 2º secretário de embaixada, de ser, além do Embaixador brasileiro, o único que participou da reunião entre o Ministro San Tiago Dantas e o Presidente John Fitzgerald Kennedy. Foi uma reunião de 1 hora e 20 minutos, em que realmente se discutiram os problemas brasileiros de uma maneira soberana, da mesma maneira que, atendendo à inspiração de San Tiago Dantas, estou procurando conduzir as discussões agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sr. Presidente, concluindo, temo que o Brasil não cobrando Imposto de Renda, os credores terão que pagar Imposto de Renda, que de outra maneira viria ao Tesouro Nacional, para o tesouro de seus respectivos países.

Caso a *libor* no mercado internacional baixe de 6%, a pergunta que colocaria é: Como ficaria o piso estabelecido no contrato, se está dito que ficará em 6%, se porventura

o piso no mercado internacional do *libor* cai para 5%, o que não é de todo impossível?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Quanto a esse último ponto, ilustre Senador, o que ocorre, exatamente também nos padrões do mercado financeiro, é que do momento em que nós exigimos — e o fizemos bem — um teto, também há necessidade de um piso, senão o teto, a taxa fixa que seria lançada seria muito superior. As diferenças que pode haver a mais são realmente muito maiores, porque se conhece a explosão das taxas de juros de 1979/80; como V. Ex^a sabe, essa *libor* foi a 21,5%. De modo que a diferença média entre o teto é de 8% e 21%, enquanto que a queda é realmente muito pequena. Poderíamos, hipoteticamente, chegar a 5%, mas, como V. Ex^a sabe, na quinta-feira, essa *libor* estava em 6 3/8%; tem variado entre 6 e 7% nesses últimos meses. É possível, mas isso é negociado. Quer dizer, para termos um teto, temos que ter um chão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos suspender a sessão por cinco minutos.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que permaneçam em plenário durante esse espaço de tempo, a fim de que o Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira possa avaliar, com seus assessores, essa parte inicial do seu debate no Senado Federal.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(Suspensa às 17 horas e 4 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está reaberta a sessão.

A Presidência pede a S. Ex^a o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento que retome a sua posição na tribuna à esquerda da Presidência.

Neste momento, obedecendo à ordem de inscrição, a palavra é oferecida ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL — BA) — Sr. Ministro, a partir de 15 de abril, o Governo anunciou e fez publicar o documento "Brasil — Projeto de Reconstrução Nacional". Em seguida, tornou muito claro que o fazia para que se pronunciassem a respeito do documento a sociedade e, especialmente, as duas Casas do Congresso Nacional.

Nesta Casa, o documento foi examinado, e inclusive tive a oportunidade de, embora modestamente, apreciá-lo, louvar a iniciativa e fazer as sugestões que me pareceram adequadas.

V. Ex^a, há pouco, na sua exposição, assinalou que o Governo está com os pés na terra, tendo em vista as dificuldades, mas voltado para o horizonte, o que significa atento a um futuro próximo e remoto. E, de passagem, fez uma referência ao Projeto de Reconstrução Nacional. Exatamente a respeito que eu lhe pediria a bondade de esclarecer em que estágio de desenvolvimento se encontra o projeto, se já há prioridades definidas; se há previsão de recursos anuais e plurianuais, já que o Congresso deverá entrar em recesso em julho e no segundo semestre deverá receber o Orçamento em que, de certo, haverá alguma previsão a respeito. É a primeira indagação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, para responder a interpelação do Senador Josaphat Marinho.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Nobre Senador Josaphat Marinho, como V. Ex^a ressaltou, o Governo teve ocasião, em 14 de março deste ano, de apresentar o Projeto de Reconstrução Nacional, em torno do qual foram vertebradas um elenco de medidas para colocar, digamos assim, o País em dia — os italianos diriam um *aggiornamento* do país —, para prepará-lo para a modernidade.

Como no próprio documento está registrado, há uma série de atos de diversa competência que terão que ser implementados, desde emendas constitucionais até projetos de lei, até atos, decretos, portarias. E até hoje está sendo seguido um cronograma com grande senso de urgência para implementar isso. Vários decretos já foram expedidos, alguns projetos de lei apresentados, alguns já aprovados. Se não me engano, há hoje em dia, sob exame do Congresso, 13 projetos de lei e novos serão apresentados à medida que estiverem prontos ou à medida que outros tiverem sido aprovados e, portanto, se possa continuar neste afã de colocar no concreto esse projeto de reconstrução que, como eu disse na minha exposição, é um marco básico da política do governo em relação ao horizonte médio e longo. E evidentemente o projeto orçamentário, que será apresentado em agosto, levará em conta aqueles projetos já aprovados e os que tiveram em tramitação. Eu mesmo tive a ocasião de me referir à legislação que está perante esta Casa, por exemplo, reformando a antiga lei sobre propriedade industrial, que é extremamente importante, porque a sua aprovação propiciará um renascimento da criatividade de atividades de ciência e tecnologia neste País. E há outros também em tramitação.

De modo que, no próprio projeto, já há uma priorização; e, quanto à parte cronológica, esses envios constantes de projetos ao Congresso mostram que o ritmo está sendo seguido.

No momento, durante junho, parece-nos que a melhor política é a de nos concentrar. E a minha equipe está inteiramente à disposição do Congresso, desta Casa, para esclarecer qualquer ponto, porque o importante será a aprovação dos projetos atualmente em tramitação, para depois, em agosto, voltarmos com um novo grupo de projetos de lei.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Poderia V. Ex^a esclarecer se é intenção do Governo converter esses projetos que estão sendo isoladamente estudados num documento único, tradutor do plano plurianual de ação, ou se vai mesmo desdobrá-lo em partes? Ou ainda não tem condições de afirmativa desta natureza?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Nobre Senador, realmente eu não teria condições de dizê-lo. Entretanto, o projeto não é um plano de investimento plurianual. Ele, de fato, é um elenco de medidas muito importantes. Algumas são projetos de lei, algumas são regulamentos. Mas o Governo certamente está pensando em algo para consolidar o seu pensamento quanto a um projeto para o futuro.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço a V. Ex^a e lhe pediria apenas que atentasse na possível conveniência, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista político de encaminhamento da matéria no Congresso, de converter as idéias isoladas num plano de ação, de maneira que daí resultasse maior unidade e mais segurança para a execução do plano plurianual. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Eu que agradeço a sua sugestão extremamente valiosa. Muito obrigado.

Durante a interpelação do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras.

V. Exª dispõe de 5 minutos.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE) — Sr. Ministro, no princípio da década de 80 assistimos ao fim de um processo de desinvestimento financiado por empréstimos externos, pelos reinvestimentos das empresas nacionais e pelos investimentos de empresas internacionais aqui sediadas.

Este processo exauriu-se presentemente. Somos exportadores líquidos de capital; temos uma dívida externa de cerca de 120 bilhões de dólares, devendo no mercado interno e à população a quem temos de devolver o que lhe tomamos de empréstimos, algo como 13 bilhões de dólares.

O clima internacional não nos é favorável se não apresentarmos ao mundo financeiro uma proposta que lhes atenda minimamente e que há de representar, na melhor das hipóteses, um aumento no espaço interno, da inflação, que se situa em termo de 10%, mas que esconde um represamento de, no mínimo, 20%. As estradas estão a exigir grandes investimentos; há uma conta atrasada de empreiteiras de vários bilhões, e, pior que tudo, os salários da base da sociedade se acham inteiramente aviltados, necessitando de uma urgente correção.

Em meio a tantas limitações, como o Governo de que V. Exª é Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, procurará encaminhar os seguintes problemas:

1. As pressões dos funcionários públicos civis e, principalmente, militares por aumentos de salário que, pelo menos, reponham as perdas do Plano Collor?

2. O aumento do poder real de compra do salário mínimo é uma necessidade imperiosa, e seu aumento também aumenta as pressões inflacionárias.

3. A necessidade de aumentar a receita tributária da União, a fim de que ela possa manter os hospitais, consertar as estradas e colocar os demais serviços em funcionamento?

De que maneira V. Exª pensa compatibilizar essa situação com o risco de uma hiperinflação?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Em relação ao último ponto, pelo qual começarei, diria que se está procurando exatamente não aprofundar a recessão e já houve sinais, em abril e maio, de que teríamos chegado ao fundo do poço e as estatísticas de crescimento industrial mostram isso claramente, corroboradas que são pelas estatísticas relativas a emprego. De modo que eu diria que não estamos, certamente, no melhor dos mundos. A fotografia que V. Exª aqui nos apresentou de muitos dos nossos problemas é absolutamente verdadeira. Estamos numa situação difícil neste País, muito difícil para o Governo e para a sociedade.

Não acredito que haja, hoje em dia, o risco da hiperinflação, porque embora haja um movimento, a que já me referi, de descongelamento, os preços relativos que estão sendo acordados, os aumentos, não são sancionados por uma expansão monetária e fiscal e, portanto, não terão um efeito de reali-

mentação posterior. Mas, certamente, estamos atentos para que não se aprofunde a recessão para que não se acelere a hiperinflação, que estamos tentando, através de uma política fiscal continuamente austera, através de uma política monetária restrita e através de medidas que possam, ou minorar os sacrifícios da população, ou, realmente, reverter algumas áreas prioritárias em termos de recessão, sobretudo aquelas que absorvem mais mão-de-obra.

Quanto à arrecadação da União, exatamente para isso é que se está estudando intensamente uma reforma tributária, para, aumentando o universo dos contribuintes, tornar a carga tributária socialmente mais justa, economicamente mais eficaz e certamente conseguir uma arrecadação que possa superar o grande problema da evasão e da sonegação fiscal.

O SR. BENI VERAS — Sr. Ministro, ao que parece, tal como foi discutida a questão da dívida externa recentemente, a forma a que chegamos não satisfaz os nossos credores, de tal maneira que, provavelmente, não serão reabertos os canais de financiamento entre o Brasil e os seus credores externos.

Como é que V. Exª encara esse problema em relação à forma como foi encaminhada a discussão da dívida pelo México?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Sr. Senador, estou convencido que esse acordo atualmente em discussão não atende ao que os bancos gostariam de ter como seu ideal, mas atende, sim, ao mínimo, tanto que houve a conclusão das negociações, que serão, como eu disse, complementadas no futuro, uma vez aprovada essa parcela das negociações, relativa à dívida de médio e longo prazo.

Estou certo de que, uma vez concluídas as negociações com o Fundo Monetário e, sobretudo, uma vez reconquistada a estabilidade econômica e financeira do País, o Brasil, pelo potencial que tem e pela sua credibilidade restaurada, certamente será o foco principal de atração de investimentos e de financiamentos na América Latina.

O SR. BENI VERAS — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Albano Franco.

O SR. ALBANO FRANCO (PRN — SE) — Sr. Ministro, gostaria de transmitir a V. Exª que a maioria dos empresários industriais está particularmente satisfeita com três resultados do trabalho de V. Exª: o controle da inflação, o ligeiro reaquecimento das vendas e, sobretudo, o clima de cordialidade que V. Exª mantém no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Em suma, o empresariado está confiante e disposto a continuar trabalhando com todo o entusiasmo.

Para ser franco, ainda há uma preocupação no ar, que trago a esta Casa, a fim de que V. Exª, com informações acuradas e competência incontestada, possa tranquilizar o empresariado industrial. A preocupação, Sr. Ministro, refere-se ao que possa acontecer com a inflação a partir de setembro, com o desbloqueio dos cruzados, que pode coincidir com a nova política salarial. Trata-se, sem dúvida, de recursos importantíssimos para se retomar o crescimento. Por outro lado, a liberação mensal do equivalente a dois bilhões de dólares exige uma certa disciplina. Qual é o cenário mais provável para V. Exª?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Agradeço muito os conceitos que V. Ex^a transmitiu sobre a atuação do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento nesse primeiro mês da minha gestão e quanto a sua pergunta específica gostaria de esclarecer que o que estará ocorrendo é uma liberação do acesso a esses recursos, acesso esse que estava congelado.

Entretanto, esses recursos não foram apropriados pelo Governo para suas despesas, mas estavam congelados para permitir essa reconstrução de um perfil da poupança financeira, distinguindo a de curto, de médio e de longo prazo, para permitir que voltasse a ocorrer no País uma distinção entre moeda, quase-moeda e instrumentos financeiros que a inflação e o sistema extremamente complexo de indexação tinham realmente apagado.

Portanto, o que vai ocorrer é que as pessoas, a partir das datas aprazadas, terão renovado acesso a esses recursos, mas a estratégia do Governo, aliás consoante com as preocupações que o Senador Epitácio Cafeteira já tinha aqui expresso, é a de mostrar e de dar total credibilidade aos instrumentos financeiros. Estamos convictos de que uma vez que a população esteja certa de que esses instrumentos financeiros são confiáveis, eles poderão passar de um para outro instrumento financeiro, por exemplo, mas não dirigir essa massa para consumo, porque isso não faria sentido, já que as pessoas têm certas estruturas em que consomem uma parte do que têm disponível, poupam outra, mas isso em relação aos seus rendimentos. E aí o que vai ser realmente liberado é o seu patrimônio e não acredito que a população queira realmente queimar o seu patrimônio em consumo irrestrito, mas sim seguirá as normas de racionalidade.

Nisso, acho que da mesma maneira que esperamos que a população tenha confiança em nós, temos confiança na população.

O SR. ALBANO FRANCO — Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Assessores, Srs. Senadores, exercendo V. Ex^a, Sr. Ministro, um cargo com tantas e inevitáveis repercussões sobre a vida do cidadão, dos Estados, da administração em geral e das empresas, suscita, entre todos nós, muitas indagações. Vou restringir-me, porém, a uma reflexão a respeito — diria mais uma insistente reflexão — do acordo que tem como objeto os juros atrasados, vencidos até 30 de dezembro de 1990.

A Assessoria do Senado elaborou uma retrospectiva, e eu me valho da oportunidade para consignar os meus cumprimentos à Assessoria desta Casa que, mesmo sem ter a facilidade de acesso a números, bem elaborou esse trabalho, remontando desde a década de 90, do século passado, trazendo portanto a nossa presença a história da nossa crise cambial, que V. Ex^a abordou na sua exposição inicial.

Pessoalmente estou convencido de que o acordo que nos foi apresentado, e hoje ele foi debatido na Comissão de Assuntos Econômicos, pela segunda vez, com o segundo presidente do Banco Central, mas com o mesmo negociador da dívida, o que é bom sinal, bom sinal quanto ao negociador, não por restrição ao nome do presidente, mas a variação na ocupação do cargo de presidente do Banco Central tem ensejado no seio do Congresso, inclusive, algumas tentativas de corrigir

essa facilidade que a história recente mostra, vem ocorrendo no Banco Central.

A minha reflexão a respeito desse acordo, que considero deva ser aprovado, e deve ser aprovado de forma pioneira pelo Senado à vista da Constituição de 1988, mas não posso me conformar que esse acordo seja aprovado sem uma manifestação de natureza política desta Casa, de advertência aos nossos credores, de solidariedade em relação ao Governo, mas de advertência para que o “acordão” que será o segundo passo, a respeito do estoque da dívida, não resulte em termos, a meu ver, tão pesados quanto os desse acordo que tem como objeto os juros atrasados.

Gostaria que essa reflexão chegasse ao conhecimento de V. Ex^a de maneira muito franca e aberta. Hoje, disse até que isso podia até ter um pouco de reflexo estudantil ainda, mas não me conformo, no momento em que o mundo assiste à ocorrência de perdão de dívida e gestão, principalmente do governo norte-americano, mas dos países do Primeiro Mundo, junto a bancos privados, que o Brasil — e aí revejo essa história de cem anos — tenha que passar por um momento como esse sem reafirmar a sua vontade de ingressar, sim, na regularidade financeira internacional, porque esse acordo nos remete a isso, é o primeiro passo, mas, ao mesmo tempo, dizer que os termos têm que ser política, social e também economicamente alterados.

Gostaria que V. Ex^a tomasse conhecimento dessa reflexão e se pudesse comentá-la ou até nos instruir a como fazer isso da maneira mais construtiva e patriótica, no bom sentido da palavra, gostaria, repito, que V. Ex^a nos distinguisse com o seu comentário.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. V. Ex^a tem total razão, ao insistir nessa reflexão, no sentido do que chamou de “acordão”, o acordo sobre o estoque da dívida a médio e a longo prazos, tenha condições radicalmente diferentes desse. Estou certo e convicto de que as condições serão radicalmente diferentes, uma vez que esse acordo diz respeito a atrasados que sempre têm sido tratados de uma maneira muito diferente do estoque da dívida.

Na negociação do estoque da dívida certamente haverá não só prazos muito mais longos — quando digo longos quero dizer, no mínimo, o dobro ou duas vezes e meia mais longos —, mas, sobretudo, haverá descontos que serão refletidos ou numa diminuição do estoque ou numa diminuição da taxa de juros exercidas. E, certamente, o Governo zelará para que essas condições sejam o mais favorável possível, e a história mais recente mostrou que cada um desses acordos vem melhorando as condições e estou certo de que o acordo relativo ao estoque da dívida, cerca de 50 ou 52 bilhões de dólares, terá uma feição muito diferente do anterior, já incorporando muitos avanços que foram feitos em negociações mais recentes. Disso V. Ex^a e esta Casa podem estar certos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Gostaria de agradecer pelo comentário de V. Ex^a que vem ao encontro dessa minha obstinada reflexão. Pediria atenção, também, aos meus nobres pares, principalmente ao nosso Relator. Vou apresentar uma sugestão, já começo a redigi-la, em uma cláusula declaratória — no caso de aprovação do acordo —, com este teor: “O Senado Federal da República Federativa do Brasil, que tem pela Constituição essa responsabilidade de co-autoria, entende que — saindo da clandestinidade, no mundo internacional

das finanças — esse passo deve ser dado como um gesto de boa-vontade, deve ser entendido pelos credores não como uma capitulação, mas como um gesto consciente e consequente de boa-vontade, como um alerta para que não seja entendido como um estímulo à rapina que, os cem anos da nossa dívida pública mostram, tem presidido governos, ações de governos estrangeiros e, também, da banca internacional de um modo geral; a banca internacional até que esquece os exemplos das moratórias que o próprio governo dos Estados Unidos da América praticou no século passado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Consulto a V. Exª se deseja tréplica, nobre Ministro.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Não. Gostaria apenas de aduzir que concordo com essa obstinada reflexão e, certamente, como já afirmei, as condições serão muito diferentes do acordo, porque se trata de uma situação também diferente.

Concordo também que a história — não só dos últimos cem anos, mas desde a Independência, pois tivemos dívidas antes de sermos país — realmente é extremamente conturbada, mas, mal ou bem, é a história do esforço brasileiro de procurar financiar desenvolvimento com os naturais obstáculos que existem interna e externamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP) — Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, primeiro desejo cumprimentá-lo, louvar a maneira segura e serena com que se tem havido durante os debates, a maneira lhana, cavalheiresca, fina, o tom que tem dado às respostas, mesmo a perguntas, de certa forma, adversas. Daí a razão do meu louvor, a segurança e a tranquilidade mantidas na nossa Casa.

Depois, gostaria de lembrar que, recentemente, mais precisamente na quarta-feira da semana passada, V. Exª concedeu uma audiência à bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, no Senado, acompanhado por 8 Srs. Senadores das lideranças do nosso partido na Câmara dos Deputados. Saímos daquele encontro satisfeitos por um lado e desalentados por outro: satisfeitos quando ouvimos de V. Exª a afirmação de que o setor primário, mais objetivamente a agricultura, receberia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento atenção e ação prioritária porque entendemos que uma grande parte das dificuldades de vida do nosso País reside na escassez da produção do setor primário; desalentados quando tratamos dos salários dos funcionários públicos, quando V. Exª mostrando numerosas dificuldades, demonstrou poucas possibilidades, escassa margem de manobra para elevar os índices, os percentuais no aumento, no reajustamento, na reclassificação do funcionalismo público.

Mas desejo também referir-me a outra parte do nosso entendimento, quando, sabendo que há uma certa falta de credibilidade no Governo, por assim entender, o Deputado Sólton Borges dos Reis, de nossa bancada na Câmara dos Deputados, estava apresentando um projeto de lei que, uma vez aprovado, transformado em lei, pudesse traduzir confiança ao povo confiscado, poupador. Indagamos da conveniência e da oportunidade, da possibilidade de V. Exª recomendar à Liderança do Governo na Câmara o apoio à proposição do nosso companheiro, pois era realmente preciso que essa lei fosse necessária para assegurar e dar confiança ao povo de que os ativos confiscados seriam devolvidos na forma pre-

vista pelas medidas provisórias. V. Exª disse claramente que era de fundamental importância que a credibilidade fosse restabelecida e que não era necessária nenhuma lei, pois V. Exª assegurava que não haveria nem antecipação, nem, digamos, postergação. Como se tratava de uma audiência nossa, da intimidade do nosso partido com V. Exª, eu gostaria que V. Exª, nesta oportunidade, diante, não de uma bancada ou de um partido, mas do Senado Federal, reafirmasse o que disse naquela ocasião, para que os jornais tornassem pública a palavra do Ministro Marcílio Marques Moreira de que, enquanto ministro, se lá permanecer, e esperamos que isso aconteça, a devolução dos cruzados será feita na forma prevista e em moeda corrente. Essa a maior preocupação do nosso parlamentar e de nossa bancada.

Era essa a afirmação que queríamos fazer. Desejo que V. Exª reafirme aqui, primeiro: a prioridade ao setor primário e à educação e, segundo, o compromisso público de que os cruzados serão devolvidos na forma prevista e em moeda corrente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O assunto da convocação foi dívida externa. V. Exª poderá ou não responder às perguntas do nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Terei muito prazer em responder às perguntas do nobre Senador Jonas Pinheiro, porque não tenho dúvidas sobre nem um nem outro ponto.

A prioridade ao setor primário — já reafirmei em minha exposição — é firme, determinada, consistente, pela parte do próprio Presidente e responde a uma avaliação da realidade brasileira, que, como disse, está sofrendo de uma negligência anterior, que não data de agora, mas de várias décadas, desse setor extremamente vital, crucial para o nosso desenvolvimento.

De modo que não só o setor primário terá a nossa atenção, como o crédito agrícola. Este ano, o montante de um trilhão de cruzeiros estará disponível à agricultura e o estará em tempo hábil e oportuno.

A educação também é uma prioridade considerada crucial, porque, como já disse, a educação é o cadinho da modernidade, é o nosso passaporte para um Brasil mais moderno, mais preparado, inclusive, mais eficaz e mais justo, uma vez que a educação tem que ser universal e tem que ser de alta qualidade.

Quanto à devolução dos chamados cruzados novos congelados, será feita, como já disse à Bancada do PTB no Senado e na Câmara. E aqui reitero e agradeço a V. Exª dar-me a oportunidade de reiterar que será feita sem antecipação, mas sem nenhuma postergação, sem nenhum adiamento; e será feita nos termos da lei em que foi convertida a medida provisória. Serão devolvidos com juros e correção monetária, como já explicitado pelo Banco Central, e em moeda corrente.

O SR. JONAS PINHEIRO — Agradeço a V. Exª, que atendeu plenamente a minha expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra, o Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, quero cumprimentar V. Exª, Sr. Ministro, pela sua lúcida exposição, particularmente no que tange à situação econômico-financeira internacional, em cujo contexto V. Exª considera imprescindível inserir o Brasil, como condição *sine*

qua non para conseguirmos dinheiro novo, o que certamente ajudará a financiar a retomada do nosso crescimento econômico, como vem ocorrendo no México, Venezuela, Colômbia e Chile.

V. Ex^a fez uma abordagem macroeconômica da atual conjuntura, enfatizou a necessidade de reformas estruturais, mostrando-se otimista quanto ao combate à inflação e à recuperação gradual da nossa capacidade produtiva para, afinal, situar a negociação sobre o pagamento dos juros e do principal de nossa dívida externa, a curto, médio e longo prazos.

Diante de suas considerações, coloco as seguintes questões:

1. Apesar de no mês de maio ter havido indicações de recuperação econômica circunstancial, no tocante à produção industrial, emprego, venda de comércio, redução de taxa de inflação etc., sabe-se que as pressões nos meses que se seguem serão muito fortes. Por exemplo, haverá o reajuste de salários e de aluguéis em setembro, o início da devolução dos cruzados, além do desembolso para o pagamento dos juros da dívida externa.

Como pretende o Governo administrar essa situação? Continuarão também as severas restrições fiscais que se têm verificado até agora?

1.1. Por outro lado, a carta de conjuntura de maio, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada — IPEA, presidido pelo Secretário Especial de Política Econômica, Roberto Macedo, entre outros alertas, diz que apesar da inflação estar em taxas “aceitáveis” em termos históricos, mantém-se “muito elevada, se for levado em conta o fato de que se trata de um período de congelamento formal de preços”.

Parece-me, então, que os técnicos do próprio Governo calculam que a inflação está reprimida e que deverá exacerbar-se nos próximos quatro meses. V. Ex^a concorda com essa análise? Como pretende o Governo enfrentar essa perspectiva de explosão inflacionária?

1.2. O descongelamento, através de um processo diferenciado de tratamento de preços de bens e de serviços, já foi iniciado pelo Ministério da Economia. Qual a razão para que os salários, que são também um preço, continuem congelados, configurando-se, assim, a manutenção da política de arrocho salarial?

2. Não considera V. Ex^a que, na referida perspectiva da volta de uma inflação explícita de dois dígitos, vivendo-se ao mesmo tempo sob uma recessão ou uma recuperação econômica incipiente, os salários teriam de ser reindexados, assim como os demais preços, uma vez que a TR, como se previa, tornou-se um indexador canhestro da economia?

3. O Governo considera positivo o acordo para pagamento dos juros atrasados da dívida externa, por achar, entre outros aspectos, que os desembolsos em dinheiro estão adequados aos níveis das reservas internacionais.

Contudo, me parece que, na medida em que, segundo as informações do Ministério da Economia, nossas reservas totais atingem hoje o montante de 8,5 bilhões de dólares, o pagamento de dois bilhões de dólares este ano, mesmo no esquema parcelado proposto, deixaria a economia brasileira em uma situação de difícil constrangimento, em termos de reservas. Ou seja, as reservas baixariam para 6,5 bilhões de dólares, no limite do que permite a Resolução nº 82. Com efeito, nos termos da referida resolução, o pagamento das parcelas da dívida não pode baixar as reservas cambiais do país para montantes inferiores a quatro meses de importações. Então, considerando-se o valor médio dos últimos doze meses,

em torno de 1,7 bilhão de dólares, teremos 6,8 bilhões de dólares.

Se é assim, como o Governo pretende evitar que isso ocorra?

Restringirá as importações novamente àquelas sabidamente essenciais, mudando o esquema que tem permitido importações altamente competitivas e, de certo modo, provocadoras do efeito dumping em nossa economia?

3.1. É verdade que, com respeito às taxas de juros, a sua fixação ou flutuação submetida aos limites de 6%, conforme acordado com o Comitê de Bancos Credores, representa o aspecto inovador e positivo. Entretanto, é de questionar-se se não existe o perigo de as taxas internacionais de juros como a Libor e a Prime Rate virem a cair abaixo dos 6% ao ano pois o período de recessão nos Estados Unidos da América do Norte estaria terminando e o Governo poderia provocar a baixa dos juros, para estimular novos investimentos.

Isso não configuraria, na prática, uma condição negativa. Caso positivo, não seria interessante tentar-se reduzir mais essa taxa para algo em torno de 4% a 4,5%?

3.2. Mesmo com a informação do Governo de que o sistema de pagamento dos juros da dívida externa não pressionará a caixa do Tesouro Nacional, resta dúvida quanto a isso, se atentarmos para o fato de que seriam cobrados juros sobre juros.

Gostaria de obter esclarecimentos sobre este ponto.

3.3. Como se sabe, a conversão da dívida externa em investimentos é considerada uma das formas interessantes, que o País pode usar para dirimir seu endividamento.

A região Nordeste, uma das mais carentes do Brasil, está a necessitar um urgente aporte de capital que propicie seu desenvolvimento.

Pergunto: Como V. Ex^a encara a possibilidade de o Governo, com a referida conversão, priorizar os investimentos em indústrias de exportação no Nordeste, reativando as Zonas de Processamento de Exportação?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Muito obrigado, Senador Humberto Lucena.

Quanto à primeira pergunta de como o Governo pretende administrar a situação econômica, apesar das melhorias em abril e maio, acho que ele tentará fazer, com determinação, procurando não aumentar as demandas inflacionárias, e ao mesmo tempo procurando atender a situações particulares que ocorrerem.

A avaliação que nós fazemos é que de fato houve uma pequena retomada da atividade — nós não consideramos que ela vá cair — talvez não volte a crescer nas mesmas dimensões de abril, mas tudo indica que há capacidade ociosa suficiente para que se expanda a oferta, a qual, através de ganhos de economia de escala, poderá reverter em produtos unitariamente menos custosos, portanto, não tendo o impacto sobre a inflação que teria de uma extrapolação apenas linear dos aumentos ocorridos e do processo de congelamento.

Quanto aos dados do IPEA e do INPE, nós consideramos que, de fato, há alguma repressão da inflação, é óbvio, se há uma trégua de preços e salários, e é isso que o descongelamento procurando fazer, esse processo ordenado, controlado de descongelar e ao mesmo tempo, da atenção a uma produtividade, que é o único meio realmente de se resolver essa equação difícil. Essas reservas se recuperaram em mais

de 1 bilhão de dólares. E no período de novembro a maio houve a entrada efetiva de capital no Brasil de quase 3 bilhões de dólares.

De modo que com o aumento das exportações, que estão tendo um ritmo extremamente positivo, com a entrada desses recursos, com a recomposição da reserva, que responde ao próprio aumento da confiabilidade na política econômica e nos atos do Governo, não acredito que haja essa diminuição das reservas que resultaria de uma mera subtração do que será pago, uma vez que o será durante um certo período. Estou certo que nesse mesmo período haverá um retorno de capital que cobrirá isto.

Quanto ao problema da volta da inflação, e do descongelamento de preços *versus* salários, está ocorrendo também em salários, tanto que nas datas-bases está havendo livre negociação, está havendo uma recomposição, que já houve em várias categorias; e, em outras, houve meios através de abonos para atender a situações especiais, e haverá, evidentemente, o aumento do salário mínimo agora em 15 de junho.

Quanto ao problema dos juros e das reservas, Sr. Senador Humberto Lucena, sinto-me bastante tranquilo. As reservas de fato ultrapassaram as cifras que V. Ex^a citou. E acho que o que é mais alvissareiro é que apenas nas três últimas semanas de maio, houve diminuição das reservas que resultariam de uma mera subtração do que será pago, uma vez que será pago durante um certo período e estou certo que nesse mesmo período haverá um retorno de capital que cobrirá isso.

Quanto a procurar redução de juros para 4% e 5%, isso evidentemente seria o ideal, isso foi, inclusive proposto, mas, numa negociação propusemos uma taxa mais baixa, eles queriam uma taxa bem mais alta, e o que se chegou foi a esse meio termo, que é uma taxa média com chãos e tetos para defender a nossa capacidade de pagamento, exatamente no momento em que somos mais frágeis, que são os próximos 3 a 5 anos.

O problema da conversão da dívida em investimento é uma problema difícil, porque é uma aparente solução. Mas, uma solução que tem uma grande desvantagem, pois essa dívida que seria paga exatamente em 25 a 30 anos é paga adiantada e em cruzeiros correntes. Portanto, cria imediatamente tanto uma pressão fiscal quanto monetária.

De modo que, embora os objetivos dessa conversão possam ser altamente prioritários, ela nega os próprios pressupostos de uma política fiscal e monetária. É por isso que países que conseguiram sair deste sufoco da inflação em cessão, como é o caso do México, por exemplo, nunca admitiram conversão de dívida em investimentos; a não ser que seja um investimento ligado à privatização, porque o pagamento não é feito em moeda corrente, mas em ações que não têm esse efeito de expansão.

São esses os esclarecimentos que lhe devia, nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Ministro, V. Ex^a chegou ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, após uma longa e competente missão na Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América do Norte. Por isso mesmo, ao ser nomeado e empossado nessa pasta, V. Ex^a despertou uma grande expectativa no seio da opinião pública, digna de nota.

Já que a Bancada do PMDB, nesta Casa, está convencida de que é indispensável urgenciar-se a renegociação do pagamento dos juros e do principal da nossa dívida externa, como

pressuposto da retomada do nosso crescimento econômico, indagaria de V. Ex^a se, apenas assinatura desse, contrato, visando ao pagamento dos juros atrasados, no valor de dois bilhões de dólares e o restante equivalente a 75% em bônus, asseguraria um aporte de dinheiro novo destinado ao financiamento de novos projetos de desenvolvimento econômico no País?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia Fazenda e Planejamento) — V. Ex^a, nobre Senador, pergunta-me sobre o impacto da aprovação desse acordo e da sua assinatura. O acordo não será suficiente para trazer para cá montantes correspondentes aos que citei no caso do México, que se elevaram a 8.4 bilhões de dólares, numa economia muito menor do que a do Brasil — isso apenas no ano passado. Entretanto, apenas a conclusão das conversações, estou certo, já foi um dos motivos pelos quais tivemos uma entrada de capital através de linhas de crédito expandidas, através de uma confiança maior em nossa administração financeira, certamente a assinatura e sobretudo, nobre Senador, Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa aprovação agora, nas vésperas da viagem do Senhor Presidente Fernando Collor de Mello aos Estados Unidos, dará um sinal muito positivo à comunidade econômica e financeira mundial, do desejo e do empenho do Brasil de se inserir de uma maneira dinâmica e soberana na economia mundial, eis que os Estados Unidos, nosso maior parceiro financeiro, comercial, tecnológico, político e cultural, são a caixa de repercussão do sistema econômico. De modo que, o Presidente indo aos Estados Unidos com esse irritante assunto resolvido realmente terá muito mais êxito na sua missão, e será muito positivo se Sua Excelência for com o respaldo do Senado que é a Casa da sabedoria e, ao mesmo tempo, a Casa do povo.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amazonino Mendes.

O SR. AMAZONINO MENDES (PDC — AM) Sr. Presidente, Sr. Ministro, serei o 12º interpelador desta tarde. De tal sorte deverei, obrigatoriamente, me cingir, no máximo, a duas pequenas perguntas dentro de várias que, naturalmente, suscitam o interesse de todos os membros desta Casa.

Perguntas como, por exemplo, esta: até que ponto a questão ecológica influencia a boa ou má vontade das agências de financiamento internacional em relação ao nosso País?

Mas, prefiro indagar de V. Ex^a — até por uma questão de avaliação — por que países latinos, como o México e a Venezuela, lograram um bom acordo da dívida com economias bem inferiores e, talvez, com perspectivas não tão promissoras como a potencialidade brasileira?

Esta indagação eu a faço constantemente e entendo que ela deva ser exposta em termos de esclarecimento até para que nós, políticos brasileiros, possamos fazer autocritica na condução de problema tão delicado.

A rigor, deixa-nos um saldo de angústia saber que hoje todos aqueles que bradavam, que restringiam ou que exacerbavam, do ponto de vista xenófobo, acordos, hoje se ressentem, indagam, perguntam quando o nosso País poderá receber aportes de capital estrangeiro? Seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta, Sr. Ministro, diz respeito a uma determinada apreensão e a uma curiosidade. A partir de setembro, no terceiro trimestre deste ano, vamos ter algumas

coincidências, ao meu ver, provocadoras de inflação. Temos a nova lei salarial — que a essa altura deverá estar em vigor — a nova lei de aluguéis — que também entraria em vigência — concomitantemente teríamos a liberação dos cruzados e, ainda, talvez, a prática da liberação parcial dos preços, em função do congelamento.

Acredito que esses fatores devem ser objeto de extremada preocupação do Ministério; e eu perguntaria a V. Ex^a até que ponto esse conjunto de atos poderia provocar uma taxa de inflação suportável e não comprometedor da luta que se enceta? Seriam essas as duas perguntas que faria a V. Ex^a

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento) — Muito obrigado, Senador Amazonino Mendes.

Quanto à primeira pergunta de V. Ex^a, eu diria que a aprovação desse acordo por esta Casa e a sua celebração com os bancos comerciais é exatamente um dos pré-requisitos indispensáveis para que o Brasil possa obter condições tão boas ou melhores do que conseguiram a Venezuela e o México. Explico: aqueles dois países tiveram exatamente a preocupação de nunca acumular atrasados para, ao negociar o montante total da sua dívida, terem condições melhores de negociação. Nós não o fizemos por uma razão outra, inclusive, por impossibilidades materiais num momento difícil de transição política, mas parece-me que — disso tenho convicção, inclusive de conversas com autoridades multilaterais, com autoridades americanas e com os próprios representantes da comunidade financeira privada — esse acordo apagará o passado negativo e nos recolocará em posição de podermos negociar um acordo que seja, no mínimo, tão vantajoso como foram os do México e da Venezuela.

Será certamente um acordo diferente, mas que poderá reverter num segundo momento, não só no estabelecimento de uma maior estabilidade nessas relações financeiras, num afastamento de várias incertezas que pairam sobre a nossa posição externa, mas também no retorno a investimentos externos. Mais do que isso, Sr. Senador, estou certo de que o acordo também trará investimentos internos, porque aí será estabelecida a confiança que é necessária.

Quanto às apreensões de setembro — que são justificadas —, parece-me que, se a nova lei salarial for uma boa lei, se os ajustes de aluguéis forem razoáveis, se a liberalização dos preços e dos contratos ocorrer de uma maneira ordenada, estou tranquilo de que isso não terá um efeito negativo em relação à inflação, não será um propulsor da inflação, porque só quando a política fiscal e monetária está sem controle é que salário cria inflação, liberalização de preços cria inflação. Aí, sim, teremos condições de, através de livres negociações salariais, ter uma economia de mercado. E penso que, ao fazê-lo, temos que ter também confiança em que esses mecanismos funcionarão, uma vez que tivermos, de um lado, um cuidado muito grande na política fiscal, na política monetária e, de outro, do ponto de vista de oferta, procurarmos seletivamente estimulá-la, como no caso de produtos agrícolas, através de um crédito agrícola oportuno e suficiente e através de outras ações que procurem aumentar a produtividade da economia.

O SR. AMAZONINO MENDES — Muito obrigado, Sr. Ministro. Saio daqui conscientizado sobretudo das condicionais; há um excesso de condicionais. É evidente que teria de haver uma espécie de *tour de force*, de conscientização

da parceria da composição final da legislação, tanto com as ações do Governo, como com as ações deste Congresso. Oxalá, Sr. Ministro, nós cheguemos a bom termo.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, como último orador para interpelações.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: antes, entretanto, de me dirigir à tribuna, Sr. Presidente, tenho a obrigação de fazer uma comunicação que muito me comove, e é uma infausta comunicação.

O Senador Pompeu de Sousa, que, como sabem V. Ex^a, representava o Distrito Federal aqui neste plenário pelo meu partido, e que tantas vezes presidia a sessão deste plenário com tanto entusiasmo, acabou de falecer.

Quero, então, comunicar e expressar, desde já, nossos sentimentos à família. Se V. Ex^a me permite, sendo eu o último orador inscrito e tendo em vista o que aconteceu, em homenagem ao Senador Pompeu de Sousa, pediria a V. Ex^a que me liberasse de fazer uso da tribuna e que nós, em homenagem ao senador, suspendêssemos a sessão.

O Sr. Marco Maciel — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer.

O Sr. Marco Maciel — Gostaria de me associar à manifestação de pesar de V. Ex^a e dizer que concordo com a proposta que V. Ex^a vem encaminhar à Mesa para que, em sinal de pesar e testemunho da contribuição que S. Ex^a prestou à vida pública, nós suspendêssemos a sessão em homenagem ao passamento do Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Humberto Lucena — Profundamente consternado com a notícia que V. Ex^a nos traz, concordo inteiramente com a sua iniciativa no sentido da suspensão da sessão.

Quero levar a V. Ex^a, ao seu partido e à família enlutada, o profundo pesar de todos nós do PMDB nesta Casa. Estamos emocionadíssimos com a morte desse inesquecível companheiro, que tanto marcou a sua presença nesta Casa por sua competência, patriotismo e espírito público, o eterno Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Fernando Henrique Cardoso, em nome da Liderança do PRN, nós nos associamos a V. Ex^a nas manifestações de pesar pelo falecimento do bravo companheiro Pompeu de Sousa.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy — Em nome do Partido dos Trabalhadores, queremos externar também o sentimento de pesar pelo falecimento do Senador Pompeu de Sousa, um batalhador pela liberdade de imprensa no nosso País e que tanto soube

dignificar o seu mandato. As nossas condolências extensivas ao PSDB.

O Sr. Valmir Campelo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não.

O Sr. Valmir Campelo — Quero, em nome da Bancada do PTB e particularmente em meu nome, porque tenho a honra de representar o Distrito Federal, manifestar profundo pesar pelo falecimento do amigo, do senador, do político Pompeu de Sousa. Brasília muito deve a esse homem que revolucionou a política e a educação no Distrito Federal. Ficam os sentimentos da bancada do PTB e particularmente os meus.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Agradeço a todos os Srs. Senadores.

O Sr. Oziel Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com prazer, ouço o nobre Senador.

O Sr. Oziel Carneiro — Quero também apresentar, em nome da bancada do PDS, os votos de pesar, extensivos ao partido de V. Exª, pelo desaparecimento do ex-Senador Pompeu de Sousa, figura que aprendi a admirar, no ano passado, aqui neste plenário, principalmente pela assiduidade e facilidade com que se relacionava com todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa se associa às manifestações de pesar dos Srs. Senadores pelo desaparecimento do nosso ex-colega, Senador Pompeu de Sousa.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, se V. Exª me permite, para terminar, eu faria apenas uma comunicação. Seguramente, haverá uma sessão de homenagem ao Senador Pompeu de Sousa, mas, pela espontaneidade das manifestações que já ouvimos neste plenário, sente-se, desde já, a imensa falta que fará o Senador Pompeu de Sousa, que, embora não estivesse mais neste plenário, estava em Brasília, com aquela vibração, com aquele entusiasmo. S. Exª, certamente, teria o maior gosto de discutir com o Ministro Marcílio Marques Moreira, até porque — eu me permito dizer isso; não pude ir à tribuna — V. Exª mostrou que é um homem de espírito, como era também o Senador Pompeu de Sousa, que gostaria de terçar as armas da inteligência com V. Exª.

Eu não queria, infelizmente, encerrar essa manifestação da forma que estou fazendo. Gostaria muito mais de estar na tribuna, discutindo com V. Exª, dando o meu testemunho ao Senado Federal sobre a negociação da dívida, reiterando esse testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Os Srs. Senadores que não tiveram a oportunidade de dirigir suas interpeleções a S. Exª o Sr. Ministro poderão fazê-lo por escrito, porque serão encaminhadas pela Mesa para posterior resposta. (Pausa.)

O Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Ao reassumir a direção dos trabalhos, Srs. Senadores, Sr. Ministro, também desejo, neste instante, expressar o meu profundo pesar pelo desaparecimento do extraordinário homem públi-

co, Senador Pompeu de Sousa, que nesta Casa honrou e dignificou a representação popular.

Se todos os Srs. Senadores, que conviveram tão de perto com o Senador Pompeu de Sousa, puderam transmitir o imenso pesar pelo seu desaparecimento, sobretudo eu, Sr. Ministro, Srs. Senadores, conterrâneo de Pompeu de Sousa, não poderia omitir-me, como seu colega que fui durante quatro anos, identificado com sua família no Ceará, não poderia deixar de transmitir, como o faço agora, sob profunda emoção, a manifestação das minhas condolências a sua família, a sua estremecida esposa, Srª Othília, enfim, àqueles que, privando com Pompeu de Sousa, sempre nele viram a figura extraordinária do professor, do comunicólogo, do intelectual, do político que soube, nesta Casa, pontificar pelas suas idéias, pelo seu espírito público e, sobretudo, pela sua identificação com as causas democráticas.

É, portanto, com profunda emoção que, em nome da Casa, ao fazer esse registro, desejo levar à família de Pompeu de Sousa a manifestação do nosso pesar e as nossas condolências.

Portanto, passo a palavra ao Ministro Marcílio Marques Moreira, para encerrar...

O Sr. Maurício Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes de V. Exª passar a palavra ao Sr. Ministro, gostaria também de externar minha profunda consternação por esse fato que acaba de chegar ao conhecimento da Casa, dramático, melancólico sob todos os aspectos.

Convivemos com o Senador Pompeu de Sousa ao longo de quatro anos aqui no Senado, e, antes, na vida comunitária do Distrito Federal, inclusive acompanhando aqueles movimentos na resistência, na luta pelo retorno à democracia; ele, como Delegado da Associação Brasileira de Imprensa e, eu, lá na Presidência da OAB. Quantas e quantas vezes tivemos de enfrentar situações difíceis naqueles momentos. E, finalmente, na campanha eleitoral passada, tive o prazer de apoiar a sua candidatura ao Senado Federal. Infelizmente o resultado não lhe foi favorável. E ele que tinha, aqui, aquela atividade excitante — Pompeu de Sousa sempre foi um Senador agitado — caiu exatamente na ociosidade e nos chega ao conhecimento que ele acaba de falecer.

Sr. Presidente, em nome do PDT, quero deixar aqui registrado, portanto, o meu pesar, extensivo à Dona Othília e a todos os seus filhos.

O Sr. Iram Saraiva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PDT — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes que V. Exª conceda a palavra ao Sr. Ministro, queria manifestar minha tristeza, porque convivi, de maneira muito próxima, com o colega Senador Pompeu de Sousa quando compusemos a Mesa. Ele era um homem preocupado, não só com o Senado, mas sobretudo com o Congresso; tanto é verdade que assumi a Presidência desta Casa e do Congresso inúmeras vezes, todas elas

secretariadas pelo ex-Senador Pompeu de Sousa, que deixa nesta Casa, na História do Brasil e no jornalismo, uma lacuna muito grande. Eu queria me associar aos demais colegas e dizer da minha tristeza pelo desaparecimento de tão importante figura nacional. Esta Casa realmente perde não só o ex-Senador, mas o amigo, o companheiro, o irmão. Por esta razão, manifesto aqui o meu pesar a todos os seus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sr. Ministro, V. Exª poderá apresentar as despedidas à Casa, depois dessa sua brilhante participação nos debates na tarde de hoje.

Concedo a palavra, portanto, a V. Exª para que se despeça do Plenário, depois de haver cumprido exemplarmente sua missão.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.) — Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar este minuto que V. Exª me concede, para agradecer ao Senado esta oportunidade, para mim extraordinária, e apresentar as linhas mestras do que é a política econômica e financeira do Governo Collor.

Foi para mim uma honra e uma satisfação poder discutir aqui, não só a atual conjuntura econômica brasileira, o seu contorno internacional e as perspectivas, tais como as vejo, de um Brasil que ainda está absorto em problemas muito graves, mas que tem todo potencial natural, potencial humano, para sair desse poço e para se tornar um país politicamente mais democrático, socialmente mais justo e com capacidade de enfrentar os enormes desafios de um mundo que se transforma, de um mundo em que a modernidade é um desafio, mas também uma oportunidade.

Quero também voltar a expressar a importância que dou a esse acordo, que — embora atingindo apenas uma parcela do nosso endividamento total, a parcela de juros atrasados — tem um valor simbólico muito grande, principalmente às

vésperas da visita do Presidente Fernando Collor aos Estados Unidos.

Finalmente, gostaria de me juntar às manifestações de pesar pelo infausto falecimento de Pompeu de Sousa. Tive a ventura de tê-lo entre meus amigos e de acompanhar sua vida pública no jornalismo, aqui no Senado e no campo da educação. Ele combateu não só um regime autoritário, mas dois e em ambos mostrou coragem, determinação e enorme competência, aliada sempre a uma jovialidade muito sua. De modo, Sr. Presidente, que gostaria de associar-me a essa manifestação de pesar e, através de V. Exª, agradecer mais uma vez ao Senado a ocasião de expor os meus pontos de vista, e, mais ainda, a oportunidade que tive de ouvir perguntas muito bem articuladas, muito importantes, pontos que precisavam ser esclarecidos e também sugestões; até mesmo as críticas, agradeço-as de coração. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 40 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da área de relevante interesse ecológico do morro da Pedreira e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 93, de 1991, da Comissão

— de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.)

Ata da 83ª Sessão, em 11 de junho de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa

ÀS 18 HORAS E 40 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Alufio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dário Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irupuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júnia Marise

— Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 176, DE 1991

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 134, de 1991, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Humberto Gomes de Barros.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 11 de junho 1991, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Maurício Corrêa (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 134, de 1991, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Humberto Gomes de Barros, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 11 de junho de 1991. — Nelson Carneiro, Presidente — Maurício Corrêa, Relator — Elcio Álvares — Josaphat Marinho — Ozziel Carneiro — Nabor Júnior — Valmir Campelo — Magno Bacelar — Chagas Rodrigues — Amir Lando — Wilson Martins — José Paulo Bisol — Jutahy Magalhães.

RELATÓRIO

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem Presidencial nº 134, de 1991 (Mensagem nº 241, de 24-5-91, na origem), submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Humberto Gomes de Barros para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Armando Leite Rollemberg.

Relator: Senador Maurício Corrêa

O Senhor Presidente da República, pela Mensagem nº 134, de 1991 (Mensagem nº 241, de 24-5-91, na origem), submete à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Humberto Gomes de Barros para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Armando Leite Rollemberg.

Estabelece o art. 52, inciso III, alínea a da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, *in fine*, e seu inciso II, do art. 104, a competência privativa do Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos ministros para o Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com o *curriculum vitae* que acompanha a mensagem presidencial, o Doutor Humberto Gomes de Barros nasceu em Maceió, capital do Estado de Alagoas, em 23 de julho de 1938, filho de Carlos Gomes de Barros e de D^a Laura Lima G. de Barros.

Diplomou-se Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, turma de 1962.

A partir de 1963 militou intensamente na advocacia, tanto nos Tribunais Superiores, como nos diversos ramos de Justiça, inclusive como procurador do Distrito Federal.

De março de 1985 a outubro de 1988 exerceu o cargo de Procurador-Geral do Distrito Federal, tendo sido presidente do Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais de Estado (1986/87).

Dos mais destacados membros do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Distrito

Federal, através de oito eleições consecutivas (1969 a 1985) onde desempenhou as funções de 2º Secretário (1973/74) e de integrante de diversas comissões, veio a ser reeleito para o biênio 1991/93, tornando-se Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

É sócio-fundador do Instituto dos Advogados do Distrito Federal; ministrou, na Universidade do Distrito Federal, cursos de Ética Profissional, patrocinados pela OAB/DF (1982 e 1984).

Integrou diversas bancas examinadoras em concursos de provas, tais como: para advogado do Distrito Federal (1967); para o Ministério Público do Distrito Federal (1970); para o Ministério Público dos Territórios (1971); para Procurador da República (1973); para Juiz de Direito do Distrito Federal (1979, 1984 e 1991); para Procurador do Distrito Federal (1986); e para Defensor Público do Distrito Federal (1987).

Participou de inúmeros congressos, seminários, simpósios, ciclos e conferências, nacionais e estrangeiros, sobre variados temas jurídicos, apresentando e defendendo teses, presidindo alguns daqueles eventos, ou proferindo palestras como expositor, debatedor ou conferencista.

Entre petições, pareceres, memoriais, teses e ensaios, produzidos no exercício da advocacia particular, como Procurador do Distrito Federal e Conselheiro da OAB/DF, destacam-se os seguintes trabalhos:

“Greve — História e Perspectivas” — Tese, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil;

“O Abono Salarial” — Notas à margem da Lei nº 5.451/68, publicadas na Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

“A Correção Monetária na Obrigação de Indenizar” — Estudo publicado no nº 10 da Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

“Natureza Jurídica do Protesto Cambial”;

“Conceito e Limites do Poder Discricionário, no Estado de Direito”;

“Efeitos Repristinatórios da Anistia x Competência Discricionária”;

“Adjudicação no Processo Falimentar”;

“Alteração de Loteamento — Conflito de Leis no Tempo”;

“Eficácia do decreto-lei recusado pelo Congresso”;

“As Empresas Públicas e o art. 173, § 1º da Constituição Federal”;

“Fraude a lei e seus efeitos”;

“Críticas e sugestões ao anteprojeto da lei de pequenas causas”;

“O Jurista e o Estado de Direito”;

“Contrato de Construção por Administração — Ilicitude de Sua Alteração Unilateral”;

“Responsabilidade Civil do Estado — Pesquisa da Exata Noção de Causa, para incidência do Preceito Constitucional”;

“Questão Fundiária no Distrito Federal — O Decreto-Lei nº 203/67 e o registro paroquial”.

Diante desses dados biográficos que bem revelam a plena qualificação para o exercício da magistratura superior a que ora se habilita, dúvida não remanesce de que o indicado preenche os requisitos constitucionais.

Em face da natureza da matéria ora trazida à apreciação, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do presente relatório.

Sala das Comissões, de junho de 1991. — Nelson Carneiro, Presidente — Maurício Corrêa, Relator.

PARECER Nº 177, DE 1991

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 138, de 1991, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Ilmar Nascimento Galvão.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 11-6-91, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Lourival Baptista (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 138, de 1991, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha, do Sr. do Sr. Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Comissões, 11 de junho de 1991. — **Maurício Corrêa, Presidente — Lourival Baptista, Relator — Elcio Alvares — Valmir Campelo — Josaphat Marinho — Chagas Rodrigues — Amir Lando — Nabor Júnior — Pedro Simon — Magno Bacelar — Jutahy Magalhães.**

RELATÓRIO

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre Mensagem nº 138, de 1991 (nº 251, de 31-5-91, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho.

Relator: Senador Lourival Baptista

Encontra-se submetida à apreciação desta Comissão do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, a, e art. 101, parágrafo único, da Constituição Federal, a indicação do Dr. Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho.

Acompanha a Mensagem Presidencial o *curriculum vitae* do

Dr. Ilmar Nascimento Galvão, do qual constam as seguintes informações: filho de Ananias Leal Galvão e Otilia Nascimento Galvão, nasceu em Jaguaquara, Bahia, em 2 de maio de 1933. Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, possui os seguintes cursos de extensão e especialização: Novo Código de Processo Civil, 1974, Direito Penal, 1973; Organização do Trabalho Intelectual, 1973; e Direito Agrário, 1976.

Dentre as funções já exercidas, cabe destacar: funcionário do Banco do Brasil S.A. (1955/1967), Diretor de Organização e Controle da Secretaria de Planejamento do Estado do Acre (1964/65); Diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Estado do Acre (1965/1966); Presidente do Banco do Estado do Acre (1966/1967); Membro da Diretoria do Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Acre (1964); Presidente do Conselho Presidencial ao estado do Acre (1966/1967); Vice-Diretor e Diretor da Faculdade de Direito do Estado do Acre (1974/1977); Chefe do Departamento de Direito da Universidade Federal do Acre (1978/1979); Reitor, em exercício, da Universidade Federal do Acre (1975, 1976 e 1978); Membro do Conselho Regional de Desportos do Acre (1965); Membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Acre (1970/1974); Membro do Conselho Universitário da Universidade Federal do Acre (1974); Professor Titular do Departamento de Direito da Universidade Federal do Acre (1965/1979); Juiz Federal, Diretor do Foro e Corregedor da Seção Judiciária do Acre

(1979/1985); Diretor do Foro e Corregedor da Seção Judiciária do Distrito Federal (1984/1985); Juiz Federal, Diretor do Foro e Corregedor da Seção Judiciária do Estado de Rondônia (1982/1984); Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (1969/1979); Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (1975/1985); Juiz Suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1985); Ministro do Tribunal Federal de Recursos (1985/1989).

São os seguintes os principais concursos públicos dos quais participou: Concurso para provimento de cargos do Magistério Superior (1971); Concurso para Procurador do Estado do Acre (1977); Concurso para provimento de cargo de Procurador da Fazenda Nacional (1986).

São as seguintes as comissões especiais de que participou: Comissão do Programa de Bolsas de Trabalho no Estado do Acre (1971); Comissão Organizadora Regional da Conferência Nacional de Abastecimento — Confenab (1974); Comissão de Levantamento Contábil do Governo do Estado do Acre (1964); e Comissão de Elaboração dos Estatutos da Universidade do Acre (1975).

Os trabalhos jurídicos elaborados são os seguintes: “Da Ação Discriminatória”; “A Desapropriação para fins de Reforma Agrária”; “Reforma do Poder Judiciário na Constituição de 1988”; “Autonomia Tributária dos Municípios”; e “Nulidade do Ato Administrativo — Prescrição”.

O Dr. Ilmar Galvão recebeu as seguintes comendas: Ordem do Mérito Militar, do Ministério do Exército; Ordem da Estrela do Acre; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho; Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Superior Tribunal Militar; Ordem do Mérito do Estado da Bahia; Ordem do Mérito Judiciário, do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

No presente momento, o Dr. Ilmar Nascimento Galvão desempenha a função de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e, na área do magistério superior, é professor de Teoria Geral do Direito Privado, na Universidade de Brasília.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala das Comissões, 11 de junho de 1991. — **Nelson Carneiro, Presidente — Lourival Baptista, Relator.**

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 208, DE 1991

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que “dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com acréscimo do seguinte parágrafo:

“Art. 10.
I —
II —
III —

Parágrafo único. O volume de recursos a serem aplicados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em

conjunto, não poderá ser inferior a 40% (quarenta por cento) do total dos recursos arrecadados pelo Fundo.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto objetiva estipular um patamar mínimo de aplicação de recursos do FGTS nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, reconhecidas como as mais carentes de investimentos e de programas públicos na área social.

Ao fixar como áreas de aplicação dos recursos do FGTS a habitação popular, o saneamento básico e a infra-estrutura urbana, a Lei nº 8.036/90 preceitua, em seu art. 10, III, que a aplicação dos recursos do Fundo deverá “evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais”.

Ora, tais critérios, se aplicados à risca, carregariam para as três regiões mencionadas um volume de recursos muito superior ao que efetivamente vem sendo aplicado nessas regiões mais carentes.

Assim sendo, estamos propondo a modificação da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para que fique explícita, na redação do dispositivo que regula a aplicação dos recursos do Fundo (art. 10), a exigência de aplicação de, no mínimo, 40% do total de recursos do FGTS nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

O critério nos parece justo, por reservar 60% às regiões mais populosas (Sul e Sudeste), fixando o patamar mínimo de 40% como regra de política social voltada para a atenuação das carências das três regiões que ostentam os mais débeis indicadores sociais.

Assim sendo, contamos com a sensibilidade social e espírito público dos ilustres Pares nesta Casa, para que a proposição receba o apoio imprescindível a sua conversão em diploma legal, com o que estaremos contribuindo para o aprimoramento da legislação social e a equidade das políticas sociais em nosso País.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Senador Iram Saraiva (PDT — GO)

(À Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 1991

Dispõe sobre a concessão de transporte coletivo gratuito nos dias de eleições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao Título V, das Disposições Gerais e Transitórias, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965:

“Art. Nos dias de eleições, o transporte coletivo municipal de passagem será gratuito.

Parágrafo único. As empresas concessionárias e/ou permissionárias, para efeito de ressarcimento das despesas com o serviço de que trata este artigo, poderá excluir do lucro líquido do exercício, quando da apuração do lucro real.”

Art. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Código Eleitoral brasileiro, promulgado em 1965, não prevê uma série de situações que se criaram a posteriori, facilitadas por omissões a casos que se foram tornando rotina, muito embora se caracterizam por incontestáveis atos de corrupção eleitoral.

O transporte de eleitores por candidatos e partidos na conquista de voto é um exemplo típico de tais situações, nos dias de eleições.

A maturidade política e a plena democracia que almejamos somente será alcançada quando for integralmente livre a manifestação do cidadão nas urnas, livres de vícios e costumes deformadores da vontade coletiva.

O fortalecimento de transporte gratuito aos eleitores no dia dos pleitos constitui medida saneadora, tendente a neutralizar pressões à boca de urna.

Medida semelhante já se materializa, através da Lei nº 6.091/74, que dispõe sobre o fornecimento de transporte gratuito, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais. Com tal medida, que se justifica pelas dimensões continentais de nosso País, procura-se proporcionar ao eleitor condições de acesso às urnas eleitorais, através do fornecimento de veículos e embarcações pertencentes à União, estados, territórios e municípios.

Consideramos que a nossa proposta reduzirá a influência do poder econômico que busca intervir nas eleições a fim de eleger candidatos comprometidos com interesses espúrios e não com as causas que efetivamente afligem o País.

Propomos, também, que as empresas concessionárias e permissionárias dos serviços de transporte coletivo possam excluir as despesas do lucro líquido do exercício para efeito de apuração do lucro real, na forma a ser definida pelo Poder Executivo, podendo-se adotar, por analogia, a metodologia utilizada para o ressarcimento fiscal pela propaganda eleitoral gratuita, prevista no Decreto nº 98.334/89.

Finalmente, consideramos que, com as alterações propostas, o Código Eleitoral tornar-se-á muito mais abrangente e atingirá melhor seus elevados objetivos, que são justamente aqueles que visam a assegurar a mais completa liberdade ao cidadão, para garantir um dos fins visados pela Constituição, que é a normalidade e legitimidade das eleições.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Senador Dirceu Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

TÍTULO V Disposições gerais e transitórias

LEI Nº 6.091 DE 16 DE AGOSTO DE 1974

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências.

DECRETO Nº 98.334 DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

Regulamenta o art. 27 da Lei nº 7.773, de 8 de junho de 1989, para efeito de ressarcimento fiscal pela propa-

ganda eleitoral gratuita, relativa às eleições de 15 de novembro de 1989.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 210, DE 1991

Dispõe sobre o afastamento de servidores federais eleitos para diretoria de associação de acionistas minoritários de empresas sob controle da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao funcionário público da União e de suas autarquias, assim como ao empregado de sociedade de economia mista e de empresa pública sob controle da União, eleito para cargo de diretor de associação de acionistas minoritários de empresas estatais, juridicamente constituída, e facultado afastar-se do serviço, enquanto perdurar o mandato, sem prejuízo da remuneração e demais vantagens a que teria direito como se em efetivo exercício estivesse.

Parágrafo único. O regime a ser dispensado aos servidores mencionados neste artigo aplica-se para até três diretores e será igual, no que couber, ao tratamento concedido ao funcionário ou empregado investido em cargo de diretor de associação ou sindicato da respectiva categoria profissional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Esta proposição acolhe, em parte, reivindicação de Associação de Acionistas Minoritários de Empresas Estatais, com sede em Porto Alegre, RS.

Citada entidade sustenta que a diretoria de associações de acionistas minoritários precisa dedicar-se integralmente à defesa dos interesses desses pequenos investidores, analisando balanços das respectivas empresas, avaliando o desempenho das mesmas, preparando pareceres, prestando assistência aos associados, comparecendo às reuniões da Assembléia de acionistas, organizando simpósios e demais atividades para a efetiva participação dos acionistas minoritários no acompanhamento dos negócios das empresas estatais.

Reivindica o mesmo tratamento dispensado pelas empresas estatais aos funcionários investidos em cargo de diretor de sindicato ou associação de funcionários daquelas empresas: liberação de ponto e garantia de remuneração integral. Argumenta que há dirigentes de empresas que temem a análise e fiscalização de suas gestões, e, por isso, procuram obstruir o trabalho de dirigentes de associações de acionistas minoritários, especialmente impedindo o afastamento do trabalho daqueles que sejam empregados seus, circunstância que ocorre com frequência porque esses empregados e acionistas têm duplo interesse em preservar a boa saúde das empresas respectivas.

As justificativas da Amest/RS revelam-se convincentes, ainda mais quando seus dirigentes participam do quadro funcional do Banco do Brasil S/A, e não recebem o tratamento conferido por citada sociedade de capital misto aos dirigentes das Associações Atléticas do Banco do Brasil, aos servidores investidos em cargo de diretor dos Sindicatos de Bancários e mesmo aos dirigentes das cooperativas dos funcionários da

mesma instituição federal ou se seu coral. Entretanto, foi preciso restringir a concessão à órbita jurídica da União, porquanto para esta falece competência para dispensar do trabalho funcionários estaduais e municipais ou empregados de empresas sob controle dos estados e municípios.

O trabalho das associações de acionistas minoritários de empresas estatais é duplamente benéfico: defende os legítimos direitos de milhares de pequenos investidores que confiam nas empresas governamentais e, com sua, fiscalização permanente, protegem essas empresas de gestões ruins ou de atos danosos. Daí o motivo de estar sendo encampada a reivindicação, nos limites apresentados e na técnica legislativa reformulada.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Senador Dirceu Carneiro.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 211, DE 1991

Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos trabalhadores que perceberem remuneração variável, fixada por comissão, peça, tarefa ou outras modalidades, será garantido em salário mensal nunca inferior ao salário mínimo.

Art. 2º A garantia assegurada pelo artigo anterior estende-se também aos trabalhadores que perceberem salário misto, integrado por parte fixa e parte variável.

Art. 3º É vedado ao empregador fazer qualquer tipo de desconto em mês subsequente a título de compensação de eventuais complementações feitas em meses anteriores para cumprimento do disposto nos arts. 1º e 2º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de lei tem por escopo regulamentar o disposto no inciso VII do art. 7º da Constituição Federal.

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VII — garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;”

Visa, desta forma, a proposição assegurar aos trabalhadores brasileiros, cujo salário tenha sido ajustado à base de comissão, ou de percentagem, ou, ainda tenha sido pactuado por peça, tarefa ou outras modalidades, o direito à percepção do salário mínimo, mesmo quando a sua produção não tenha sido suficiente para atingir tal patamar.

Assim, a estes empregados, com remuneração variável geralmente dependente da sua produtividade, será mantida uma retirada mensal nunca inferior ao salário mínimo.

O projeto prevê a extensão da garantia também para os trabalhadores cujo salário tiver sido acordado em base mista, ou seja, composto de parte fixa e variável.

Além disso, prevê a proposição a impossibilidade de o empregador promover compensações nos meses subsequentes

em razão de eventuais complementações de salário nos meses anteriores.

O objetivo do projeto é, portanto, assegurar a todos os trabalhadores brasileiros o direito ao salário mínimo, entendido constitucionalmente, como o valor mínimo necessário para que o empregado satisfaça suas necessidades vitais básicas e às de sua família.

Estas as razões da apresentação deste projeto de lei, para cuja aprovação espero contar com o apoio dos meus eminentes pares.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Senador Márcio Lacerda.

(À Comissão de Assuntos Sociais — decisão terminativa.)

SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 257, DE 1991

Nos termos do disposto no inciso I do art. 43 do Regulamento Interno, requeiro licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 20 de junho do corrente ano.

Brasília, 7 de junho de 1991. — Senador Carlos De'Carli, 2º Vice-Presidente.

SENADO FEDERAL
Subseção de Assuntos Médicos e Sociais
Subseção de Atendimento ao Pessoal

CONCESSÃO DE LICENÇA

REGISTRO DE LICENÇA

1) NOME DO SERVIDOR: Senador Carlos Alberto de'Carli

PROFISSIONAL: ☐ ESTATUTÁRIO ☐ CLT

ORGÃO: ☐ DEMOCRÁTICA ☐ PROBABIL ☐ CEGRAF

2) Nº DO PROTOCOLO: 7

3) Nº DE EMPL: 10.6.91

LICENÇA - AFASTAMENTO

TIPO: ☒ TRATAMENTO DE SAÚDE
☐ REPOUSO À GESTANTE
☐ ACIDENTE DE TRABALHO
☐ DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

GRAU DE PARENTESCO: _____

CID: 3863/1 1.422.6/5

MÉDICO CARIMBO/ASSINATURA: BRASÍLIA, 10.6.1991
Dr. Carlos Alberto de'Carli

JUNTA MÉDICA - CARIMBOS/ASSINATURAS

PRESIDENTE: _____ MEMBRO: Dr. Carlos Alberto de'Carli

MEMBRO: _____ MEMBRO: _____

4) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

☐ Arts. 375, 376, parágrafo único, 377, 378, 380, 381 e 382 do Regulamento Administrativo.

☐ Arts. 541 do RA, 25, parágrafo único, da Lei nº 3.067, de 26-05-60, e 79, §§ 1º e 2º, do Dec. nº 83.080, de 24-01-79.

☐ Arts. 385, §§ 1º e 2º, e 541 do Regulamento Administrativo e 392, §§ 1º ao 4º, da CLT.

☐ Art. 384, §§ 1º ao 4º do Regulamento Administrativo.

5	Adicionado ao(s) período(s) anterior(es), perfaz um total de _____ dias. A consideração da Sra. Diretora da Subsecretaria da Administração de Pessoal. Em _____ / _____ / _____ _____ CHEFE DO SEIPIO
6	<input type="checkbox"/> De acordo. Ao Sr. Diretor-Geral, na forma do art. 383, I, do Regulamento Administrativo. <input type="checkbox"/> De acordo. Ao Sr. Diretor-Geral para submeter à consideração do Sr. Primeiro-Secretário, na forma do art. 383, II, do Regulamento Administrativo. Em _____ / _____ / _____ _____ DIRETORA DA SSAPES
7	<input type="checkbox"/> Deiro, na forma do art. 383, I, do Regulamento Administrativo. <input type="checkbox"/> Encaminha-se ao Sr. Primeiro-Secretário, na forma do art. 383, II, do Regulamento Administrativo. Em _____ / _____ / _____ _____ DIRETOR-GERAL

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 258, DE 1991

Nos termos do art. 43, inciso I do Regimento Interno, requero seja considerado de licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico anexo, o período de 6 a 15 de maio de 1991.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Senador Flávio Melo.

SENADOR FLAVIO MELO Subsecretaria de Assistência Médica Social Subsecretaria de Administração de Pessoal CONCESSÃO DE LICENÇA		AUTUADO 10.05.91	AUTENTICADOR 11
IDENTIFICAÇÃO NOME COMPLETO: <u>Sr. Flávio Melo</u> PRONTUÁRIO: _____ REGIME JURÍDICO: <input type="checkbox"/> ESTATUTÁRIO <input type="checkbox"/> CLT <input checked="" type="checkbox"/> SENADO FEDERAL <input type="checkbox"/> PRDASEN <input type="checkbox"/> CEGRAF		N.º DO PROTOCOLO: _____	
TIPO <input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRABALHO <input type="checkbox"/> DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA GRAU DE PARANTESCO: _____		LICENÇA AFASTAMENTO: <u>CE 1057/91</u> A PARTIR DE: _____ N.º DE DIAS: <u>10 (DE-2)</u>	
SITUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO <input type="checkbox"/> ABONO-ART. 383 (3) <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO		CID: <u>391.0/6 - 225.9/4</u> <u>408.9/0</u>	
MÉDICO CARIMBO ASSINATURA BRASILIA, <u>24/05/91</u> <u>D. [Assinatura]</u>		JUNTA MÉDICA CARIMBOS ASSINATURAS <u>[Assinatura]</u>	
PRESIDENTE <u>[Assinatura]</u> Membro do Senado Federal 1987-1991		Membro do Senado Federal 1987-1991	

4	<p align="center">FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</p> <p><input type="checkbox"/> Arts. 375, 376, parágrafo único, 377, 378, 380, 381 e 382 do Regulamento Administrativo.</p> <p><input type="checkbox"/> Arts. 541 do RA, 25, parágrafo único, da Lei nº 3.807, de 26-03-60, e 79, §§ 1º e 2º, do Dec. nº 83.080, de 24-01-79.</p> <p><input type="checkbox"/> Arts. 385, §§ 1º e 2º, e 541 do Regulamento Administrativo e 382, §§ 1º ao 4º, da CLT.</p> <p><input type="checkbox"/> Art. 321, §§ 1º ao 4º do Regulamento Administrativo.</p>
5	<p>Adicionado aos períodos anterior(es), perfaz um total de _____ dias.</p> <p>À consideração da Sra. Diretora da Subsecretaria de Administração de Pessoal.</p> <p>Em _____ / _____ / _____</p> <p align="right">_____ CHEFE DO SEÇÃO</p>
6	<p><input type="checkbox"/> De acordo. Ao Sr. Diretor-Geral, na forma do art. 333, I, do Regulamento Administrativo.</p> <p><input type="checkbox"/> De acordo. Ao Sr. Diretor-Geral para submeter à consideração do Sr. Primeiro-Secretário, na forma do art. 383, II, do Regulamento Administrativo.</p> <p>Em _____ / _____ / _____</p> <p align="right">_____ DIRETORA DA SEÇÃO</p>
7	<p><input type="checkbox"/> Deito, na forma do art. 383, I, do Regulamento Administrativo.</p> <p><input type="checkbox"/> Encaminha-se ao Sr. Primeiro-Secretário, na forma do art. 383, II, do Regulamento Administrativo.</p> <p>Em _____ / _____ / _____</p> <p align="right">_____ DIRETOR GERAL</p>

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 259, DE 1991

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 56, II, da Constituição e do art 43, II, do Regimento Interno, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da Casa, no período de 18 a 28 de junho do corrente ano, a fim de participar de um seminário sobre desenvolvimento econômico na Universidade de Haward, USA.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Senador Bení Veras.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 260, DE 1991

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para a Mensagem nº 134, de 1991 (nº 241/91 na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, submete à aprovação do Senado Federal, a escolha do nome do Dr. Humberto Gomes de Barros, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Armando Leite Rollemberg, a fim de que lhe figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Aprovado o requerimento, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sobre a mesa, requerimento quer será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 261, DE 1991

Nos termos do art. 281 do Requerimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para a Mensagem nº 138, de 1991 (nº 251/91, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senador Federal, o nome do Dr. Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Aprovado o requerimento, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência recebeu o ofício nº s/25, de 1991 (nº 2.005/91, na origem), através do qual o presidente do Banco Central, nos termos da resolução nº 58, de 1990, solicita autorização para que o Estado do Rio Grande do Sul possa emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, letras financeiras do Tesouro daquele estado, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência recebeu o Ofício nº s/26, de 1991 (nº 2.006/91, na origem), através do qual o presidente do Banco Central, nos termos

da resolução nº 58, de 1990, solicita autorização para que o Estado de São Paulo possa emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, letras financeiras do Tesouro daquele estado, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 78/90, que autoriza a instituição da área de relevante interesse ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. Tendo parecer favorável sob nº 23.

A Presidência comunica ao Plenário que a matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas nos termos do disposto no art. 235, do Regimento Interno.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 1990

(Nº 2.936/89, na Casa de origem)

Autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Área de Relevante Interesse Ecológico — ARIE, do Morro da Pedreira, no Município de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A Arie corresponde ao Morro da Pedreira, situado no Distrito de Cardeal Motta, à margem da Rodovia MG-010, na altura do km 103, distando 4 (quatro) quilômetros do Parque Nacional da Serra do Cipó e ocupado uma superfície aproximada de 70 ha (setenta hectares).

Art. 2º A instituição da Arie do Morro da Pedreira tem por finalidade.

I — a proteção do patrimônio espeleológico local;

II — a preservação da biota nativa;

III — o desenvolvimento de atividade de pesquisa científica e de caráter educativo;

IV — o aproveitamento para atividades de esporte, lazer e turismo que se coadunem com a proteção ambiental.

Art. 3º A Arie do Morro da Pedreira será administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, que tomará as providências necessárias a sua efetiva implantação e consolidação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há exatamente 126 anos, mais precisamente no dia 11 de junho de 1865, às 9 horas da manhã, iniciava-se a maior batalha naval em rios da América do Sul.

Refiro-me à memorável Batalha Naval de Riachuelo, epílogo da História do nosso País em cujas páginas a Marinha de Guerra do Brasil, em defesa do nome, da honra e de nossa soberania e integridade territorial, escreveu uma verdadeira epopéia de coragem, bravura, estratégia e habilidade, em que muitos brasileiros perderam a vida, mas que muitos outros sobreviveram para confirmar-lhes o heroísmo. Entre estes nomes, podemos lembrar Marílio Dias, Oliveira Pimentel, Pedro Afonso Ferreira e Guilherme Greenhalgh.

No comando da Esquadra Brasileira, o Almirante Barroso, a bordo do navio capitânea Amazonas, desfraldou em seu mastro a advertência: “O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever”, e a este lema, durante a peleja, se entregaram com vigor, senso de patriotismo e dever, os nossos marinheiros.

A Batalha do Riachuelo, uma consequência inevitável das alternativas do conflito iniciado em 13 de dezembro de 1864, após a formal declaração de guerra ao Brasil, foi uma demonstração de nosso poderio e supremacia naval, além de ter sido decisiva para os destinos da guerra, passando os aliados a dominarem toda a Bacia do Prata e permitindo o desembarque de tropas em território, então inimigo, a partir do ponto denominado Passo da Pátria, onde se destacou o General Osório, e em apoio ao desembarque ocorrido, destacou-se o Almirante Tamandaré, então comandante da esquadra Imperial.

Neste conflito, que imortalizou tantos heróis entre as nações envolvidas, em que tantos morreram por suas convicções e por amor ao seu respectivo país, o Brasil perdeu 33 mil homens, para a época, um número bastante significativo.

Hoje, no Grupamento de Fuzileiros Navais, em Brasília, com a presença do Presidente da República, Fernando Collor de Mello, ministros civis e militares, a Marinha comemora solenemente o evento ocorrido em 11 de junho de 1865, e o Sr. Ministro da Marinha, Almirante Mário Cesar Flores, em sua ordem do dia, referiu-se à grande batalha que o povo brasileiro, nos dias de hoje, trava contra o subdesenvolvimento e a pobreza.

Convidado que fui para esta solenidade, que teve início às 10 horas, não pude comparecer, porque neste mesmo horário estive convocado para participar de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relativa à apreciação do nome do Dr. Ilmar Nascimento Galvão para Ministro do Supremo Tribunal Federal, ocasião em que fui o Relator da matéria contida na respectiva mensagem presidencial.

Não podendo estar presente na solenidade promovida pelo Ministério da Marinha para comemorar a Batalha de Riachuelo, desta tribuna, associo-me às homenagens em sua memória.

A História é sábia, porque é a própria experiência da humanidade; a História é a mestra de todas as outras ciências.

A Guerra do Paraguai é uma página de glória nesse grande livro, mas também é uma página de luto, por todos aqueles que deram suas vidas pelos seus lares, pelo seu solo e pela sua bandeira.

Foi um conflito que envolveu os povos de nações hoje irmãs e amigas, e que nos dias de hoje vivem em harmonia, mantendo vínculos saudáveis e fraternos de cooperação e intercâmbio.

As guerras abrem feridas, criam ressentimentos que se incrustam na consciência e na cultura dos povos.

Mas entre o Brasil e o Paraguai, antes em conflito, hoje fraternalmente unidos, existe por exemplo, uma obra extraordinária, fruto do trabalho conjunto, que é Itaipu, um monumento ao progresso e à posteridade, que vem testemunhar, para sempre, a amizade e o entendimento entre as duas nações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, retorno a esta tribuna para continuar o meu diálogo com a Nação, relativamente a Rondônia.

Rondônia é uma questão nacional. Rondônia é fruto de uma lei complementar de uma decisão de Governo que entendeu criar uma nova unidade da Federação. E, como tal, a responsabilidade da União é patente, indiscutível, é uma responsabilidade que decorre da lei e que não pode ser negada, nem esquecida, e jamais desprezada.

Mas, em vão, subo os degraus desta tribuna. Em vão compareço neste fórum da Nação para debater as questões cruciais que afligem, que sacrificam, que agredem a vida dos rondonienses.

Em vão tentei, buscando os argumentos que a razão coloca à disposição do bom senso, evoquei aqui postulados aceitos de modo inequívoco pela razão humana. Apelei para os sentimentos de comisseração e piedade que ornaram o ser humano. Contudo, nada, absolutamente nada foi feito para salvar Rondônia.

Rondônia está condenada. Os gestos deste povo grandioso, trabalhador, que faz da coragem a auréola que coroa suas fronteiras, são desprezados e parece que a voz de Rondônia não alcança os ouvidos da Nação.

A obrigação da União com Rondônia, que surgiu de território, não termina com a simples e formal emancipação dessa unidade. Veja-se a situação de penúria por que passa hoje o Acre, que vem de um território federal. Da mesma forma, os Estados de Rondônia, Amapá e Roraima. É preciso analisar a expressão econômica dessas unidades federadas, no que se refere a extensão territorial, o número de quilômetros de estradas de Rondônia e do Distrito Federal.

Citei o Distrito Federal porque, de todas as unidades federadas criadas nos últimos anos, a única que tem apoio significativo do Governo Federal é o Distrito Federal, a cidade de Brasília. O tratamento dispensado pelo Governo Federal ao Distrito Federal é altamente privilegiado em relação aos demais estados. Difícil fica a situação, quando o Governo Federal nega-se a ajudar os novos estados. No caso de Rondônia, a frustração é ainda maior porque o Governo Federal não cumpre a Lei Complementar nº 41/81 que determinou a criação de programas para infra-estrutura no estado, conforme o art. 34 daquele diploma legal.

E enquanto o povo de Rondônia sofre de forma visível, palpável, as consequências mais dramáticas do modelo recessivo implantado pelo Governo Federal; enquanto o povo de Rondônia se debate, sem êxito, surgem outras adversidades infringidas por este modelo econômico que ataca, primeiro os mais fracos — como as crianças, os idosos e os mais pobres. Enquanto tudo isso ocorre e nada se move para salvar Rondônia, eu fico a perguntar se devo ou não continuar a pregar neste deserto, no Planalto; se devo ou não continuar a ser a voz dos oprimidos do meu estado, onde já se lhes nega o direito à vida.

Srs. Senadores, a situação é grave e, se aqui teço esse quadro fúnebre, que ameaça o meu Estado, é porque o drama humano ultrapassou, em muito, as barreiras do tolerável. Não é possível continuar. Não é possível dar-se como resposta a indiferença, a inércia e o desprezo. Não é possível que as autoridades federais, exatamente aquelas responsáveis pelo desenvolvimento de Rondônia, pela implantação das obras fundamentais de infra-estrutura atinentes à saúde, à energia elétrica, à educação e, mais do que tudo, às estradas tão necessárias para escoar a produção, olvidem esta realidade.

Eu, realmente, entendo que as palavras constituem uma abstração dos fatos reais. E que as palavras, por si sós, por mais sentimento, por mais empenho e eloquência do orador jamais representam a dor e as carências do cotidiano do povo de Rondônia.

E nesta hora valho-me do testemunho de um homem simples, um trabalhador, apenas um trabalhador que sabe realizar este milagre de Guttemberg, que emprestou as palavras à inteligência; esta revolução que permite que a inteligência se manifeste através das palavras, mas que resumem um concreto brutal. Um concreto onde se dissipa a vida de cada dia e de todos os dias.

E este testemunho, faço questão de gravar nos Anais desta Casa, porque merece a reflexão dos Srs. Senadores, de todos nós que vivemos neste cenário, não direi de fantasia, mas, talvez, deste limbo que intermedeia o inferno em que vive o povo, e quase o paraíso das mordomias.

Aqui, neste texto, fica gravado o apelo da minha gente e da minha terra. E é por isso que homenageio o seu ator, Geraldo Gonçalves, que, lá, nas nascentes do Candeias, Distrito de Campo Novo, mera clareira na mata amazônica, é solidário com a minha gente e diz, em carta a mim dirigida:

"... assim sendo, envio-lhe o artigo em anexo, que acabo de escrever, para que os ilustres representantes do povo saibam que este povo, do qual o autor é um obscuro porta-voz, não está absolutamente satisfeito com a atual situação. Não digo que a insatisfação leva fatalmente à rebelião, mas afirmo simplesmente que pode levar e parece que estamos caminhando nesse sentido". E, em outro trecho diz Geraldo Gonçalves:

"... os moradores do Alto Candeias, abandonados à própria sorte, sem estradas, sem assistência médica, impaludados, anemiados, perebados e completamente arrasados. Até agora o novo Governo não deu nenhum sinal de vida por aqui, nem mesmo através de um mísero representante. Estamos totalmente esquecidos. Peço-lhe elaborar um projeto de lei classificando os moradores do Candeias e Jamari como elementos da fauna brasileira e na categoria de animais em extinção, para que assim sejam incluídos dentro do plano geral de preservação do Sr. Collor de Mello e seus príncipes. Não, não é brinca-

deira, não. Pelo contrário, se nada for feito, estou certo de que até o final deste governo antinacional que está aí, nós estaremos é na lista de animais extintos."

Pego, Sr. Presidente, a inscrição nos Anais desta Casa do artigo de Geraldo Gonçalves, que me foi enviado, um testemunho que, como disse, merece a reflexão de todos os senadores.

Em realidade, quero aqui registrar um fato, para mim da maior importância. Que o Direito, embora abstrato na nossa Constituição; que o Direito, embora seja um mero mandamento abstrato gravado nas leis e na Constituição, começa a fazer de forma pedagógica uma escola na reivindicação por esses brasis afora, mesmo na minha longínqua, esquecida e tão maltratada Amazônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AMIR LANDO EM SEU DISCURSO:

O PAÍS DOS COITADINHOS E OS COITADINHOS DO PAÍS

O país dos coitadinhos não é tão pequeno e nem tão pobre como parece: é o 5º país do mundo em extensão territorial, o 6º em população, figura entre os dez países mais beneficiados por recursos naturais, é a 8ª economia do bloco capitalista e o 10º país do mundo em riqueza global. No entanto, os coitadinhos do país, que são mais de 50% dos habitantes, vivem na mais negra miséria, equilibrando-se na corda bamba do desespero com uma fatia de apenas 10% da renda nacional, enquanto mais de 50% dessa renda são embolsados por apenas 10% de ricos e super-ricos.

O país dos coitadinhos é, portanto, e por mais incrível que pareça, um dos dez países mais ricos do mundo, ao lado de outros países extremamente ricos, como os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido. Entretanto, os coitadinhos do país são vergonhosamente pobres, figurando entre os povos mais pobres do mundo, ao lado dos párias da Índia, do Paquistão e do Bangladesh.

O país dos coitadinhos dispõe da maior área agricultável do mundo, com cerca de 600 milhões de hectares. Porém, os coitadinhos do país não têm terra para trabalhar e vivem permanentemente escoraçados de um lugar para outro, feitos cães sem dono.

O país dos coitadinhos colhe mais de 70 milhões de toneladas de cereais por ano e possui enormes rebanhos de gado bovino e suíno, com grande produção de carne, leite e derivados. Não obstante, os coitadinhos do país padecem uma terrível carência alimentar, que se manifesta sobretudo pela falta de proteínas e suas crianças morrem numa proporção espantosa, à mingua de leite.

O país dos coitadinhos é rico em materiais de construção, desde o adobe ao mármore colorido. Mas os coitadinhos do país não têm onde morar, abrigando-se ora em míseros ranchos de pau-a-pique, ora embaixo de pontes e viadutos, ou refugiando-se na miséria das "vilas-miséria".

O país dos coitadinhos fabrica tecidos, calçados e cobertores, tudo em grandes quantidades. Os coitadinhos do país, no entanto, se apresentam maltrapilhos, andam descalços e durante o inverno se aquecem na beira do fogo ou se cobrem com folhas de jornal velho.

O país dos coitadinhos produz carros, caminhões e outros veículos, bem como tratores, colhedoras e demais implementos agrícolas. Contudo, a despeito dessa disponibilidade de

veículos e máquinas, os coitadinhos do país andam a pé, com enormes fardos às costas e ainda cultivam suas roças utilizando-se tão-somente de foice, machado e cutelo.

O país dos coitadinhos é o maior exportador mundial de café, açúcar e soja, sendo também grande produtor de banha vegetal e animal. Mas os coitadinhos do país bebem "café" de milho torrado, adoçado com caldo de cana e milhões deles escapam do "arroz pagão" recorrendo à banha de tatepeba e outros animais silvestres.

O país dos coitadinhos é riquíssimo em potencial energético e possui grandes centrais elétricas, entre as quais, Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo. Os coitadinhos do país, todavia, permanecem no escuro, com milhões deles regredindo da lamparina para o tição, em virtude do preço exorbitante do querosene.

O país dos coitadinhos tem milhões de médicos, dentistas e professores e produz todos os equipamentos e materiais necessários ao trabalho desses profissionais. No entanto, os coitadinhos do país marcham rumo ao 3º milênio em legiões compactas de opilados, impaludados, chagosos, desdentados e analfabetos.

O país dos coitadinhos dispõe de poderosas organizações destinadas à manutenção da ordem, ao cumprimento das leis e à defesa dos cidadãos contra possíveis agressores. Contudo, os coitadinhos do país são impiedosamente agredidos, massacrados e triturados por um selvagem regime econômico-social e não há ninguém para defendê-los.

O país dos coitadinhos proclama no art. 5º da sua Constituição que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos os habitantes do país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Dizer que tudo isto é balela seria pouco honroso para os governantes, no entanto, pode-se perguntar: faz sentido falar em igualdade de direitos num país com tantas e tão gritantes desigualdades sociais?

Para resumir, sem ter que passar todas as contas do rosário de infortúnios nacionais, este pequeno rol de contrastes já é mais do que suficiente para mostrar aos desinformados que, em última análise, o que existe de fato no Brasil às vésperas do seu 500º aniversário, é apenas isto: poder, ostentação e superconforto para a pequena minoria de privilegiados donos do país e submissão, humilhação e miséria para a grande maioria de espoliados, que são os coitadinhos do país, os quais só têm efetivamente garantida a inviolabilidade do direito a sete palmos de terra e um caixão. Quousque tandem...?

Geraldo Gonçalves
(Campo Novo — RO)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Senadores, deveremos apreciar em sessão a seguir, a indicação de autoridades, o que exige, realmente, **quorum** qualificado.

A Presidência visualiza, neste momento, no plenário, um número que não corresponde aos 41 senadores exigidos pela Constituição Federal e Regimento Interno.

Os Srs. Senadores que se encontram nas adjacências do plenário queiram deslocar-se, imediatamente, porque a votação será pelo processo eletrônico.

Segundo a assessoria da Mesa, estão no plenário 36 Srs. Senadores. Faltam, portanto, 5 para garantir o **quorum**. Logo em seguida, teremos sessão do Congresso Nacional.

Os Srs. Senadores devem ficar de sobreaviso para a discussão e votação de importantes matérias no Congresso Nacional, a primeira delas referente à Medida Provisória nº 296.

Há, por conseguinte, necessidade da presença dos Srs. Senadores em todos os momentos da discussão e votação no plenário do Congresso Nacional.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Exª

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista a constatação da inexistência de **quorum**, solicito a V. Exª que acione as campanhas e, também, que apele aos Srs. Senadores, que se encontram nos seus gabinetes, para que acorram ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência já fez soar as campanhas e, de viva voz, tem transmitido aos Srs. Senadores o apelo para que compareçam, agora, ao plenário. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 55 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 110, de 1991 (nº 176/91, na origem), de 24 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Luiz Coutinho Perez, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão.

— 2 —

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 113, de 1991 (nº 187/91, na origem), de 24 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Cláudio Pereira Cardoso, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Parecer nº 176, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 134, de 1991 (nº 241/91, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Humberto Gomes de Barros, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Armando Leite Rollemberg.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Parecer nº 177, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 138, de 1991 (nº 251/91, na origem), de 31 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos.)

Ata da 84ª Sessão, em 11 de junho de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 18 HORAS E 55 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dário Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Eptácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia —

Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****MENSAGEM Nº 110, DE 1991
ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA**

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 110, de 1991 (nº 176/91, na origem), de 24 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Luiz Coutinho Perez, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão.

Item 2:**MENSAGEM Nº 113, DE 1991
ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA**

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 113, de 1991 (nº 187/91, na origem), de 24 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Cláudio Pereira Cardoso, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

As matérias constantes dos itens 1 e 2 da pauta da presente sessão, nos termos do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos senhores funcionários as providências necessárias a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão transforma-se em secreta às 18 horas e 58 minutos e volta a ser pública às 19 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) —

Item 3:**MENSAGEM Nº 134, DE 1991
ESCOLHA DE AUTORIDADE**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 176, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 134, de 1991 (nº 241/91, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Humberto Gomes de Barros, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Armando Leite Rollemberg.

A matéria foi incluída na Ordem do Dia em virtude da aprovação de requerimento de dispensa de interstício na sessão anterior.

Passa-se à discussão do parecer.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

A votação será procedida por escrutínio secreto.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que tomem assento diferente daqueles originalmente nomeados.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "sim" 39 Srs. Senadores; e "não" 4.

Houve duas abstenções.

Total de votos: 45.

A Presidência fará a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) —

Item 4:**MENSAGEM Nº 138, DE 1991
ESCOLHA DE AUTORIDADE**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 177, de 1991, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 138, de 1991 (nº 251/91, na origem), de 31 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Ilmar Nascimento Galvão, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho.

A Mesa se obriga a anunciar que, para o acolhimento desta indicação, há necessidade de 41 votos "sim", sem o que não estará validada a indicação do Dr. Ilmar Nascimento Galvão para o Supremo Tribunal Federal. A atenção, portanto, dos Srs. Senadores.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia em virtude de aprovação de requerimento de dispensa de interstício na sessão anterior.

Passa-se à discussão do parecer.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será procedida por escrutínio secreto.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que tomem assento diferente da sua bancada original.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim" 48 Srs. Senadores.

Houve unanimidade.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede aos Srs. Senadores que se desloquem ao plenário do Congresso Nacional, para a votação de matérias da maior importância a serem realizadas na sessão de hoje.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 76, DE 1991**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1991 (nº 378/90, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, aprovada em Viena, em 20 de dezembro de 1988 (dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

— 2 —

REQUERIMENTO Nº 124, DE 1991

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 1991, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, realizada em Nagoya, Japão, publicado no jornal do *O Estado de S. Paulo*, de 9 de abril.

— 3 —

REQUERIMENTO Nº 136, DE 1991

Votação, em turno único, do Requerimento nº 136, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado, do artigo do acadêmico Austregésilo de Athayde, publicado sob o título “Política Demográfica”, no *Correio Braziliense*, de 17 de abril último.

— 4 —

REQUERIMENTO Nº 166, DE 1991

Votação, em turno único, do Requerimento nº 166, de 1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo “Carta aberta ao Sr. Presidente da República”, do Senhor Otávio Frias Filho, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, de 25 de abril do corrente ano.

— 5 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que altera a redação do inciso I do art. 37 da Constituição Federal. (5ª sessão de discussão.)

— 6 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que altera a redação do art. 28, item II, do art. 29 e do § 2º do art. 32, da Constituição Federal. (5ª sessão de discussão.)

— 7 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1991, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores, que dá nova redação à letra b, do inciso X do § 2º do art. 166 da Constituição Federal. (5ª sessão de discussão.)

— 8 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1991, de autoria do Senador Jonas Pinheiro e outros Senhores Senadores, que altera a redação do parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal. (3ª sessão de discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 6 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 546, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear Rita de Cássia Senna, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria, a partir de 29 de maio de 1991.

Senado Federal, 7 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides — Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 547, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 5.296/91-9, resolve aposentar, voluntariamente, Jesus da Galiléia da Azevedo, Técnico Legislativo, Área de Segurança Classe “Especial”, Padrão III, do Quadro de pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 250, 186, inciso III, da alínea a e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, e, ainda, com os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim como o artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 7 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 548, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear Júlia da Silva Milis para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Esperidião Amin, a partir de 4 de junho de 1991.

Senado Federal, 7 de junho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DE DIRETOR-GERAL Nº 3, DE 1991**Delega competência regulamentar.**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da faculdade conferida pelo parágrafo único do art. 283, do Regulamento Administrativo, considerando a necessidade do serviço e tendo em vista o que consta do Of. 170/91-PRSECR, do Senhor Primeiro Secretário, resolve:

Art. 1º Ficam delegadas ao Diretor da Secretaria de Serviços Especiais o exercício, além das competências previstas no Regulamento Administrativo do Senado Federal, das atribuições de controle, coordenação e direção da execução das atividades pertinentes ao Serviço de Administração das Residências Oficiais, órgão da estrutura administrativa da Diretoria-Geral.

Parágrafo único. A delegação de competência de que trata este artigo, de igual modo, poderá ser transferida a órgão sob sua subordinação.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de junho de 1991. — José Passos Pôrto, Diretor-Geral.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS CONGRESSISTAS
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DELIBERATIVO,
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1991**

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e noventa e hum, às onze horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, em sua sede, situada no anexo J da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Senhor Deputado Domingos Juvenil, com a presença dos Senhores Conselheiros Deputados Manoel Castro, Sólton Borges dos Reis, Paulino Cícero de Vasconcelos, Pedro Corrêa e Aécio de Borba e o Dr. Djacyr Arruda. Presentes, também, o Senhor Senador Wilson Martins, Vice-Presidente do IPC e o Senador Nabor Junior, Tesoureiro do Instituto. Observado o *quorum* regimental, o Presidente iniciou os trabalhos, determinando à Senhora Secretária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 9 de maio último. Após a leitura, a Ata foi discutida e votada, tendo sido aprovada sem restrições. Em seguida, o Presidente apresentou demonstrativos financeiros comparando as receitas e despesas realizadas nos meses de março, abril e maio/91, bem como a previsão para o mês de junho/91, dando explicações sobre as variações apontadas, informando que o Instituto já 316 empréstimos num total aproximado de 213 milhões de cruzeiros. O Senhor Tesoureiro, Senador Nabor Junior, esclareceu que os empréstimos constituíam um investimento seguro pois eram concedidos aos parlamentares e às categorias de funcionários do Congresso, todos consignados em folha de pagamento. Em seguida, o Senhor Presidente passou às mãos dos Senhores Conselheiros cópia de uma carta pessoal que o Deputado Paulino Cícero havia recebido de um financista amigo, com sua autorização, na qual fez uma análise da situação econômico-financeira do IPC, cujos recursos estão concentrados no Fundão e Conta de Poupança, observando o Presidente que as taxas de poupança são inferiores às dos demais papéis do mercado, como exemplo do CDB e RDB.

O Presidente comentou que a administração que sucedeu a do ex-Presidente Gustavo de Faria, por motivos óbvios, preocupou-se mais com a segurança dos investimentos, que com a rentabilidade. Disse também que o próprio Banco do Brasil oferece outras opções de aplicações mais rentáveis a exemplo do CDB e RDB que estão oferecendo taxas superiores a 12% e que o Instituto está perdendo mais de 2,5% (dois e meio por cento) ao mês. Depois de discutido o assunto, o Conselho autorizou ao Presidente a aplicar também em outros papéis de Bancos, como dos Banco do Brasil e Caixa Econômica, objetivando maior rentabilidade e segurança plena, observando obviamente o cronograma de desembolso, com aplicações a curto e médio prazo. Em seguida, o Senhor Presidente apresentou ao Conselho o Projeto de Resolução dispondo sobre a correção monetária dos salários de contribuição do IPC, para os efeitos da Resolução nº 18/90, no cálculo das pensões previstas no art. 36, inciso I, alínea a da Lei nº 7.087/82. O projeto colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, tomando essa Resolução o nº 2/91, que será publicada à parte. A seguir, o Presidente apresentou os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março/91, tendo designado os Conselheiros Deputados Pedro Corrêa, Sólton Borges dos Reis e Paulino Cícero para relatar. Continuando, o Presidente deu conhecimento ao conselho de ofícios encaminhados ao instituto pelo Deputado Chico Vigilante, solicitando inúmeras informações sobre o IPC e seus pensionistas. Sobre o assunto, vários conselheiros deram opiniões, chegando-se à conclusão de que com relação às informações sobre auditoria deveria despachar ao Dr. Fontenele para providenciar um resumo; quanto às outras informações, deveriam ser respondidas apenas quanto ao número de associados, número de pensionistas, valor da maior e da menor pensão, bem como o número de servidores, a maior e a menor gratificação. O Presidente informou ao Conselho que o IPC tem sido procurado por diversos segmentos da sociedade propondo negócios e solicitou a opinião de todos sobre uma proposta do Grupo Pão de Açúcar, na qual propõe a venda de um imóvel situado no Setor de Armazenamento de Brasília. O Conselho considerou inoportuno investir nesse setor pela dificuldade de liquidez, mas considerou viável o IPC investir parte de seu ativo financeiro em imóveis, tais como lojas comerciais, salas para escritório e flat, no sentido de ampliar o patrimônio e a receita do Instituto. Em seguida o Presidente comunicou ao Conselho sobre o interesse de alguns ex-parlamentares que desejam interromper o recebimento da pensão e retornarem à condição de contribuintes e que este assunto está merecendo estudos atuariais pela empresa que vem prestando serviços para o IPC, que é a Stea Atuária. Em seguida, foram apreciados e aprovados os seguintes processos: 1) **de pensão** — processos de Edson Fernandes Cavalcante (252/91), Sônia Dangelo da Costa (481/91), Expedito Bina (491/91), Maria Rosinda Ramos da Silva (715/91), Valdetário Ferreira (322/91), Yara Rocha Dias e filhos (443/91), Ilva Beatriz de Oliveira Campos (738/91), Neusa Leonor Hespanha Amaral (495/91), Neuza Casares de Queiroz (673/91), Roberto Velloso (241/91), Maria Lúcia Vilar de Lemos (667/91) e Celso Luiz Ramos de Medeiros (686/91); 2) **de integralização de carência** — processos de Ary Cícero de Moraes Ribeiro (745/91), Fernando Giuberti Nogueira (712/91), Lindolfo Nunes da Silva (628/91), Léa Ribeiro da Silva (632/91), Valério Francisco de Lima (637/91), Abraão Barbosa Teles (640/91), Pedro Miguel da Silva (642/91) e José Correia Cabral (672/91); 3) **de auxílio doença** — processos de Antonio Nóbél Aires Moura

(704/91), Bianor Antunes de Siqueira (771/91), Cláudio Ramos Aguirra (781/91), Cleide Soares Pires Ribeiro (707/91), Eliane Alves de Matos (751/91), Eliel Rodrigues (764/91), Esther Ferreira Gomes Ortega (783/91), Flávia Coutinho Assis Brasil (690/91), Flávia Coutinho de Assis Brasil (753/91), Francisco das Chagas Briosa do Nascimento (638/91), Jaime Borges de Oliveira (780/91), João de Deus Antunes (714/91), José Geraldo Lopes da Costa (752/91), Luiz de Araújo Braz (666/91), Luiz Gonzaga Soares Leal (614/91), Maria da Conceição Azevedo (765/91), Maria de Lourdes O. Rodrigues e Maria Alice Rodrigues Garcia de Souza (716/91), Maria Madalena da Silva (725/91), Mauro Cunha Batista de Deus (680/92), Odúlia Capelo Barroso (687/91), Oliniel Cardoso Lemes (711/91) e Zilá Dias (676/91); 4) de inscrição de segurado facultativo — processos de Maria dos Santos Souza Silva (698/91), Gildomira Castro de Atayde (652/91) Mércia Maria Augusto Aires (702/91), Severina Oliveira Lagares (654/91), Iraci Pereira de Paula Silva (706/91), Jorge Pereira Rosa (636/91), Antonio Batista Barbosa (608/91), Adaury Monteiro de Oliveira (683/91), Alberto Antonio Ramos Lopes (688/91), Jozimá Vilarinho de Almeida (668/91), Kenic de Freitas Pinheiro Santos (682/91), Luiz Carlos Machado da Nóbrega (660/91), Maria Lúcia Prado Aguiar (701/91), Maria Consuelo Dutra Timbó (663/91), Floriano Carlos Kreiser (684/91), Francisco Roberto Carrias Costa (583/91), Carolina Maria Ribeiro Sousa (664/91), Motozo Norita (639/91), Júlio Werner Pedrosa (703/91), Célia Alves (721/91), Marilena Terezinha Gomes (724/91), Luiz Carlos Ferreira (713/91), Nelson José Ribeiro (720/91), Maria Pereira de Souza Alves (726/91), Sandra Mara de Andrade (709/91), Itamir Duarte Mourão (737/91), Sivaldo Francisco Batista (742/91), Adriano Silva Paiva (705/91), Udenir de Figueiredo (718/91), Nicomedes José Macedo (675/91), Walkiria Leite da Silva (653/91), Adina Torres Silveira (685/91), Sidney de Jesus Silva Viana (689/91), Francisco de Assis da Silva Pereira (505/91), Manoel Rodrigues dos Santos (691/91), Agostinho Ferreira Leite (700/91), Carlos Gomes Carvalho (651/91), Luiz Bezzi Pasquarelli (692/91), Gil Anízio de Souza (736/91) e Ivanir Duarte Mourão (735/91); 5) de cancelamento de inscrição — processos de Adalva de Oliveira Abath Diniz (799/91), Aurea Leal Dutra de Andrade (810/91), Antonio Carlos da Silva (803/91), Antonio Bezerra da Silva (812/91), Alessandra Alves Jacobina (788/91), Adalberto José Carneiro Filho (754/91), Arlindo Arinos Porto (755/91), Carlos Alberto Gomide (792/91), Clari Mary Nery Borges (789/91), Cláudio Vieira de Souza (772/91), Célio Faria de Araújo (773/91), Deusimar Mousinho Lima (778/91), Fábio Gondim Pereira da Costa (802/91), Iara Alves Lepletier (768/91), José Meriderval Ribeira Xavier (785/91), João Advaldo Rios (786/91), Jorge Antonio Pinto Barbosa (793/91), Mario Mariano Pereira da Silva (804/91), Marilda Alves Campolina (809/91), Maria Veronica B. Gomes da Silva (779/91), Odilon Bezerra Leite (815/91), Orlando de Sá Cavalcante Neto (801/91), Raimundo Nonato Batista (777/91), Rubens Francisco Guimarães Diniz (776/91), Romão Batista de Souza (769/91) e Sérgio Murilo Souza Rosa (761/91). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às treze horas e vinte minutos. E, para constar, eu Lúcia Santos Tomelin, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Deputado Domingos Juvenil — Senador Nabor Junior — Dr. Djacyr Arruda — Deputado Manoel de Castro — Deputada Raquel Cândido — Deputado Aloísio Vasconcelos — Senador Cid Sabóia — Senador Josaphat Marinho — Senador Wilson Martins.

RESOLUÇÃO Nº 3/91

Autoriza ao Presidente do IPC alterar a estrutura do quadro de pessoal deste instituto e dá outras providências.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 12 (item IX) e 17 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, combinados com o § 4º do Regulamento Básico, resolve:

Art. 1º Fica o Presidente do IPC autorizado a alterar a estrutura do quadro de pessoal deste instituto, definir, mediante portaria, atribuições de encargos aos funcionários ocupantes de cargos de diretoria, consultoria jurídica, assessoramento, chefias de seção e auxiliares; bem como arbitrar gratificações de função em favor dos funcionários, consoante os encargos que lhes forem atribuídos.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de junho de 1991. — Dr. Henrique Lima Santos — Deputada Raquel Cândido — Deputado Domingos Juvenil — Dr. Djacyr Arruda — Dr. Pedro de Freitas — Deputado Aloísio Vasconcelos — Deputado Manoel Castro.

RESOLUÇÃO Nº 4/91

Regulamenta a concessão de auxílio-doença e dá outras providências.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 11 e 41, inciso II da Lei nº 7.087/82, combinados com o art. 34, item II, letra a, do Regulamento Básico, aprovado em 13 de janeiro de 1983, resolve:

Art. 1º Conceder dentro dos limites estabelecidos e em virtude de despesas com tratamento de saúde, auxílio-doença ao segurado, que requererá para si e seus dependentes assim considerados pela legislação do IPC, nos seguintes casos:

I — internamento hospitalar, excluindo-se despesas com acompanhante, telefonemas e outras extraordinárias;

II — cirurgias, tratamento clínico odontológico, fisioterapia de reabilitação e plásticas de caráter não estético;

III — exames especializados, laboratoriais, radiográficos, excluindo-se consulta médica.

Art. 2º O processo constará de requerimento e declaração de que nenhuma outra entidade ressarcir as despesas apresentadas, assinados pelo segurado ou seu representante legal, anexados dos originais dos seguintes documentos:

I — notas fiscais hospitalares, laboratoriais ou recibos, constando o número do respectivo CGC;

II — recibos de honorários médicos, odontológicos, fisioterápicos, especificando o tipo de cirurgia, exame especializado, tratamento especializado, constando o número do respectivo registro no Conselho Regional da Classe a que pertencer o profissional e o CPF.

Parágrafo único. No caso de ressarcimento parcial das despesas apresentadas por outra entidade, o IPC indenizará o segurado com a diferença, verificados os termos dos artigos 5º e 6º desta resolução.

Art. 3º O prazo para habilitação é de noventa dias improrrogável, a contar da data do pagamento das despesas pelo segurado.

Parágrafo único. Releva-se o período do recesso parlamentar para a contagem do prazo.

Art. 4º A Seção de Assistência Social instruirá o processo que, examinado pela autoridade imediatamente superior, será submetido à apreciação do Conselho Deliberativo.

Art. 5º O IPC indenizará o segurado obrigatório ou facultativo, na forma desta resolução, até 50% (cinquenta por cento) do montante das últimas 12 (doze) contribuições do segurado.

Parágrafo único. Para o segurado que já tenha sido beneficiado, a soma das contribuições será considerada a partir da última concessão. Apurado o valor do auxílio, a este será acrescido o saldo remanescente, se houver.

Art. 6º Ao segurado pensionista será deferido auxílio-doença, anualmente, até o valor máximo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da maior pensão do IPC vigente na data do requerimento.

Parágrafo único. O valor do benefício, ou saldo não utilizado, ficará extinto ao final de cada exercício.

Art. 7º As despesas decorrentes do auxílio a que trata esta resolução, serão pagas pelo IPC, com recursos próprios.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 9º revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de junho de 1991. — Deputado Domingos Juvenil, Presidente — Dr. Pedro de Freitas, Conselheiro — Deputado Manoel de Castro, Conselheiro — Deputado Aloisio Vasconcelos, Conselheiro — Deputada Raquel Cândido, Conselheira — Dr. Djacyr Arruda, Conselheiro — Dr. Henrique Lima Santos, Conselheiro — Senador Cid Sabóia, Conselheiro — Senador Josaphat Marinho, Conselheiro — Senador Wilson Martins, Vice-Presidente.

PARECER

Assunto: Balancete Patrimonial e Demonstrativo das Receitas e Despesas do IPC.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, de acordo com o que estabelece o art. 12, inciso III da Lei nº 7.087 de 20 de dezembro de 1982, examinou o Balancete Patrimonial e o Demonstrativo das Receitas e Despesas do mês de janeiro/91 e, considerando que essas peças traduzem a situação patrimonial e financeira do instituto em 31-1-91, com as ressalvas das Notas Explicativas anexas, resolve:

Aprovar os Balancetes e os Demonstrativos das Receitas e Despesas do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, referentes ao mês de janeiro/91, apresentando um Ativo com um Disponível Imediato de Cr\$ 3.835.443.849,18 — todo ele depositado no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; Investimentos no valor de Cr\$ 74.026.719,57 e Créditos Diversos no valor de Cr\$ 531.953.684,34; Recursos Realizáveis a longo prazo no valor de Cr\$ 580.899.553,44; Ativo Permanente no valor de Cr\$ 24.156.092,64 e Valores Custodiados de Cr\$ 11.926,23. O Passivo da instituição demonstra um Exigível Operacional de Cr\$ 72.784.628,19; um Exigível Atuarial no valor de Cr\$ 4.647.211.286,82; Não Exigível de Cr\$ 326.419.089,48; Valores em Custódia de Cr\$ 11.926,23 e Contas de Resultado Futuro de Cr\$ 64.894,68. As Contas de Resultado demonstram a realização de Receitas, equivalentes às Despesas, no valor de Cr\$ 1.363.885.205,11, no mês de janeiro/91 e, conseqüentemente, no ano. Esta igualdade é resultante da constituição de reservas no mês de janeiro no valor de Cr\$ 1.022.536.970,15.

Brasília, 6 de junho de 1991. — Deputado Pedro Corrêa, Conselheiro.

EMPRESA DE TRANSPORTES
S.A. - E.T.S.A.
CNPJ Nº 00.000.000/0000-00
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Cidade do Rio de Janeiro

CONHECIMENTO PATRONAL
INSTRUMENTO DE PREVIDÊNCIA DOS EMPREGADOS
BALANÇO PATRONAL DO EXERCÍCIO DE 1972

ATIVO		PASSIVO	
721000 CAIXA CORRENTE	2.332.442.846,10	010100 RECEÍVOS OPERACIONAIS	70.700.000,00
721010 CAIXA CORRENTE	981.813,48	010110 RECEÍVOS A RECEBER	21.229.140,40
721020 CAIXA CORRENTE	2.330.559.032,62	010120 RECEÍVOS A RECEBER	19.700,00
721030 CAIXA CORRENTE	0,00	010130 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721040 CAIXA CORRENTE	0,00	010140 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721050 CAIXA CORRENTE	0,00	010150 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721060 CAIXA CORRENTE	0,00	010160 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721070 CAIXA CORRENTE	0,00	010170 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721080 CAIXA CORRENTE	0,00	010180 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721090 CAIXA CORRENTE	0,00	010190 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721100 CAIXA CORRENTE	0,00	010200 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721110 CAIXA CORRENTE	0,00	010210 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721120 CAIXA CORRENTE	0,00	010220 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721130 CAIXA CORRENTE	0,00	010230 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721140 CAIXA CORRENTE	0,00	010240 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721150 CAIXA CORRENTE	0,00	010250 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721160 CAIXA CORRENTE	0,00	010260 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721170 CAIXA CORRENTE	0,00	010270 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721180 CAIXA CORRENTE	0,00	010280 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721190 CAIXA CORRENTE	0,00	010290 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721200 CAIXA CORRENTE	0,00	010300 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721210 CAIXA CORRENTE	0,00	010310 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721220 CAIXA CORRENTE	0,00	010320 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721230 CAIXA CORRENTE	0,00	010330 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721240 CAIXA CORRENTE	0,00	010340 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721250 CAIXA CORRENTE	0,00	010350 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721260 CAIXA CORRENTE	0,00	010360 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721270 CAIXA CORRENTE	0,00	010370 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721280 CAIXA CORRENTE	0,00	010380 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721290 CAIXA CORRENTE	0,00	010390 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721300 CAIXA CORRENTE	0,00	010400 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721310 CAIXA CORRENTE	0,00	010410 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721320 CAIXA CORRENTE	0,00	010420 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721330 CAIXA CORRENTE	0,00	010430 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721340 CAIXA CORRENTE	0,00	010440 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721350 CAIXA CORRENTE	0,00	010450 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721360 CAIXA CORRENTE	0,00	010460 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721370 CAIXA CORRENTE	0,00	010470 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721380 CAIXA CORRENTE	0,00	010480 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721390 CAIXA CORRENTE	0,00	010490 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721400 CAIXA CORRENTE	0,00	010500 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721410 CAIXA CORRENTE	0,00	010510 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721420 CAIXA CORRENTE	0,00	010520 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721430 CAIXA CORRENTE	0,00	010530 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721440 CAIXA CORRENTE	0,00	010540 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721450 CAIXA CORRENTE	0,00	010550 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721460 CAIXA CORRENTE	0,00	010560 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721470 CAIXA CORRENTE	0,00	010570 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721480 CAIXA CORRENTE	0,00	010580 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721490 CAIXA CORRENTE	0,00	010590 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721500 CAIXA CORRENTE	0,00	010600 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721510 CAIXA CORRENTE	0,00	010610 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721520 CAIXA CORRENTE	0,00	010620 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721530 CAIXA CORRENTE	0,00	010630 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721540 CAIXA CORRENTE	0,00	010640 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721550 CAIXA CORRENTE	0,00	010650 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721560 CAIXA CORRENTE	0,00	010660 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721570 CAIXA CORRENTE	0,00	010670 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721580 CAIXA CORRENTE	0,00	010680 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721590 CAIXA CORRENTE	0,00	010690 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721600 CAIXA CORRENTE	0,00	010700 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721610 CAIXA CORRENTE	0,00	010710 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721620 CAIXA CORRENTE	0,00	010720 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721630 CAIXA CORRENTE	0,00	010730 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721640 CAIXA CORRENTE	0,00	010740 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721650 CAIXA CORRENTE	0,00	010750 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721660 CAIXA CORRENTE	0,00	010760 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721670 CAIXA CORRENTE	0,00	010770 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721680 CAIXA CORRENTE	0,00	010780 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721690 CAIXA CORRENTE	0,00	010790 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721700 CAIXA CORRENTE	0,00	010800 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721710 CAIXA CORRENTE	0,00	010810 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721720 CAIXA CORRENTE	0,00	010820 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721730 CAIXA CORRENTE	0,00	010830 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721740 CAIXA CORRENTE	0,00	010840 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721750 CAIXA CORRENTE	0,00	010850 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721760 CAIXA CORRENTE	0,00	010860 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721770 CAIXA CORRENTE	0,00	010870 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721780 CAIXA CORRENTE	0,00	010880 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721790 CAIXA CORRENTE	0,00	010890 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721800 CAIXA CORRENTE	0,00	010900 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721810 CAIXA CORRENTE	0,00	010910 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721820 CAIXA CORRENTE	0,00	010920 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721830 CAIXA CORRENTE	0,00	010930 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721840 CAIXA CORRENTE	0,00	010940 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721850 CAIXA CORRENTE	0,00	010950 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721860 CAIXA CORRENTE	0,00	010960 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721870 CAIXA CORRENTE	0,00	010970 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721880 CAIXA CORRENTE	0,00	010980 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721890 CAIXA CORRENTE	0,00	010990 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721900 CAIXA CORRENTE	0,00	011000 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721910 CAIXA CORRENTE	0,00	011010 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721920 CAIXA CORRENTE	0,00	011020 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721930 CAIXA CORRENTE	0,00	011030 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721940 CAIXA CORRENTE	0,00	011040 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721950 CAIXA CORRENTE	0,00	011050 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721960 CAIXA CORRENTE	0,00	011060 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721970 CAIXA CORRENTE	0,00	011070 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721980 CAIXA CORRENTE	0,00	011080 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
721990 CAIXA CORRENTE	0,00	011090 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722000 CAIXA CORRENTE	0,00	011100 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722010 CAIXA CORRENTE	0,00	011110 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722020 CAIXA CORRENTE	0,00	011120 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722030 CAIXA CORRENTE	0,00	011130 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722040 CAIXA CORRENTE	0,00	011140 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722050 CAIXA CORRENTE	0,00	011150 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722060 CAIXA CORRENTE	0,00	011160 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722070 CAIXA CORRENTE	0,00	011170 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722080 CAIXA CORRENTE	0,00	011180 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722090 CAIXA CORRENTE	0,00	011190 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722100 CAIXA CORRENTE	0,00	011200 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722110 CAIXA CORRENTE	0,00	011210 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722120 CAIXA CORRENTE	0,00	011220 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722130 CAIXA CORRENTE	0,00	011230 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722140 CAIXA CORRENTE	0,00	011240 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722150 CAIXA CORRENTE	0,00	011250 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722160 CAIXA CORRENTE	0,00	011260 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722170 CAIXA CORRENTE	0,00	011270 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722180 CAIXA CORRENTE	0,00	011280 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722190 CAIXA CORRENTE	0,00	011290 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722200 CAIXA CORRENTE	0,00	011300 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722210 CAIXA CORRENTE	0,00	011310 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722220 CAIXA CORRENTE	0,00	011320 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722230 CAIXA CORRENTE	0,00	011330 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722240 CAIXA CORRENTE	0,00	011340 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722250 CAIXA CORRENTE	0,00	011350 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722260 CAIXA CORRENTE	0,00	011360 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722270 CAIXA CORRENTE	0,00	011370 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722280 CAIXA CORRENTE	0,00	011380 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722290 CAIXA CORRENTE	0,00	011390 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722300 CAIXA CORRENTE	0,00	011400 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722310 CAIXA CORRENTE	0,00	011410 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722320 CAIXA CORRENTE	0,00	011420 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722330 CAIXA CORRENTE	0,00	011430 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722340 CAIXA CORRENTE	0,00	011440 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722350 CAIXA CORRENTE	0,00	011450 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722360 CAIXA CORRENTE	0,00	011460 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722370 CAIXA CORRENTE	0,00	011470 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722380 CAIXA CORRENTE	0,00	011480 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722390 CAIXA CORRENTE	0,00	011490 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722400 CAIXA CORRENTE	0,00	011500 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722410 CAIXA CORRENTE	0,00	011510 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722420 CAIXA CORRENTE	0,00	011520 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722430 CAIXA CORRENTE	0,00	011530 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722440 CAIXA CORRENTE	0,00	011540 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722450 CAIXA CORRENTE	0,00	011550 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722460 CAIXA CORRENTE	0,00	011560 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722470 CAIXA CORRENTE	0,00	011570 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722480 CAIXA CORRENTE	0,00	011580 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722490 CAIXA CORRENTE	0,00	011590 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722500 CAIXA CORRENTE	0,00	011600 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722510 CAIXA CORRENTE	0,00	011610 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722520 CAIXA CORRENTE	0,00	011620 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722530 CAIXA CORRENTE	0,00	011630 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722540 CAIXA CORRENTE	0,00	011640 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722550 CAIXA CORRENTE	0,00	011650 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722560 CAIXA CORRENTE	0,00	011660 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722570 CAIXA CORRENTE	0,00	011670 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722580 CAIXA CORRENTE	0,00	011680 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722590 CAIXA CORRENTE	0,00	011690 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722600 CAIXA CORRENTE	0,00	011700 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722610 CAIXA CORRENTE	0,00	011710 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722620 CAIXA CORRENTE	0,00	011720 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722630 CAIXA CORRENTE	0,00	011730 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722640 CAIXA CORRENTE	0,00	011740 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722650 CAIXA CORRENTE	0,00	011750 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722660 CAIXA CORRENTE	0,00	011760 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722670 CAIXA CORRENTE	0,00	011770 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722680 CAIXA CORRENTE	0,00	011780 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722690 CAIXA CORRENTE	0,00	011790 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722700 CAIXA CORRENTE	0,00	011800 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722710 CAIXA CORRENTE	0,00	011810 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722720 CAIXA CORRENTE	0,00	011820 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722730 CAIXA CORRENTE	0,00	011830 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722740 CAIXA CORRENTE	0,00	011840 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722750 CAIXA CORRENTE	0,00	011850 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722760 CAIXA CORRENTE	0,00	011860 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722770 CAIXA CORRENTE	0,00	011870 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722780 CAIXA CORRENTE	0,00	011880 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722790 CAIXA CORRENTE	0,00	011890 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722800 CAIXA CORRENTE	0,00	011900 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722810 CAIXA CORRENTE	0,00	011910 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722820 CAIXA CORRENTE	0,00	011920 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722830 CAIXA CORRENTE	0,00	011930 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722840 CAIXA CORRENTE	0,00	011940 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722850 CAIXA CORRENTE	0,00	011950 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722860 CAIXA CORRENTE	0,00	011960 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722870 CAIXA CORRENTE	0,00	011970 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722880 CAIXA CORRENTE	0,00	011980 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722890 CAIXA CORRENTE	0,00	011990 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722900 CAIXA CORRENTE	0,00	012000 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722910 CAIXA CORRENTE	0,00	012010 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722920 CAIXA CORRENTE	0,00	012020 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722930 CAIXA CORRENTE	0,00	012030 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722940 CAIXA CORRENTE	0,00	012040 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722950 CAIXA CORRENTE	0,00	012050 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722960 CAIXA CORRENTE	0,00	012060 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722970 CAIXA CORRENTE	0,00	012070 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722980 CAIXA CORRENTE	0,00	012080 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
722990 CAIXA CORRENTE	0,00	012090 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723000 CAIXA CORRENTE	0,00	012100 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723010 CAIXA CORRENTE	0,00	012110 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723020 CAIXA CORRENTE	0,00	012120 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723030 CAIXA CORRENTE	0,00	012130 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723040 CAIXA CORRENTE	0,00	012140 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723050 CAIXA CORRENTE	0,00	012150 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723060 CAIXA CORRENTE	0,00	012160 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723070 CAIXA CORRENTE	0,00	012170 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723080 CAIXA CORRENTE	0,00	012180 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723090 CAIXA CORRENTE	0,00	012190 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723100 CAIXA CORRENTE	0,00	012200 RECEÍVOS A RECEBER	0,00
723110 CAIXA CORRENTE	0,00	012210 RECEÍVOS A RECEBER	0,00

-PRODASEN-
CENTRO DE INFORMATICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-41187501-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ANALITICO ENCERRADO EM JANEIRO/91 (Z P C)

A	T	I	V	O	P	A	S	I	V	O
710000 DISPONÍVEL IMEDIATO				3.038.443.049,18	010000 EXIGÍVEL OPERACIONAL					72.706.476,29
710200 BANCOS COMTA MOVIMENTO					010100 PREVIDÊNCIA A RECEBER					31.259.162,49
710201 BANCO DO BRASIL S/A C/ 103.362/2				901.407,96	010101 IMPP SUSPE PENHÕES					21.240.454,49
710202 BANCO DO BRASIL S/A C/ 403.345/2				1.469,85	010102 IMPP SUSPE CANCELAMENTOS					10.718,98
710203 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/959.075/1				804,13	010200 CREDITOS DIVERSOS					41.496.746,73
710205 BANCO DO BRASIL S/A C/ 103.362/2				154	010201 PRECÍDIO PARLAMENTAR					41.367.486,98
710400 FOLPA/CA					010202 DIVERPOS					131.059,63
710401 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/88.021/8				548.619.349,48	010203 SEGUNOS					26.728,97
710412 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/877.342/9				117.988.938,00	020000 EXIGÍVEL ATUARIAL					4.647.213.284,82
710416 BANCO DO BRASIL S/A C/ 103.362/2				729.331.624,72	020100 RESERVAS MATEMÁTICAS/RESCOS COPIADOS					4.647.213.284,82
710416 BANCO DO BRASIL S/A C/ 103.362/2				246.944,99	020101 RESERVAS MATEMÁTICAS/RESCOS COPIADOS					4.647.213.284,82
710420 BANCO DO BRASIL S/A C/ 103.362/2				300.302.034,16	020102 DIVERPOS					324.429.839,48
710421 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/409.342/4				122.248,78	020103 RESERVA DE REVALIAÇÃO DE IMÓVEIS					321.900.199,93
710422 BANCO DO BRASIL S/A C/103.362/2				542.610.169,63	020104 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL					4.436.659,39
710500 COMPA. FUND. GERAL DE ABASTEC. FINANCEIRA					020105 PROVISÕES					4.436.659,39
710501 BANCO DO BRASIL S/A C/103.362/2				1.466.434.842,70	020106 PROVISÃO PARA COBERTURA DE APLICAÇÕES DIVERPOS					64.894,68
710502 BANCO DO BRASIL S/A C/411.507/7				4.566.759,22	020107 RESULTADO FUTURO					65.494,77
720000 INVESTIMENTOS					020108 VALORES CUSTODIADOS					11.926,23
720100 CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - AVISADOS				74.926.719,57						
720101 SENADOTISTAS				234.016,55						
720102 DEPUTADOS				56.182,37						
720103 FUNCIONÁRIOS DO SENADO FEDERAL				26.748.019,73						
720104 FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS				28.813.947,69						
720105 CDT DO SENADO FEDERAL				14.479.451,93						
720106 CDT DA CÂMARA DOS DEPUTADOS				3.972.879,02						
720107 FUNCIONÁRIOS DO PRODASEN				8.472.142,05						
720108 FUNCIONÁRIOS DO CIGRAF				8.117.689,94						
720109 INATIVOS DO SENADO FEDERAL				775.953,11						
720110 INATIVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS				787.032,04						
720111 PENSÕES/RETAS				376.915,74						
720200 AÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A										
720201 CUSTO				434,38						
720202 VARIAÇÃO DA CARTEIRA				11.471,93						
720203 AÇÕES DO BANCO MEXICANO S/A										
720204 CUSTO				52.802,04						
730000 CRÉDITOS DIVERSOS										
730100 VALORES A RECEBER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS				831.953.404,34						
730101 COMIT. DE RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL				485.372.920,79						
730102 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES				2.769.343,44						
730200 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL				482.041.877,32						
730201 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES				62.426.647,48						
730300 ADIANTAMENTOS POR GASTOS DO PRÓPRIO PARLAMENTO				219.412,36						
731000 JMS.E COR.NOMET.DA COMTA FUNDO DADO APLIC. FINANCE.				13.023.473,78						
740000 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				508.099.533,44						
740100 INVESTIMENTOS A RECEBER				6.642.632,83						
740101 TÍTULOS DA DÍVITA ACUMULADA				369.532,09						
740102 OBRIGAÇÕES DA ELETRONELIS				114.070,39						
740103 CDB/PCS - FIDELIUM				1.723.333,83						
740104 CERTIFICADOS DE DEPÓSITO				4.939.688,56						
740200 CUPONS DE JUROS E DIVID. DE RACEM - LEZ 8014/90										
740201 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/440.882/8				179.361.453,89						
740202 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/670.296/3				485.042,05						
740203 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/479.480/4				1.017.917,09						
740204 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/471.842/4				679.345,53						
740205 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/474.155/4				1.240.429,23						
740206 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/475.294/5				1.746.181,04						
740207 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/475.305/5				1.326.151,68						
740208 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/476.800/6				71.226,22						
740209 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/476.820/7				411.514,78						
740210 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/476.936/8				787.182,78						
740211 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/477.119/9				7.261.152,12						
740212 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/477.342/9				750.156,39						

-PRODASEN-
CENTRO DE INFORMATICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-41187501-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ANALITICO ENCERRADO EM JANEIRO/91 (Z P C)

A	T	I	V	O	P	A	S	I	V	O
740216 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/447.812/5				1.307.447,27						
740217 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/446.135/6				194.617.346,76						
740218 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/449.332/7				84.423.925,83						
750000 PERMANENTE										
750100 BENS IMÓVEIS				24.156.892,64						
750200 BENS MÓVEIS				24.069.229,09						
750300 COMPENSAÇÃO				94.872,64						
760000 VALORES CUSTODIADOS				11.926,23						
TOTAL DO ATIVO				5.046.491.025,48	TOTAL DO PASSIVO					5.046.491.025,48

MARTA REZENDE
CHEFE DA SEÇÃO DE INFORMATICA
CONTADOR CRC-DF 8727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
SECRETO DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4944

BRASÍLIA-DF, 31 DE JANEIRO DE 1991

ROSA MARIA
DIRETORA EXECUTIVA

Chagas Rodrigues
SENADOR CASSIO MONTEIRO
PRESIDENTE

SEBASTIÃO MARCO JACINTO
SECRETARIO

-PROGASEN-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-AL107501-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ANALÍTICO ENCERRADO EM FEVEREIRO/91 (Z P C)

A T I V O		P A S S I V O	
748210 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/476.828/7	657.455,34	010100 EXIGÍVEL OPERACIONAL	71.924.854,63
748213 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/476.936/4	759.935,66	010108 PRETENSÕES A RECEBER	38.401.308,93
748216 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/477.118/5	7.677.613,65	010101 IRRF SOBRE PENCOS	30.381.804,66
748218 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/477.361/0	815.891,45	010102 IRRF SOBRE GRATIFICAÇÕES	19.708,09
748221 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/487.511/3	1.405.458,62	010103 IRRF SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS	9.134,07
748223 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/499.138/8	316.018.688,64	010200 CREDITOS DIVERSOS	41.498.744,75
748225 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/480.536/4	90.923.274,68	010203 REGULO PARLAMENTAR	41.747.604,90
748229 PROCBAN-BAHIA ESTADO DE ALAGOAS S/A C/408.379/4	18.546.139,62	010204 DIVERSOS	131.059,83
		010300 SEGUROS	26.710,97
750003 PERMANENTE	24.156.092,64	820000 EXIGÍVEL ATUARIAL	5.512.997.240,06
750100 BENS IMÓVEIS	24.040.000,00	820100 RESERVAS MATEMÁTICAS/RISCOS ENFERMOS	5.512.997.240,06
750100 BENS MÓVEIS	96.492,64	820102 BENEFÍCIOS A CONCEDER	
748000 COMPENSADO	11.926,23	830000 NÃO EXIGÍVEL	342.069.742,42
748100 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23	830100 RESERVAS	337.430.852,92
TOTAL DO ATIVO	5.927.878.658,62	830101 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.476.056,72
		830103 RESERVA DE REVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	24.059.968,16
		830104 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	318.094.532,64
		830200 PROVISÕES	4.438.039,50
		830301 PROVISÃO PARA COBERTURA DE APLICAÇÕES DIVERSAS	
		840000 RESULTADO FUTURO	44.894,48
		840100 VARIAÇÃO DA CARTEIRA DE AÇÕES	43.494,77
		840200 PENDENTE	1.399,01
		850000 COMPENSADO	11.926,23
		880100 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23

MARIA FELIZANDA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADOR CRC-DF 4767

FERNANDO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4964

BRASÍLIA-DF, 20 DE FEVEREIRO DE 1991

Dirce de Almeida
DIRETORA EXECUTIVA

SENADOR CHAGAS ROBERTO
PRESIDENTE

SENADOR NACIO BARON
TESOUREIRO

-PROGASEN-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-AL107501-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ANALÍTICO ENCERRADO EM FEVEREIRO/91 (Z P C)

A T I V O		P A S S I V O	
710000 DISPONÍVEL IMEDIATO	4.526.544.463,98	010100 EXIGÍVEL OPERACIONAL	71.924.854,63
710200 BANCOS COM CONTAS MOVIMENTADAS	52.174.489,39	010108 PRETENSÕES A RECEBER	38.401.308,93
710201 BANCO DO BRASIL S/A C/ 193.322/2	1.464,05	010101 IRRF SOBRE PENCOS	30.381.804,66
710202 BANCO DO BRASIL S/A C/ 403.505/2	504,13	010102 IRRF SOBRE GRATIFICAÇÕES	19.708,09
710204 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/959.071/1	154	010103 IRRF SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS	9.134,07
710205 BANCO DO BRASIL S/A C/ 193.500/4		010200 CREDITOS DIVERSOS	41.498.744,75
710400 RESERVA	4.157.521.264,39	010203 REGULO PARLAMENTAR	41.747.604,90
710401 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/440.022/8	479.495.462,35	010204 DIVERSOS	131.059,83
710402 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/476.936/4	1.088.000.400,00	010300 SEGUROS	26.710,97
710403 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/677.501/8	130.215.934,38	820000 EXIGÍVEL ATUARIAL	5.512.997.240,06
710404 BANCO DO BRASIL S/A C/ 119.193.322/1	330.000.400,00	820100 RESERVAS MATEMÁTICAS/RISCOS ENFERMOS	5.512.997.240,06
710405 BANCO DO BRASIL S/A C/ 120.193.322/3	647.550.411,03	820102 BENEFÍCIOS A CONCEDER	
710406 BANCO DO BRASIL S/A C/ 140.193.322/8	204.611,91	830000 NÃO EXIGÍVEL	342.069.742,42
710407 BANCO DO BRASIL S/A C/ 140.193.322/8	441.948.860,19	830100 RESERVAS	337.430.852,92
710408 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - C/400.302/4	357.810,48	830101 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.476.056,72
710409 BANCO DO BRASIL S/A C/138.193.322/5	479.678.253,15	830103 RESERVA DE REVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	24.059.968,16
710500 CONTRA FUNDOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	318.170.521,82	830104 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	318.094.532,64
710501 BANCO DO BRASIL S/A C/193.322/1	6.609.710,00	830200 PROVISÕES	4.438.039,50
710502 BANCO DO BRASIL S/A C/403.509/7		830301 PROVISÃO PARA COBERTURA DE APLICAÇÕES DIVERSAS	
720000 INVESTIMENTOS	55.145.193,65	840000 RESULTADO FUTURO	44.894,48
720100 CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - AVERBADOS	55.081.404,56	840100 VARIAÇÃO DA CARTEIRA DE AÇÕES	43.494,77
720101 SENADORES	105.460,05	840200 PENDENTE	1.399,01
720102 DEPUTADOS	50.105,17	850000 COMPENSADO	11.926,23
720103 FUNCIONÁRIOS DO SENADO FEDERAL	9.707.251,73	880100 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23
720104 FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	19.503.046,49		
720105 CLT DO SENADO FEDERAL	14.471.117,93		
720106 CLT DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.834.449,30		
720107 FUNCIONÁRIOS DO PROGASEN	1.866.892,04		
720108 FUNCIONÁRIOS DO CENAP	6.137.582,94		
720109 DIÁRIOS DO SENADO FEDERAL	292.747,11		
720110 DIÁRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	84.959,06		
720111 PENSÕES VITAS	283.254,76		
720200 AÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A			
720201 CUSTO	474,30		
720202 VARIAÇÃO DA CARTEIRA	11.491,93		
720203 AÇÕES DO BANCO MEXICANO S/A	52.082,04		
720204 CUSTO			
730000 CRÉDITOS DIVERSOS	487.013.333,65		
730100 VALORES A RECEBER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	444.019.525,62		
730101 CONTRA DE RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	2.750.343,44		
730102 EQUIPARAÇÃO DE PENCOS	641.379.182,18		
730200 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL	36.957.030,70		
730201 EQUIPARAÇÃO DE PENCOS	116.422,36		
730202 ADIANTAMENTO POR DESPESAS DO PRONTO PAGAMENTO	2.754.020,03		
730203 CONTRAÇÕES A RECEBER	2.754.020,03		
730300 JRS.E CONFORMET.DA CONTA FUNDOS APLIC. FINANC.	1.094.516,14		
740000 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	634.277.445,95		
740100 INVESTIMENTOS A RECEBER	6.403.915,63		
740101 TÍTULOS DA DÍVITA AGRIÁRIA	303.532,00		
740102 OBRIGAÇÕES DA ELETRONICAS	114.078,30		
740103 CONTRA DE PROGASEN	1.247.116,45		
740104 OBRIGAÇÕES NÃO CONVERSÍVEIS	6.410.009,30		
740200 CRUZADOS AGUOS A CREN DO SACON - LEI 8024/90	627.773.838,12		
740201 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/440.022/8	391.422.009,36		
740202 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/476.936/4	638.544,45		
740203 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/476.936/4	1.147.740,27		
740204 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/477.118/5	965.794,91		
740205 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/477.361/0	1.331.626,55		
740206 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/476.936/4	2.113.230,45		
740207 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/476.936/4	2.423.189,45		
740208 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/476.936/4	26.946,48		

-PROGAFIN-
CPIRMO DE INFORMATICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-AICG401-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRATIVO ANALITICO DA COTA RECEITA E DESPESA ACUMULADA ATÉ FEVEREIRO/91 (Z P C)

R E C E I T A		D E S P E S A	
100000 RECEITAS CORRENTES	2.577.774.211,73	300000 DESPESAS CORRENTES	2.577.774.211,73
110000 RECEITA TRIBUTARIA	282.053.371,65	310000 DESPESAS DE CUSTEIO	14.591.546,92
111000 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	94.525.518,80	311300 GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES	12.051.013,01
111101 DA CÂMARA	14.166.073,25	312000 AJALIO-FUNERAL	41.620,02
111102 DO SENADO	53.247.305,88	313000 SERVIÇOS DE TERCEIROS	555.537,57
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	3.487.444,06	317000 HONORARIOS ADVOCATÍCIOS	1.499.100,89
111201 DA CÂMARA	3.487.444,06	318000 IMPOSTOS E TAXAS	47.579,85
111202 DO SENADO	3.487.444,06	319000 DESPESAS DIVERSAS	148.730,96
111203 DO PROGRASIN	3.487.444,06	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	459.074.231,58
111204 CLT DA CÂMARA	3.487.444,06	320003 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES OBRIGATORIOS	436.157.473,79
111205 CLT DO SENADO	3.487.444,06	320001 EX-SCHADOPES	50.993.595,30
111206 CLT CESPAP	3.487.444,06	320002 EX-DEPUTADOS	377.173.879,21
111300 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS	1.819.856,97	320100 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES FACULTATIVOS	62.643.777,77
111400 COMPLEMENTAÇÃO DE CÂBENÇA	163.205,66	320101 EX-FUNCIIONARIOS DO SENADO	25.274.153,47
111401 COMPLEMENTAÇÃO DE CÂBENÇA/SEG. OBRIGATORIOS	163.205,66	320102 EX-FUNCIIONARIOS DA CÂMARA	37.369.624,30
111402 COMPLEMENTAÇÃO DE CÂBENÇA/SEG. FACULTATIVOS	163.205,66	320200 PENSÕES A BENEFICIARIOS	159.208.682,04
111500 CONTRIBUIÇÃO DE FUNDO	12.055.641,43	320201 DE EX-SCHADOPES	40.396.031,75
111600 ASSIST. SOCIAL - 2 S/RS. E COR. MONET. DE EMPRÉSTIMOS	1.874.897,34	320202 DE EX-DEPUTADOS	115.614.227,13
111601 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE PÉCÚLIO	15.645,39	320203 DE EX-FUNCIIONARIOS DA CÂMARA	3.572.005,02
120000 RECEITA PATRIMONIAL	1.340.149.253,29	320204 DE EX-FUNCIIONARIOS DO SENADO	2.303.777,34
121000 JRS. E COR. MONET. COMTA FUNDO QUITO APLIC. FINANCEIRA	279.775.640,93	320205 ASSIST. SOCIAL - 2 S/RS. E COR. MONET. EMPR/CAP. EMPREST	1.874.897,34
121100 JUROS E COR. MONETARIA DE COR/PROB	11.479.907,37	330000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	132.634,90
121200 JRS. E CORREÇÃO MONETARIA DE FOUFANCA	457.941.852,88	331000 IMPORTE SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF	92.164,70
121300 JRS. E COR. MONET. DE CRUZADOS NOVOS A ORDEM DO BACEN	168.359.944,21	331001 TALA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS	91.164,70
121400 JRS. E COR. MONETARIA DE EMPRÉSTIMOS	26.872.448,05	331100 FUNDOS COM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	41.670,08
121500 ALUGUETS	3.044.578,39	331101 POR MONTE	41.670,08
121600 DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	561.518,61	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	1.903.975.576,33
121700 BANCO DO BRASIL S/A	501.538,61	341100 RESERVA MATEMÁTICA - RISCOS EXPIRADOS	1.879.975.489,68
140000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	954.728.444,65	341102 BENEFÍCIOS A CONCEDER	26.998.086,67
141100 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	284.979.018,34	341100 RESERVA DA PREVIDENCIA CONGRESSUAL	26.998.086,67
141200 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO SENADO FEDERAL	144.452.495,04		
141300 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO PROGRASIN	6.014.800,12		
141400 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CIOFAP	27.441.127,04		
141500 PEC. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	103.048.921,82		
142100 EQUIPAÇÃO DE PENSÕES	343.068.921,82		
142200 PEC. DO SENADO FEDERAL	105.972.013,29		
142300 CONTR. DE RESERVA NA PREVIDENCIA CONGRESSUAL	26.998.086,67		
142400 EQUIPAÇÃO DE PENSÕES	78.973.924,42		
150000 RECEITAS DIVERSAS	3.822,10		
151000 MULTAS E JUROS DE MORA	3.822,10		
151002 SOBRE EMPRÉSTIMOS	3.822,10		
159900 OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00		
TOTAL	2.577.774.211,73	SOMA DA DESPESA	2.577.774.211,73
		IMPORTE VERIFICADO ATÉ FEVEREIRO/91	2.577.774.211,73
		TOTAL	2.577.774.211,73

MARIA FELIZADA S. CORREIA
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURACÃO
CONTADORA CRC-07 0727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-07 0444

BRASÍLIA-DF, 28 DE FEVEREIRO DE 1991

DIRTORIA EXECUTIVA

SILVIO CHAVES RODRIGUES
PRESIDENTE

SILVIO CHAVES RODRIGUES
PRESIDENTE

PRONTUÁRIO
CENTRO DE INFORMATICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-ATL00301-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRATIVO ANALITICO DA CONTA RECEITA E DESPESA EM FEVEREIRO/91 (R P C)

R E C E I T A		D E S P E S A	
300000 RECEITAS CORRENTES	1.213.609.006,42	300000 DESPESAS CORRENTES	1.213.609.006,42
310000 RECEITA TRIBUTARIA	137.035.001,09	310000 DESPESAS DE CUSTEIO	4.903.052,78
111100 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	80.039.920,17	311300 GRATIFICACOES A SERVIDORES	5.604.261,00
111101 DA CAMARA	42.262.755,08	313000 SERVIÇOS DE TERCEIROS	304.469,04
111102 DO SENADO	7.777.173,17	317000 HONORARIOS ADVOCATICIOS	794.175,41
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	68.005.841,31	319000 IMPOSTOS E TAXAS	47.579,63
111201 DA CAMARA	25.261.105,24	319000 DESPESAS DIVERSAS	131.846,03
111202 DO SENADO	89.378.945,17	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	325.507.177,49
111203 DO PROPARSEM	1.749.358,64	320000 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES OBRIGATORIOS	214.708.250,94
111204 CLT DA CAMARA	2.232.119,67	320001 EX-DEPUTADOS	185.263.056,55
111205 CLT DO SENADO	58.664,32	320002 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES FACULTATIVOS	31.360.584,57
111206 CLT CIGRAP	6.785.946,67	320101 EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	12.633.537,02
112300 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS	17.233.240,58	320102 EX-FUNCIONARIOS DA CAMARA	18.657.046,75
112400 COMPLEMENTAÇÃO DE CARÊNCIA	426.785,23	320200 PENSÕES A BENEFICIARIOS	78.923.768,01
112401 COMPLEMENTAÇÃO DE CARÊNCIA/SEGURADOS OBRIGATORIOS	233.376,88	320201 DE EX-SENADORES	28.216.588,71
112402 COMPLEMENTAÇÃO DE CARÊNCIA/SEG. FACULTATIVOS	183.298,46	320202 DE EX-DEPUTADOS	56.672.469,97
112500 CONTRIBUIÇÃO DE IMPOSTO	3.740.381,80	320203 DE EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	756.012,91
112600 ASSIST.SOCIAL - S/SJRS.E CON.MONET.DE EMPRÉSTIMOS	404.574,17	320204 DE EX-FUNCIONARIOS DA CAMARA	1.140.647,62
112600 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE PÉCULIO	6.409,08	320205 ASSIST.SOCIAL - S/SJRS.E CON.MONET.EMPR/CAP.EMPRST	404.574,17
120000 RECEITA PATRIMONIAL	601.120.636,34	330000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	41.670,09
223000 JRS. E CON.MONET.CONTA FUNDO COM APLIC.FINANCEIRA	67.625.129,69	331000 PERDAS COM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	41.670,00
223100 JRS. E CON. MONETARIA DE CDB/POB	11.679.807,17	331001 POR PORTE	41.670,00
223200 JRS. E CONREGAO MONETARIA DE POLPAMPA	444.223.809,01	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	861.436.606,25
223300 JRS. E CON.MONET.DE CRUZADOS NOVOS A ORDEM DO BACEN	43.153.179,79	341000 RESERVA MATEMATICA - RISCOS COPIRADOS	865.785.953,24
224100 JRS. E CON. MONETARIA DE EMPRÉSTIMOS	12.124.356,13	341001 BENEFICIARIOS A CONCEDER	865.785.953,24
224200 ALUGUEIS	1.764.323,36	341002 RESERVA DA PREVIDENCIA CONGRESSUAL	15.650.652,94
224300 DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	191.550,61		
224302 BANCO DO BRASIL S/A	381.838,61		
240000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	474.961.675,47		
241100 CONTRIBUIÇÃO PATRIMIAL DA CAMARA DOS DEPUTADOS	140.352.159,02		
241200 CONTRIBUIÇÃO PATRIMIAL DO SENADO FEDERAL	74.420.769,72		
241300 CONTRIBUIÇÃO PATRIMIAL DO PROPARSEM	3.400.721,68		
241400 CONTRIBUIÇÃO PATRIMIAL DO CIGRAP	13.573.937,74		
242100 REC. DA CAMARA DOS DEPUTADOS	100.506.626,87		
242102 EQUIPAÇÃO DE PENSÕES	188.566.604,87		
242200 REC. DO SENADO FEDERAL	15.650.652,94		
242201 EQUIPAÇÃO DE PENSÕES	36.932.836,78		
242202 EQUIPAÇÃO DE PENSÕES	1.499,78		
150000 RECEITAS DIVERSAS	1.499,78		
151000 MULTAS E JRS DE MORA	1,499,78		
151002 SOMME EMPRÉSTIMOS	1,499,78		
TOTAL	1.213.609.006,42	SOMA DA DESPESA	1.213.609.006,42
		EMPATE VERIFICADO NO MÊS DE FEVEREIRO/91	1.213.609.006,42
		TOTAL	1.213.609.006,42

MARIA FELIZADIA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADOR CRC-DF 8127

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4966

BRASÍLIA-DF, 28 DE FEVEREIRO DE 1991

Francisco dos Santos
DIRETOR EXECUTIVO

CHAGAS RODRIGUES
PRESIDENTE

SENAHOR MARIO JUNIOR
TESOUREIRO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE — IPC
Notas explicativas anexas ao balancete patrimonial de fevereiro de 1991

1. A aplicação em RDB do Produban no valor de Ncz\$ 200.000,00, vencida em 16-11-88, foi liquidada mediante emissão de CDB em 5-9-89 no valor de Ncz\$ 1.785.133,03, com vencimentos em parcelas sucessivas nos seguintes valores: em 19-2-91, Ncz\$ 238.017,00 (resgatada); em 19-3-91, Ncz\$ 238.017,00; em 18-4-91, Ncz\$ 238.019,21; em 14-2-92 Ncz\$ 357.026,00; em 17-3-92, Ncz\$ 357.026,00; em 15-4-92, Ncz\$ 357.027,82.

2. A aplicação em debêntures, equivalentes a títulos não conversíveis da A Rural Colonização S/A, realizada em 29-12-88, no valor de Ncz\$ 4.438.889,50, pertencentes ao grupo Realizável a Longo Prazo, representando à época 45% do Ativo Contábil, acha-se sub judice, em virtude de irregularidades constatadas na emissão dos títulos e falta de documentação hábil, conforme Processo nº 14.332/89, da Câmara dos Deputados.

3. A rubrica Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, do grupo Exigível Atuarial, que tem como finalidade atender à cobertura de benefícios a conceder de acordo com orientação da STEA — Empresa de Atuária, sendo que este valor será ratificado nos lançamentos futuros baseados em cálculos atuariais a serem apresentados oportunamente.

4. Valores bloqueados em cruzados novos à Ordem do Banco Central, de acordo com a Medida Provisória nº 168, de 15-3-90, transformada na Lei nº 8.024, de 12-4-90.

Brasília, 28 de fevereiro de 1991. — Francisco dos Santos Passos, Diretor do Departamento de Contabilidade, Contador RC DF 4966.

PARECER

Assunto: Balancete Patrimonial e Demonstrativo das Receitas e Despesas do IPC.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, de acordo como que estabelece o art. 12, inciso III, da Lei nº 7.087, de 20 de dezembro de 1982, examinou o Balancete Patrimonial e Demonstrativo das Receitas e Despesas referentes ao período de 1º-1-91 a 31-3-91, juntamente com o Demonstrativo das Receitas e Despesas do mês de março/91 e, considerando que essas peças traduzem a situação patrimonial e financeira do instituto em 31-3-91, com as ressalvas das notas explicativas anexas, resolve:

Aprovar os balancetes e os demonstrativos das receitas e despesas do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, referentes ao mês de março/91, apresentando um ativo com um disponível imediato de Cr\$ 4.852.941.385,94, todo ele depositado no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; investimentos no valor de Cr\$ 36.515.672,65 e créditos diver-

sos no valor de Cr\$ 930.475.393,29; recursos realizáveis a longo prazo no valor de Cr\$ 718.012.070,35; ativo permanente no valor de Cr\$ 24.156.092,64 e valores custodiados de Cr\$ 11.926,23. O passivo da instituição demonstra um exigível operacional de Cr\$ 45.338.816,01; um exigível atuarial de Cr\$ 6.164.893.760,96; não-exigível de Cr\$ 351.713.143,22; valores em custódia de Cr\$ 11.926,23 e contas de resultado futuro de Cr\$ 64.894,68. As contas de resultado demonstram a reali-

zação de receitas no valor de Cr\$ 1.163.744.981,82 no mês de março/91 e de Cr\$ 3.741.519.193,55 acumuladas no ano, e despesas de Cr\$ 1.163.744.981,82 no mês de março de 1991 e de Cr\$ 3.741.519.193,55 acumuladas no ano. Esta igualdade é resultante da constituição de reservas no mês de março no valor de Cr\$ 661.629.921,70.

Brasília, 6 de junho de 1991. — Deputado **Paulino Cícero de Vasconcelos**, Conselheiro.

PROBACEN
CENTRO DE ZINCOFATICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-21106591-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM MARÇO/91 (Z P C)

A T I V O			P A S S I V O		
710000 DISPONÍVEL IMEDIATO		4.852.941.395,74	010000 EXIGÍVEL OPERACIONAL		45.338.816,01
710500 BANCOS COM CONTAS MOVIMENTO		3.397.036,15	010100 DEPENDÊNCIAS A RECEBER		25.214.791,01
710500 BANCOS COM CONTAS MOVIMENTO		6.004.292.193,07	010101 IPREV LÍQUIDA PERÍODOS	34.204.003,21	
710500 COMTA FUND. DUPL. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		745.251.359,71	010102 IPREV SCOPÉ GRATIFICAÇÕES	10.700,00	
710501 BANCO DO BRASIL S/A C/493.130/1	730.449.918,72		010200 CREDITOS DIVERSOS	8.946.261,40	9.097.308,63
710502 BANCO DO BRASIL S/A C/493.130/7	6.003.639,99		010201 FUND. PARLAMENTAR	131.034,43	
720000 INVESTIMENTOS		30.515.472,65	010202 DIVERSOS		24.710,97
720100 CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - AVERBADOS		30.451.743,59	010300 EXIGÍVEL ATUARIAL		6.164.893.760,96
720200 AÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A		11.926,23	020100 RESERVAS MATEMÁTICAS-RISCOS EXPIRADOS		6.164.893.760,96
720201 CUSTO	834,39		020102 DEFICIÊNCIAS A CONDIÇÃO (3)	6.164.893.760,96	
720202 VARIAÇÃO DA CARTEIRA	11.926,23		030000 NÃO EXIGÍVEL		351.713.143,22
720300 AÇÕES DO BANCO HERIDIONAL S/A		52.002,04	030100 RESERVAS		247.274.253,72
720301 CUSTO	92.002,04		030101 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.476.058,72	
730000 CRÉDITOS DIVERSOS		930.475.393,29	030102 RESERVA DE REVALIAÇÃO DE DÍVIDAS	84.059.935,16	
730100 VALORES A RECEBER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS		879.747.973,97	030103 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	319.737.431,04	
730101 CONT. DE RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL		2.700.343,44	030104 PROVISÕES	4.438.689,50	4.438.689,50
730102 EQUIPARAÇÃO DE PERÍODOS	879.047.139,53		030105 PROVISÃO PARA COBERTURA DE APLICAÇÕES DÍVIDAS		64.894,68
730200 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL		47.689.123,94	040100 RESULTADO FUTURO		83.494,77
730201 EQUIPARAÇÃO DE PERÍODOS	47.689.123,94		040101 VARIAÇÃO DA CARTEIRA DE AÇÕES		1.399,91
730202 ADEQUAÇÃO POR DESPESAS DO PRÓPRIO PAGAMENTO		230.609,36	050000 COMPENSAÇÃO		11.926,23
730203 JRS.E CCP.MONTED.A COMTA FUND. DUPL. APLIC. FINANC.		3.000.195,02	050100 VALORES CUSTODIADOS		11.926,23
740000 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		718.012.070,35			
740100 INVESTIMENTOS A RECEBER		6.165.570,83			
740101 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRIERA	303.812,00				
740102 COMPENSAÇÃO DA ELETRONÓIA	224.070,50				
740103 CDB-FRIS - FIDUCIARI (1)	1.309.899,03				
740104 DESPESAS NÃO CONVERSÁVEIS (2)	4.438.689,50				
740105 CRUZADOS NOVOS A ORDEM DO BACEN - LEI 0824/78 (4)		711.846.471,58			
750000 PERMANENTE		24.156.092,64			
750100 BENS IMÓVEIS		24.046.000,00			
750200 BENS MÓVEIS		96.092,64			
760000 COMPENSAÇÃO		11.926,23			
760100 VALORES CUSTODIADOS		11.926,23			
TOTAL DO ATIVO		6.562.112.543,10	TOTAL DO PASSIVO		6.562.112.543,10

(1), (2), (3), (4) - Notas Explicativas Anexas.

MARIA FELICIA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADOR CRC-DF 6727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4966

BRASÍLIA-DF, 31 DE MARÇO DE 1991

LUÍZA SANTOS MOREIRA
DIRETORA EXECUTIVA

SENADOR CÍCERO RODRIGUES
PRESIDENTE

SENADOR MARCO JÚNIOR
TESOUREIRO

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CINQUECENTISTAS
BALANÇATE PATRIMONIAL ANALITICO EXERCÍCIO EM MARÇO/91 (X P. 01)

[illegible]

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ANALÍTICO ENCERRADO EM MARÇO/92 13 FOLHAS

A T I V O		P A S S I V O	
746215 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/677.362/6	989.613,30		
746216 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/687.511/3	1.568.048,84		
746217 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/694.138/8	392.579.142,77		
746218 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/695.582/4	301.978.733,72		
746219 FICULDADE-BANCO ESTADO DE ALAGOAS S/A C/689.379/4	23.232.418,41		
750005 PERMANENTE	26.136.092,64		
750108 REIS JHOVEIS	24.800.600,08		
754100 REIS JHOVEIS	76.092,64		
764000 COMPENSAÇÃO	11.926,23		
768108 VALORES CUSTOSADOS	11.926,23		
TOTAL DO ATIVO	6.542.112.561,10	TOTAL DO PASSIVO	6.542.112.561,10

SENAADOR NABOR JACQUES
TESOUVEIRO

PROGASEN
CENTRO DE INFORMATICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-ALIC/431-

CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA CONTA RECEITA E DESPESA ACUMULADA ATÉ MARÇO/91 (Z P C)

R E C E I T A		D E S P E S A	
100000 RECEITAS CORRENTES	3.741.519.193,55	300000 DESPESAS CORRENTES	3.741.519.193,55
110000 RECEITA TRIBUTARIA	452.344.095,35	310000 DESPESAS DE CUSTEIO	28.091.361,35
111000 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	137.515.791,89	311300 GRATIFICACOES A SERVIDORES	19.335.669,29
111100 DA CÂMARA	235.162.046,59	311350 AUXILIO-DOCA	1.268.817,25
111110 DO SENADO	22.353.751,30	312000 AUXILIO-FUNERAL	231.600,89
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	218.503.673,96	313000 SERVIÇOS DE TERCEIROS	555.437,57
111201 DA CÂMARA	62.406.231,37	317000 HONORARIOS ADVOCATICIOS	2.373.209,46
111202 DO SENADO	93.246.229,32	318000 IMPOSTOS E TAXAS	67.379,00
111203 DO PROGASEN	8.284.225,89	319000 DESPESAS DIVERSAS	635.759,59
111204 CLT DA CÂMARA	7.504.403,04		
111205 CLT DO SENADO	66.706,51	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.158.401.395,64
111206 CLT CEGRAF	28.977.622,63		
111220 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS	62.677.674,42	320000 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTE OBRIGATORIOS	796.783.534,63
111200 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENÇA	4.654.202,68	320001 EX-SENADORES	100.236.532,99
111401 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENÇA/SEG. OBRIGATORIOS	3.710.999,87	320002 EX-DEPUTADOS	694.679.001,64
111402 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENÇA/SEG. FACULTATIVOS	915.202,73	320100 FOMENTES A EX-CONTRIBUINTE FACULTATIVOS	191.741.691,37
111500 CONTRIBUIÇÃO DE IMUNIDADE	15.960.281,03	320101 EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	40.346.436,31
111600 ASSIST. SOCIAL - X 3/3RS E COP. MONET. DE EMPRÉSTIMOS	1.232.377,72	320102 EX-FUNCIONARIOS DA CÂMARA	61.244.455,06
111600 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE PÉCÚLIO	20.013,74	320200 PENSÕES A OBRIGATORIOS	253.226.393,92
120000 RECEITA PATRIMONIAL	1.772.926.326,78	320201 DE EX-SENADORES	62.177.562,81
123000 JRS. E COP. MONET. COM FUND. OURO APLIC. FINANÇEIRA	309.466.233,04	320202 DE EX-DEPUTADOS	164.236.926,72
123100 JRS. E COP. MONET. DE COOP. RED	24.555.197,51	320300 DE EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	2.590.732,19
123200 JRS. E COOP. MONET. DE COOP. RED. DE POUPIANÇA	1.140.157.095,68	320301 DE EX-FUNCIONARIOS DA CÂMARA	3.733.110,21
123300 JRS. E COP. MONET. DE CRUZADOS NOVOS A OROS DO BACEN	233.328.949,05	320900 ASSIST. SOCIAL-X 3/3RS E COP. MONET. EMPR. CAP. EMPREST	1.232.377,72
124000 JRS. E COP. MONET. DE EMPRÉSTIMOS	30.009.442,01	330000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	343.138,76
124000 ALUGUEIS	5.397.057,96	331000 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOP	218.128,76
124200 DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	301.536,61	331001 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE INVEST.	218.128,76
124300 BOMBO DO BRASIL S/A	501.830,61	331100 PERDAS COM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	125.010,00
140000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.516.933.691,53	331101 POR MORTE	125.010,00
141100 CONTRIBUIÇÃO PATRICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	451.142.455,42	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	2.565.682.498,63
141101 CONTRIBUIÇÃO PATRICIAL DO SENADO FEDERAL	232.234.486,92	341000 RESERVA MATEMÁTICA - RISCOS EXPIRADOS	2.528.762.018,96
141102 CONTRIBUIÇÃO PATRICIAL DO PROGASEN	41.955.651,66	341102 BENEFÍCIOS A CONQUIR	36.641.607,67
141103 CONTRIBUIÇÃO PATRICIAL DO CEGRAF	617.700.049,37	342000 RESERVA DA PREVIDENCIA CONGRESSUAL	
142100 REC. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	193.324.530,03		
142102 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES	36.641.607,67		
142200 REC. DO SENADO FEDERAL	128.643.050,54		
142201 COMST. DE RESERVA DA PREVIDENCIA CONGRESSUAL			
142202 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES			
150000 RECEITAS DIVERSAS	4.521,04		
151000 MULTAS E JUROS DE MORA	4.521,04		
151802 SOBRE EMPRÉSTIMOS			
159000 OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	04		
TOTAL	3.741.519.193,55	SOMA DA DESPESA	3.741.519.193,55
		CHATE VERIFICADO ATÉ MARÇO/91	
		TOTAL	3.741.519.193,55

MARIA FELIZABETH S. CORELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTÁBIL DO CEC-OF 431

FRANCISCO DOS SANTOS PAZOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTÁBIL DO CEC-OF 431

BRASÍLIA-DF, 31 DE MARÇO DE 1991

JOSE SANTOS MORELIN
DIRETOR EXECUTIVO

SENADOR CHAGAS RODRIGUES
PRESIDENTE

SENADOR MARCO ANTONIO
TESOUREIRO

-PRODUBAN-
CENTRO DE ENFERMAGEM E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-AL100301-

CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA CONTÁBILIDADE RECEITA E DESPESA EM MARÇO/91 (R\$ P. C.)

R E C E I T A		D E S P E S A	
100000 RECEITAS CORRENTES	1.163.746.761,82	300000 DESPESAS CORRENTES	1.163.746.761,82
110000 RECEITA TRIBUTÁRIA	149.711.523,78	310000 DESPESAS DE CUSTEIO	10.409.595,29
111100 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	50.636.630,50	311100 GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES	7.287.635,19
111101 DA CÂMARA	6.305.676,12	311150 AUXÍLIO-DOENÇA	1.298.817,39
111102 DO SENADO	29.656.976,29	311200 AUXÍLIO-FUNERAL	176.009,28
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	36.766.169,65	317000 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	603.109,85
111201 DA CÂMARA	1.076.781,03	319000 DESPESAS DIVERSAS	478.229,88
111202 DO SENADO	2.787.711,65		
111203 DO PRODUBAN	20.639,49	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	491.405.264,04
111204 CLT DA CÂMARA	7.287.261,91	320000 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES OBRIGATORIOS	358.226.660,04
111205 CLT DO SENADO	27.775.232,68	320001 EX-SENADORES	41.270.937,42
111206 CLT PRODUBAN	3.472.016,77	320002 EX-DEPUTADOS	316.858.123,43
111300 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS	27.775.232,68	320100 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES FACULTATIVOS	39.897.313,60
111301 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA	2.719.942,90	320101 EX-FUNCIÁRIOS DO SENADO	15.128.482,64
111302 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA/SEG. OBRIGATORIOS	752.074,07	320102 EX-FUNCIÁRIOS DA CÂMARA	23.978.830,76
111303 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA/SEG. FACULTATIVOS	3.104.612,49	320200 PENSÕES A BENEFICIÁRIOS	21.669.512,04
111304 CONTRIBUIÇÃO DE HABILITADO	127.677,74	320201 DE EX-FUNCIÁRIOS DA CÂMARA	47.624.789,59
111305 ASSIST. SOCIAL - X S/JRS. E COP. HONET. DE EMPRÉSTIMOS	7.600,35	320202 DE EX-DEPUTADOS	932.304,56
111306 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE PÉCULO	431.810.971,49	320203 DE EX-FUNCIÁRIOS DO SENADO	1.597.332,08
120000 RECEITA PATRIMONIAL	29.890.372,26	329100 ASSIST. SOCIAL - X S/JRS. E COP. HONET. EMP/CAP. EMPREST	157.479,76
121000 JRS. E COP. HONET. CONTRA FUND. DURO APLIC. FINANCIÁRIA	15.876.190,39	330000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	210.303,66
122000 JRS. E COP. HONET. DE CRÉDITOS DE FOLGAS	318.315.242,72	331000 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - 20%	226.763,66
123000 JRS. E COP. HONET. DE CRÉDITOS NOVOS A ORDEM DO BACON	70.460.942,04	331001 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS	83.340,00
124000 JRS. E COP. HONET. DE CRÉDITOS DE FOLGAS	3.936.993,95	331100 DESPESAS COM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	
125000 JRS. E COP. HONET. DE CRÉDITOS DE FOLGAS	2.333.169,30	331101 POR MORTO	63.340,00
130000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	562.212.936,93	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	461.629.923,78
131100 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	106.162.436,80	341100 RESERVA MATEMÁTICA - RISCOS EXPIRADOS	651.786.520,19
131101 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO SENADO FEDERAL	65.001.991,08	342000 RESERVA DE PROVISÃO - RISCOS EXPIRADOS	651.786.520,19
131102 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO PRODUBAN	3.753.962,85	342100 RESERVA DE PROVISÃO - RISCOS EXPIRADOS	651.786.520,19
131103 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	36.516.923,82	342200 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	9.443.400,68
131104 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131105 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131106 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131107 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131108 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131109 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131110 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131111 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131112 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131113 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131114 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131115 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131116 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131117 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131118 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131119 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131120 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131121 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131122 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131123 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131124 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131125 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131126 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131127 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131128 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131129 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131130 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131131 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131132 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131133 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131134 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131135 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131136 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131137 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131138 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131139 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131140 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131141 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131142 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131143 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131144 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131145 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131146 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131147 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131148 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131149 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131150 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131151 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131152 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131153 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131154 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131155 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131156 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131157 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131158 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131159 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131160 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131161 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131162 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131163 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131164 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131165 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131166 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131167 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131168 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131169 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131170 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131171 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131172 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131173 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131174 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131175 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131176 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131177 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131178 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131179 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131180 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131181 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131182 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131183 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131184 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131185 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131186 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131187 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131188 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131189 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131190 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131191 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131192 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131193 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131194 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131195 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131196 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131197 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131198 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131199 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131200 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131201 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131202 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131203 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131204 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131205 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131206 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131207 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131208 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131209 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131210 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131211 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131212 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131213 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131214 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131215 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131216 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131217 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131218 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131219 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131220 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131221 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131222 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131223 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131224 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131225 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131226 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131227 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131228 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131229 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131230 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131231 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131232 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131233 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131234 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131235 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131236 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131237 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131238 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131239 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131240 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131241 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131242 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131243 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131244 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131245 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131246 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131247 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131248 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131249 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131250 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131251 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131252 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131253 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131254 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131255 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131256 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131257 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131258 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131259 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131260 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131261 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131262 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131263 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131264 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131265 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131266 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131267 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131268 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131269 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131270 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131271 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131272 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131273 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131274 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP	236.647.940,35		
131275 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CENAP			